



RELATÓRIO DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

São José, Costa Rica

22 a 24 de julho de 2008

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2009

O Instituto promove o uso adequado deste documento. Solicita-se que seja citado apropriadamente, quando for o caso

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: **www.iica.int**

Coordenação editorial: Leda Ávila.

Edição: Máximo Araya.

Diagramação: Sandra Zúñiga.

Desenho da capa: Catalina Lizano.

Impressão: Gráfica do IICA

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
Relatório da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do
Comitê Executivo / IICA. – São José, C.R. : IICA, 2009.
194 p ; 21 x 16 cm. – (Série Documentos Oficiais / IICA,
ISSN 1018-709X ; no. 82)

ISBN: 978-92-9248-005-9

Publicado também em espanhol, francês e inglês

1. Cooperação internacional 2. Organizações
internacionais 3. Cooperação técnica I. IICA II. Título III.
Série

AGRIS
E14

DEWEY
338.181

São José, Costa Rica
2009

SUMÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| <i>ATA DA REUNÃO</i> | 7 |
| <i>Sessão Preparatória</i> | 9 |
| <i>Primeira Sessão Plenária</i> | 25 |
| <i>Segunda Sessão Plenária</i> | 33 |
| <i>Terceira Sessão Plenária</i> | 43 |
| <i>Quarta Sessão Plenária</i> | 51 |
| <i>Sessão de Encerramento</i> | 59 |
| <i>RESOLUÇÕES</i> | 63 |
| <i>ASSINATURA DO RELATÓRIO</i> | 123 |
| <i>DISCURSOS</i> | 127 |
| <i>ANEXOS</i> | 163 |
| <i>Anexo 1: rede de autoridades competentes da agricultura orgânica das américas</i> | 165 |
| <i>Anexo 2: temário</i> | 177 |
| <i>Anexo 3: lista de participantes</i> | 181 |
| <i>Anexo 4: funcionários da reunião</i> | 190 |

ATA DA REUNÃO

**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ EXECUTIVO DO INSTITUTO
INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A
AGRICULTURA**

A Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) foi realizada em conformidade com o disposto no Regulamento do Comitê Executivo e na resolução IICA/CE/Res.477 (XXVII-O/07) desse órgão de governo do Instituto¹.

Os seguintes países foram membros do Comitê Executivo em 2008: Antígua e Barbuda, Argentina, Chile, Colômbia, Dominica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Santa Lúcia e Venezuela.

SESSÃO PREPARATÓRIA

0.1 ***Abertura***

0.1.1 A Sessão Preparatória da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo teve início às 8h40 do dia 22 de julho de 2008, na Sala Estados Unidos-Canadá da Sede Central do IICA, sob a presidência do Sr. Daryl Nearing, Representante do Canadá, país que presidiu a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo, realizada em São José, Costa Rica, de 15 a 17 de maio de 2007.

¹ A citada resolução dispõe que a Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo seja realizada na Sede Central do IICA em São José, Costa Rica.

0.1.2 Participaram desta reunião os representantes dos Estados membros que compõem o Comitê Executivo, à exceção dos representantes da Colômbia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Venezuela.

0.2 Acordos

0.2.1 Eleição do Presidente e do Relator da Reunião

Os chefes de delegação dos Estados membros do Comitê Executivo elegeram por unanimidade o Sr. Ezequiel Joseph, Ministro da Agricultura, Terras, Silvicultura e Pesca de Santa Lúcia como Presidente da Reunião. Em seguida foi proposto o nome da Sra. Johanne M. Massiah, Ministra da Agricultura, Terras, Recursos Marinhos e Agroindústria de Antígua e Barbuda para o cargo de Relator, moção que foi aprovada.

A Mesa ficou constituída na seguinte forma:

| | |
|--------------------------------|---------------------------|
| Presidente: | Ezequiel Joseph |
| Relatora: | Johanne M. Massiah |
| Secretário <i>ex officio</i> : | Chelston W. D. Brathwaite |

O Diretor-Geral do IICA deu as boas-vindas aos representantes presentes. Cumprimentou o Representante de Santa Lúcia pela honra de presidir a reunião e a Representante de Antígua e Barbuda, por sua designação como Relatora.

0.2.2 Temário da reunião

Foi anunciado aos participantes que os documentos de trabalho e de natureza informativa se encontravam nas pastas entregues aos representantes e que, além disso, em cumprimento ao artigo 29 do Regulamento do Comitê Executivo, tais documentos haviam sido preparados em formato eletrônico e disponibilizados na página do IICA na Internet, seção Comitê Executivo, com 45 dias de antecedência a esta reunião.

Em seguida foi aprovado o Temário apresentado no documento IICA/CE/Doc.517 (08).

0.2.3 Comissões de trabalho

Foi aprovada a constituição de uma comissão de trabalho com o objetivo de examinar a proposta de emendas ao Regulamento dos Galardões Interamericanos no Setor Rural apresentada pela Direção-Geral no documento IICA/CE/Doc.528 (08). Essa comissão, com base em sua análise, foi incumbida de recomendar ao plenário as mudanças que, a seu critério, deveriam ser incluídas ao regulamento em referência. A comissão ficou constituída pelos representantes da Argentina, Dominica, Estados Unidos e Honduras.

0.2.4 Data e hora limites para a apresentação de propostas

Foi fixada a quarta-feira, 23 de julho, às 12h00, para a apresentação de novas propostas de projetos de resolução.

0.2.5 Duração da reunião

Foi acordado encerrar a reunião na quinta-feira, 24 de julho de 2008, às 12h00, no Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE), localizado em Turrialba, segundo a proposta apresentada pela Secretaria no programa de trabalho da reunião.

0.2.6 Ordem de precedência dos Estados membros

De acordo com o disposto nos artigos 40 e 41 do Regulamento do Comitê Executivo, os representantes titulares dos Estados membros que compõem o Comitê Executivo serão vice-presidentes *ex officio* da reunião e substituirão o presidente em caso de impedimento deste, segundo a ordem de precedência dos Estados membros presentes. Essa ordem ficou estabelecida a partir de Santa Lúcia, cujo representante fora eleito para presidir a reunião, seguindo a ordem alfabética dos nomes dos países em inglês.

0.2.7 Direito a voto dos países

O Diretor-Geral consultou o Assessor Jurídico da OEA e do IICA com respeito à aplicação do artigo 24 da Convenção sobre o Instituto, que se refere à suspensão do direito de voto nas reuniões dos órgãos de governo do Instituto dos Estados membros com cotas atrasadas por mais de dois exercícios fiscais.

O Assessor Jurídico informou que, pela primeira vez em muitos anos, todos os Estados membros integrantes do Comitê Executivo se encontravam em dia ou em situação regular quanto ao pagamento das cotas devidas ao Instituto e que, portanto, não seria necessário aplicar o artigo 24 da Convenção.

0.3 Intervenção do Diretor-Geral

0.3.1 O Diretor-Geral deu as boas-vindas aos representantes no Comitê Executivo e dos demais Estados membros presentes que não fazem parte do Comitê Executivo neste ano. Cumprimentou o Representante de Santa Lúcia pela honra de presidir a reunião e a Representante de Antígua e Barbuda por sua designação como relatora da reunião.

0.3.2 O Diretor-Geral assinalou que, dada a importância da crise alimentar que afetava o mundo inteiro e diante da preocupação pela segurança alimentar nos Estados membros, a Direção-Geral realizaria um foro sobre o tema, imediatamente após a Sessão de Abertura da reunião. Incentivou os representantes a expressar sua opinião sobre essa crise e propor soluções que possam ser aplicadas nos Estados membros.

0.3.3 Mencionou que, de acordo com o programa de trabalho proposto, na quinta-feira, dia 24 de julho, a reunião do Comitê Executivo seria realizada no CATIE. Concluiu assinalando que isso tinha por objetivo fazer com que a visita servisse para fortalecer a parceria estratégica com essa organização irmã.

0.4 Encerramento

0.4.1 A sessão foi levantada às 9h18.

***SESSÃO DE ABERTURA E FORO SOBRE
SEGURANÇA ALIMENTAR NAS AMÉRICAS***

0.5 Abertura

0.5.1 A Sessão de Abertura da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo teve início às 09h25 do dia 22 de julho de 2008, sob a presidência do Sr. Ezequiel Joseph, Representante de Santa Lúcia.

0.6 Discurso do Diretor-Geral

0.6.1 O Dr. Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA, deu as boas-vindas aos representantes e representantes observadores dos Estados membros presentes à Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo e lhes agradeceu o constante apoio que vêm emprestando à sua Administração.

0.6.2 Em seguida, referiu-se ao aumento nos preços dos alimentos e aos desafios que isso implica para os Estados membros. Assinalou que nos últimos seis anos o IICA vinha se preparando para ajudar os Estados membros a enfrentarem situações tais como a atual crise e outros desafios do século XXI. Para tanto, o Instituto havia apoiado o desenvolvimento de um quadro estratégico para a agricultura do Hemisfério (Plano AGRO 2003-2015) e implementado o Plano de Médio Prazo 2006-2010, contribuindo, assim, para impulsionar a revalorização da contribuição da agricultura para a economia e a promoção de uma visão ampliada do setor agrícola.

0.6.3 A seguir o Dr. Brathwaite assinalou que em 2007 o Instituto continuara o processo da reforma institucional iniciado em 2002, cujo objetivo era

melhorar a eficiência operacional, manter a cautela financeira na gestão dos recursos do Instituto, impulsionar a promoção dos recursos humanos, fortalecer as parcerias estratégicas e promover uma nova relação com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas. Acrescentou que esse processo permitira reposicionar o IICA como um componente importante da institucionalidade das Américas, com o mandato de apoiar os Estados membros em seus esforços por promover o desenvolvimento agrícola sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade rural no Hemisfério.

0.6.4 O Diretor-Geral também mencionou a boa situação financeira de que hoje goza o IICA, graças às oportunas contribuições das cotas dos seus Estados membros. Isso permitira ao Instituto alocar recursos para novas iniciativas em agroturismo, agroindústria e agricultura orgânica, implementar novos programas em biotecnologia, seguro rural e agroenergia e financiar o funcionamento do Escritório de Miami, por meio do qual o Instituto apoia o comércio, o agronegócio e a inocuidade dos alimentos no Hemisfério. Acrescentou que também permitira a aquisição de um novo sistema de gestão financeira, a destinação de recursos para capacitação, emergências e cooperação horizontal e a renovação da infraestrutura da Sede Central.

0.6.5 O Dr. Brathwaite concluiu sua intervenção, assinalando que, para o IICA, a crise alimentar atual deveria ser vista como uma oportunidade de contribuir para o reposicionamento e a modernização da agricultura e do setor rural das Américas.

0.7 Foro sobre Segurança Alimentar nas Américas

0.7.1 *Evolução dos preços internacionais dos produtos agrícolas: possível impacto na agricultura da ALC* (exposição de Julio Paz, Diretor de Políticas e Comércio do IICA)

0.7.1.1 O Diretor de Políticas e Comércio fez uma análise do incremento dos preços agrícolas entre 2005 e 2008, da transferência dos preços e da distribuição dos lucros e prejuízos nos mercados nacionais. Comentou

sobre as causas do aumento dos preços dos cereais, óleos vegetais e produtos lácteos, fazendo uma comparação com o crescimento registrado em determinados produtos tropicais no mesmo período. Em seguida assinalou os fatores que determinam a velocidade e a magnitude da transferência dos preços mundiais para os mercados nacionais, destacando que a distribuição dos lucros e prejuízos está condicionada à posição do país (exportador ou importador líquido), dos atores (produtor ou consumidor líquido) e da relação entre a alta dos preços e o aumento dos gastos de produção.

- 0.7.1.2 Assinalou que os países da América do Sul não têm problemas porque são exportadores líquidos de alimentos ou exportadores de petróleo ou minerais e registram superávit na balança comercial. Contrariamente, os países do Caribe (salvo Trinidad e Tobago) e da América Central (exceto Costa Rica) são importadores líquidos de alimentos e petróleo, e a maioria deles enfrenta déficit na balança comercial. Para apoiar as famílias mais vulneráveis recomendou que fossem aumentados os programas de assistência alimentar e afirmou que o impacto nas famílias rurais será diferente de país para país, segundo o grau de transferência dos preços externos para seus mercados internos, de sua estrutura de produção e da composição de suas unidades agrícolas. Finalmente, indicou que muitas áreas agrícolas marginalizadas poderão ser incorporadas à produção e que novos produtores entrarão no mercado nacional.
- 0.7.2 *Crise dos alimentos: causas, impactos e estratégias para enfrentá-la* (exposição de Rafael Trejos, Diretor da Unidade de Modernização Institucional do IICA)
- 0.7.2.1 O Diretor da Unidade de Modernização Institucional (UMI) focalizou sua exposição em alguns questionamentos com relação à atual crise dos preços dos alimentos e seu impacto na segurança alimentar, tais como: (i) relevância do aumento dos preços para a segurança alimentar; (ii) impacto do aumento dos preços no poder aquisitivo da região; (iii) países mais vulneráveis aos aumentos dos preços; (iv) países em melhores condições para enfrentar esses aumentos; (v) situação da vulnerabilidade

social antes da crise atual; e (vi) países com maiores oportunidades de beneficiar-se da situação.

- 0.7.2.2 O Diretor da UMI apresentou uma análise de cada um dos itens levantados com base em dados quantitativos e considerando a heterogeneidade dos países do Hemisfério americano. Opinou que são poucos os que obtêm lucros líquidos na crise dos preços dos alimentos e que os fatores relevantes para definir ganhadores e perdedores são a duração do *choque*, a forma em que os preços são transferidos (para o consumidor e o produtor), a dependência das importações, a estrutura de consumo e a elasticidade da demanda, o peso dos setores rural e urbano e a situação social anterior à crise. Assinalou que a crise encontrou os países da ALC despreparados, conforme evidenciam estes fatos: redução dos investimentos por duas décadas, menor gasto público no setor agropecuário, baixa na carteira da banca multilateral, concentração dos investimentos em culturas comerciais mais rentáveis e enfraquecimento e desarticulação das instituições setoriais. Reconheceu a existência de esforços microempresariais e locais muito positivos, porém insuficientes.
- 0.7.2.3 Finalizou afirmando que: (i) as causas da crise são mais complexas do que no passado; (ii) a crise exacerbou os problemas estruturais não resolvidos; (iii) as soluções para muitos dos problemas passam pela agricultura e o setor rural; (iv) os cenários requerem visões e estratégias mais integrais; (v) é preciso rever o papel da agricultura e do meio rural no desenvolvimento; e (vi) é preciso rever a forma como são vistos a agricultura e o meio rural e como agimos em relação a cada uma delas.
- 0.7.3 *Resultados do Workshop Internacional de Peritos sobre a Contribuição da Agricultura e do Meio Rural para o Desenvolvimento Sustentável e a Segurança Alimentar* (exposição de Jim French, Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento do IICA)
- 0.7.3.1 O Diretor de Liderança Técnica expôs as principais conclusões desse *workshop*, realizado em São José em 8 e 9 de julho de 2008 com a participação de representantes do BID, Banco Mundial, FAO, setor acadêmico, representantes de centros de pesquisa, peritos em temas

específicos e pessoal profissional do IICA. Explicou que os objetivos do *workshop* foram analisar diferentes visões acerca da questão rural e do papel da agricultura na redução da pobreza e na promoção da prosperidade rural; gerar insumos para alcançar uma visão compartilhada e uma proposta conjunta de organizações internacionais e o setor acadêmico para apresentá-la à Quinta Cúpula das Américas; e obter insumos com vistas a aperfeiçoar propostas de estratégias e programas dos países e entidades internacionais em matéria de segurança alimentar e desenvolvimento do setor agrícola e do meio rural.

0.7.3.2 Em seguida expôs os principais desafios e oportunidades da agricultura para garantir a disponibilidade de alimentos e o seu acesso a curto, médio e longo prazo, enfatizando a necessidade de ser adotado um novo modelo de desenvolvimento que revalorize a agricultura a partir de sua múltipla dimensão e dos diferentes subsetores que engloba e que lhe atribua um papel relevante na solução dos diversos problemas atuais. Assinalou que esse modelo exige mudanças e adaptações da estrutura institucional destinados a dar coerência e articulação às políticas macroeconômicas, fiscais, comerciais, monetárias e cambiais que afetam as políticas setoriais. Finalmente, ressaltou quatro importantes ações, cuja execução considerou urgente: (a) atribuir à agricultura familiar a atenção que merece; (b) prestar assistência no processo de adaptação às mudanças climáticas; (c) concluir com sucesso e satisfatoriamente para os países em desenvolvimento a Rodada de Doha; e (d) estimular, nos campos da agroenergia e da produção de biocombustíveis, o desenvolvimento de opções sustentáveis e eficientes e que não sejam motivo de competição com a produção de alimentos.

0.7.4 *Diálogo e debate*

0.7.4.1 O Presidente da reunião agradeceu as exposições e passou a palavra aos representantes para seus comentários.

0.7.4.2 O Representante do México referiu-se à complexidade do problema da segurança alimentar. Expressou que seu país está convencido de que grande parte das soluções se darão graças à tecnologia e à inovação

aplicadas à agricultura e relatou as medidas adotadas pelo México, juntamente com outros países da América Latina e do Caribe, para atender ao problema da segurança alimentar. Informou que nos dias 26 e 27 de maio fora realizada no México uma reunião técnica de alto nível sobre segurança alimentar, na qual houve troca de opiniões e informação e foram identificadas ações para responder à situação. Acrescentou que na reunião foi destacada a importância da pesquisa e da transferência de tecnologia, havendo sido analisados os fatores desencadeadores da situação atual. Como resultado do encontro, foi desenvolvida uma matriz de nove tecnologias necessárias, na qual foi estabelecido o papel dos países participantes, seja como oferecedores, seja como demandadores. Salientou a importância de definir o papel que o IICA deve desempenhar para atender de imediato ao problema da segurança alimentar e contribuir para prever situações que certamente surgirão a partir desse problema. A seu juízo, o IICA pode desempenhar um papel relevante no desenvolvimento, acesso e adoção de tecnologias apropriadas às condições dos países, para cujo efeito deverá coordenar ações com outros organismos internacionais e regionais.

- 0.7.4.3 A Representante de Antígua e Barbuda ressaltou que era preciso reconhecer que a América Latina e o Caribe estão em boa posição para restaurar o setor agropecuário, sendo preciso, para tanto, aplicar uma estratégia de longo prazo, destinada ao alcance de soluções integrais. Assinalou que era necessário definir o que deve ser feito e que, no caso das pequenas economias, era prioritário saber a conveniência ou não de serem adotadas medidas protecionistas. Comentou que, no âmbito da CARICOM, havia sido analisado quantos de seus membros estão em condição de produzir alimentos com eficiência e sustentabilidade e como promover o comércio intrarregional. Indicou que no enfoque da agricultura da região deve ser incluído tanto o combate à pobreza quanto o melhoramento da situação da segurança alimentar.
- 0.7.4.4 O Diretor de Liderança Técnica assinalou que os países são muito diferentes, razão pela qual todos requerem uma abordagem particular para solucionar a insegurança alimentar, melhorar a situação dos pequenos produtores e impulsionar o comércio de seus produtos

agropecuários com outros países da região. Indicou que os únicos países com excedentes de produção de alimentos no Caribe são Guiana e Suriname e que em pesquisas recentes fora sugerido mudar o cultivo da banana para o de culturas destinadas à produção de biocombustíveis.

- 0.7.4.5 O Diretor de Comércio e Políticas assinalou que o aumento dos preços por si só funciona como uma medida de proteção porque gera a possibilidade de que novos atores e terras comecem a produzir em condições que antes não eram competitivas. Argumentou que tudo isso depende da relação entre a alta dos preços dos produtos agrícolas e o aumento do custo dos insumos para produzi-los. No seu entender, o incremento nas despesas de transporte constitui outra barreira ao comércio e, no caso do Caribe, a viabilidade do comércio intrarregional também depende do custo do transporte entre as ilhas, em relação com o custo do transporte a partir das fontes de alimentos. Finalmente, insistiu em que, neste momento, não era conveniente estabelecer ou aumentar tarifas e que o papel do Estado é criar e facilitar as condições para tornar viáveis as possibilidades de produção agropecuária nos países.
- 0.7.4.6 O Representante do Chile cumprimentou o IICA por haver aberto espaço para a discussão deste tema. Assinalou que a atual crise de alimentos ocorre no contexto de uma grande revolução no campo da alimentação, em que temas como biotecnologia, quantidade de alimentos, agricultura do conhecimento, etc. fazem a grande diferença entre ontem e hoje. Concomitantemente, há uma grande oportunidade para que a agricultura contribua para o desenvolvimento, para que esse setor esteja melhor posicionado em nível político e para que seja dado à pequena agricultura o atendimento que lhe é devido, uma vez que, como foi assinalado nas exposições, ela é importante para muitos de nossos países. Além das oportunidades, também há riscos inerentes às medidas que os países vêm adotando, entre os quais o aumento da pobreza, o protecionismo e a autarquia.
- 0.7.4.7 A capacidade de resposta à crise atual não é a mesma para todos os países. No caso do Chile, a pequena agricultura apresenta alguns problemas particulares, como, por exemplo, o acesso ao crédito. A

rentabilidade da agricultura aumentou, mas é possível que sofra uma queda nos próximos anos em face do aumento dos custos e da incerteza dos mercados. À pergunta inicial, quanto ao que pode fazer o IICA, expressou que era importante replicar discussões como esta, em nível nacional. Além disso, ressaltou que para os países é muito importante saber o que estão fazendo os outros países, resposta que o IICA pode promover. Outro aspecto importante é a promoção da cooperação horizontal, e, nesse sentido, o Chile reiterava o oferecimento feito em outras oportunidades, de colaborar nesse campo. Finalmente, assinalou a importância de apoiar os países para que desenvolvam instrumentos de gestão de riscos (seguros, clima, mercado).

- 0.7.4.8 O Representante da Dominica cumprimentou os expositores pela análise clara e objetiva que haviam apresentado sobre a situação atual da segurança alimentar nas Américas. Indicou que a Dominica fora prejudicada pelo incremento nos preços dos alimentos, pois sua conta em alimentos é da ordem de US\$10 milhões e tende a crescer. Ressaltou que também aumentaram as importações de lácteos, cereais e carnes, e que também os fertilizantes sofreram incremento de 100%. Comentou que, de modo geral, houve uma alta significativa nos custos de produção, tanto na destinada ao consumo interno (que favorece a segurança alimentar) como na produção para exportação, tudo isso com reflexos nos produtores. Acrescentou que o Governo tem envidado esforços para aumentar o investimento na agricultura, responsável por 17% do PIB.
- 0.7.4.9 Destacou que considerava importante o IICA continuar a realizar pesquisas e estudos para apoiar os países no delineamento de estratégias de curto, médio e longo prazo e que era igualmente necessário prestar atenção ao aumento nos custos de produção e seu impacto na agricultura. Sugeriu que os Estados membros se apoiem mutuamente a fim de identificar soluções para a crise e que os países que dispõem de recursos ajudem os demais. Citou o exemplo da Venezuela, que, como país produtor de fertilizantes, poderia colaborar com outros países das Américas nesse campo para que as despesas com essa rubrica possam ser reduzidas. Comunicou que em 30 de julho haveria uma reunião em que seriam discutidas formas para aliviar a crise de alimentos na região.

- 0.7.4.10 O Representante do Equador manifestou a preocupação de seu país pelo aumento nos preços dos alimentos e mencionou algumas das medidas que vem aplicando, entre as quais a redução de tarifas e a oferta de crédito.
- 0.7.4.11 O Representante do Haiti expressou que seu país é o mais afetado pela crise alimentar e que considerava que o problema transcende a capacidade de produzi-los, pois a segurança alimentar pressupõe abordar o problema do acesso. Informou que o Governo havia elaborado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural e vinha empreendendo ações desde a distribuição de alimentos até a produção agrícola. Assinalou que outro problema que o país enfrenta diz respeito aos fenômenos climáticos, tais como ciclones e furacões, que poderiam agravar a situação nos próximos meses. Expressou que a coordenação interinstitucional entre os organismos (FAO, IICA e PMA) e os países que ajudam o Haiti deve ser reforçada e que essa coordenação é especialmente necessária para implementar o citado plano. Manifestou que, acima de tudo, o país precisa de ajuda para dar andamento a atividades e coordenar projetos.
- 0.7.4.12 O Representante dos Estados Unidos destacou o consenso quanto à necessidade de identificar formas eficazes para enfrentar o problema da insegurança alimentar. Informou que o Secretário da Agricultura de seu país propusera uma abordagem múltipla para o problema e que o Presidente Bush solicitara mais recursos ao Congresso, havendo sido destinados US\$ 5 bilhões para prestar assistência aos países mais vulneráveis e aumentar rapidamente a oferta de alimentos. Salientou a importância para seu país de avançar na liberalização do comércio. Com respeito ao papel do IICA, assinalou que o Instituto deve envidar esforços no sentido de promover uma coordenação adequada com outras organizações a fim de evitar duplicidades e o desperdício dos escassos recursos existentes. No seu entender, é evidente a necessidade de haver maior investimento na agricultura e aperfeiçoar a transferência de tecnologia, mas é preciso cautela com relação a algumas propostas que promovem ações intrarregionais tendentes a aumentar o protecionismo interno.

- 0.7.4.13 O Diretor-Geral cumprimentou os expositores e agradeceu os Estados membros por suas contribuições. Fez menção a diversos fatores que incidem no agravamento da crise, tais como os seguintes: (a) o aumento dos preços dos combustíveis fósseis, que ameaça principalmente os países importadores de petróleo; (b) as mudanças climáticas, fator que já é crítico em algumas regiões e que afetará cada dia mais o planeta; (c) os problemas da insegurança da população e das despesas com o contraterrorismo; (d) a crise em muitas instituições educacionais; (e) a crise na nutrição, que vem gerando altos níveis de obesidade e desnutrição; e (f) a manifesta crise financeira. Reconheceu que as soluções não são fáceis e que é preciso levar em consideração todo esse quadro de referência.
- 0.7.4.14 Continuou sua intervenção salientando a importância de que os países reflitam sobre o modelo de desenvolvimento até hoje seguido e considerem se devem modificá-lo total ou parcialmente. Manifestou que os questionamentos surgidos acerca desse tema são válidos e que, no atual contexto de aumento dos preços dos alimentos e dos custos de produção, era mais difícil obter uma resposta rápida para promover a produção de alimentos e considerar, ao mesmo tempo, outra “revolução verde”. A seu ver, impulsionar a produção não é a única resposta e são necessárias políticas de inclusão que possibilitem o acesso a alimentos e melhores condições para as populações mais vulneráveis. Acrescentou que aspectos cruciais, como disponibilidade de crédito, gestão de risco e seguros e mudanças climáticas devem ser considerados para viabilizar qualquer proposta.
- 0.7.4.15 Acrescentou, ainda, que é preciso atender a temas relacionados com as bases e ações da coordenação institucional, em vista de que a relação e articulação entre os Ministérios do Comércio, Saúde, Agricultura e outras instituições atualmente não são satisfatórias. Expressou que uma das tarefas mais importantes é analisar o que funcionou e o que não funcionou. Assinalou que muitos dos problemas atuais são de natureza multinacional, a exemplo das doenças transfronteiriças, tecnologia e gestão de risco. Indicou que, embora várias medidas estejam sendo implementadas, há muitas outras que devem ser aplicadas para fortalecer

a agricultura e solucionar problemas de longo prazo que não estão sendo consideradas. Concluiu afirmando que o IICA constitui uma instância que facilita a cooperação entre países e instituições no enfrentamento do problema da crise alimentar.

0.8 *Encerramento*

A Sessão de Abertura foi encerrada às 09h40.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

1.1 Abertura

1.1.1 A Primeira Sessão Plenária teve início às 14h25 do dia 22 de julho de 2008, sob a presidência do Sr. Ezequiel Joseph, Representante de Santa Lúcia.

1.2 Avanços na implementação do PMP 2006-2010: Relatório Anual 2007 do IICA

1.2.1 O Subdiretor-Geral do IICA, Sr. Christopher Hansen, fez uma apresentação sobre os resultados alcançados em 2007 na implementação do PMP 2006-2010.

1.3 Discurso da Sra. Denia León, Representante de Honduras

1.3.1 O Presidente informou que a Representante de Honduras, Sra. Denia Esperanza León Tejada, havia se incorporado à reunião, e lhe concedeu a palavra. A Representante de Honduras comunicou que participaria da reunião em representação ao Sr. Héctor Hernández Amador, Ministro da Agricultura de seu país. Em seguida, comunicou aos representantes dos Estados membros que em 30 de julho seria realizada em Honduras uma reunião dos Ministros da Agricultura dos países beneficiados pelos acordos do Petrocaribe, na qual poderiam ser apresentadas propostas sobre segurança alimentar e transferência de tecnologia, entre outros temas. Finalmente, agradeceu ao Presidente a oportunidade que lhe fora concedida de apresentar-se ao plenário.

1.4 *Situação atualizada do pagamento das cotas e progressos na arrecadação das cotas devidas ao Instituto*

- 1.4.1 O Presidente passou a palavra à Sra. Karen Kleinheinz, Diretora de Finanças do Instituto, para que apresentasse o relatório sobre a situação atualizada do pagamento das cotas dos Estados membros e os progressos alcançados na arrecadação de cotas devidas de anos anteriores.
- 1.4.2 O Representante Observador do Peru explicou que seu Governo estava decidido a regularizar o mais breve possível a situação do pagamento ao IICA de suas cotas atrasadas, o que podia ser evidenciado pelo pagamento recentemente efetuado ao Instituto por seu país, de US\$431.456,00. Informou que brevemente o Peru efetuará novo pagamento.
- 1.4.3 O Representante Observador do Canadá expressou sua satisfação pelo relatório apresentado pela Diretora de Finanças. Cumprimentou o Diretor-Geral e os Estados membros pelos esforços envidados para regularizar seus compromissos financeiros, contribuindo, assim, para melhorar a situação financeira do IICA.
- 1.4.4 O Representante do Chile esclareceu que seu país não havia dado seu aval à entrada em vigor da escala de cotas provisória, adotada na reunião da JIA realizada em 2007 na Guatemala. Manifestou a disposição de seu Governo de ajustar-se à escala de cotas definitiva, que entrará em vigor a partir de 2009.
- 1.4.5 O Diretor-Geral agradeceu os Estados membros pelos esforços envidados por melhorar a situação financeira do Instituto, os quais são retribuídos com serviços de cooperação técnica apropriados, oportunos e de qualidade que os ajudam a promover a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola e rural. Expressou seus agradecimentos, de modo especial, ao Peru, pela ação adotada para regularizar o pagamento de suas cotas, e ao Chile, por sua disposição de ajustar-se à nova escala de cotas.

1.5 *Demonstrativos financeiros do Instituto e relatório dos auditores externos*

- 1.5.1 A Diretora de Finanças apresentou os demonstrativos financeiros do Instituto correspondentes a 2007 e o relatório dos auditores externos. Explicou que o Regulamento Financeiro do IICA estabelece que uma vez ao ano seja realizada uma auditoria externa e informou que a firma Deloitte & Touche estivera a cargo dessa auditoria, realizada de acordo com as normas internacionais pertinentes. Comentou que, no entender dos auditores externos, os demonstrativos financeiros do IICA apresentavam razoavelmente, em todos os aspectos importantes, a situação financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2006 e de 2007, bem como as mudanças nos ativos líquidos e seus fluxos de caixa referentes aos dois anos, em conformidade com os princípios de contabilidade de aceitação geral.
- 1.5.2 O Representante da Dominica considerou importante melhorar a alocação de recursos destinados a financiar atividades relacionadas com o reposicionamento da agricultura, a tecnologia, a modernização dos sistemas agrícolas e o apoio ao CARDI.
- 1.5.3 A Representante dos Estados Unidos considerou importante que, nas futuras apresentações dos demonstrativos financeiros, fosse incluída uma análise mais pormenorizada por parte dos auditores externos.
- 1.5.4 A Diretora de Finanças explicou que os auditores externos têm uma metodologia definida, que se limita ao exame da informação financeira, salientando, contudo, que a Administração prepara e anexa aos demonstrativos financeiros informação complementar sobre a situação das cotas, o orçamento executado por capítulo e os programas realizados com outras instituições, entre outros aspectos. Finalmente, assinalou que o Comitê de Exame de Auditoria (CEA) revê e examina pormenorizadamente a informação financeira, comunicando oportunamente a Administração sobre as situações especiais que julgue pertinentes.

- 1.5.5 A Representante da Argentina solicitou explicações da razão de os dados do orçamento de 2006-2007 mostrarem receitas inferiores às despesas.
- 1.5.6 A Diretora de Finanças esclareceu que a receita incluía as cotas recebidas, referentes a 2007. Acrescentou que as cotas devidas de períodos anteriores são registradas como redução das contas a cobrar. Acrescentou que as despesas correspondiam tanto ao orçamento regular como ao extraordinário.
- 1.5.7 O Diretor-Geral comentou que o orçamento aprovado pela JIA passa, pelo menos, por quatro níveis de supervisão, a saber: (i) da disponibilidade de dinheiro (a execução do orçamento depende do pagamento das cotas dos Estados membros e, portanto, da disponibilidade real de fundos); (ii) da auditoria interna e da Divisão de Orçamento e Controle para assegurar a aplicação das normas institucionais; (iii) dos auditores externos; e (iv) do CEA. Assinalou que, além disso, vinham sendo implementadas ferramentas de controle, a exemplo do Sistema Financeiro (SAP), que garante a fidelidade e transparência na informação financeira enviada aos Estados membros e ao Diretor-Geral.
- 1.5.8 Finalmente, ressaltou a necessidade de maior investimento em sistemas de informação e a importância do maior aproveitamento das tecnologias disponíveis. Também destacou a relevância de que os governos se vinculem às instituições que vêm estimulando novas tecnologias, como é o caso da EMBRAPA, no Brasil, e do CARDI, no Caribe.
- 1.6 *Décimo Quarto Relatório do Comitê de Exame de Auditoria*
- 1.6.1 A Diretora de Finanças pediu desculpas, em nome dos membros do Comitê de Exame de Auditoria (CEA), que, por motivo de força maior, não puderam estar presentes e apresentar ao Comitê Executivo o Relatório da Auditoria, conforme a praxe das reuniões do Comitê Executivo. Acrescentou que todas as delegações haviam recebido com antecedência uma cópia do relatório.

1.7 Proposta de Orçamento-Programa Extraordinário de 2008-2009

- 1.7.1 O Diretor de Administração e Finanças, Sr. Francisco Barea, apresentou a proposta de Orçamento-Programa Extraordinário de 2008-2009, que inclui os resultados esperados das ações de cooperação técnica nos seguintes campos: (i) desenvolvimento das capacidades para o efetivo aproveitamento do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC; (ii) sistematização e divulgação de experiências sobre seguro rural; (iii) apoio às iniciativas de cooperação horizontal entre os Estados membros; (iv) promoção de vínculos entre a agricultura e o turismo; e (v) o Centro de Liderança em Agricultura. Acrescentou que a proposta inclui, também, ações para o fortalecimento institucional relativas ao desenvolvimento profissional contínuo e à modernização da infraestrutura institucional.
- 1.7.2 O Representante da Argentina agradeceu a exposição e solicitou que lhe fosse apresentado um detalhe, em nível de objeto de despesa, das atividades que serão financiadas pelo orçamento extraordinário. Também consultou se o aprimoramento das capacidades do Instituto significava a contratação de novos funcionários. Concluiu solicitando maiores informações sobre o financiamento futuro do Programa de Desenvolvimento Profissional e dos projetos destinados ao melhoramento da infraestrutura que, por sua natureza de atividades contínuas, deveriam estar programados nos orçamentos regulares do Instituto.
- 1.7.3 O Diretor de Administração e Finanças informou que, do orçamento ordinário do biênio 2008-2009 das atividades de sanidade agropecuária, cooperação horizontal e agroturismo, correspondem, respectivamente, US\$200.000,00, US\$260.000,00 e US\$278.376,00. Explicou a discriminação por Objeto de Natureza Maior de cada uma dessas rubricas orçamentárias. Comentou, ademais, que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) aprovara a inclusão, no orçamento ordinário, de uma rubrica para melhoramento da infraestrutura.

- 1.7.4 A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Linda Landry, acrescentou que o orçamento extraordinário incluía, na rubrica de aperfeiçoamento das capacidades, o pagamento de subsídios para os funcionários que participam nas atividades de capacitação e atualização profissional em períodos sabáticos, bem como os recursos para contratar o pessoal que substitua temporariamente os beneficiários desses programas. Mencionou, ademais, que a capacitação estará centrada, principalmente, no pessoal profissional local e internacional.
- 1.7.5 A Representante de Honduras solicitou informação sobre o orçamento destinado ao Escritório do IICA em seu país e quanto à forma em que vem sendo executado. Também pediu explicações sobre a relação entre as contribuições e o montante da cooperação técnica recebida do IICA. Em seguida, comentou que seu país gera uma importante contribuição pelo pagamento da taxa institucional líquida (TIL) ao IICA, em função da administração de projetos financiados por recursos externos.
- 1.7.6 O Diretor de Administração e Finanças explicou que os Escritórios do IICA nos países elaboram suas agendas de cooperação técnica em conjunto com as autoridades nacionais e especificam os recursos regulares necessários à sua implementação. Esclareceu que, no caso dos recursos externos entregues pelos países a um Escritório do IICA para administração, são as autoridades nacionais que determinam as atividades em que serão investidos tais recursos e os mecanismos de prestação de contas, o que é definido em acordos oficiais.
- 1.7.7 O Diretor de Administração e Finanças acrescentou que os Escritórios do IICA nos países realizam anualmente um *workshop* para prestação de contas perante as autoridades nacionais públicas e privadas e outros organismos internacionais, o que constitui um mecanismo de transparência e retroalimentação para o melhoramento da cooperação prestada pelo Instituto aos Estados membros. Informou que a cooperação do IICA a Honduras equivale aproximadamente a dez vezes a cota de contribuição do país, o que corresponde ao princípio de solidariedade entre os Estados membros, definido na Convenção sobre o IICA.

- 1.7.8 O Representante dos Estados Unidos agradeceu a informação prestada e manifestou sua concordância com a proposta de orçamento extraordinário apresentada. Externou seu apoio ao Representante da Argentina quanto à inclusão da capacitação do pessoal no orçamento ordinário do Instituto. Solicitou informação sobre as gestões realizadas pelo IICA para captar recursos adicionais destinados às atividades previstas no orçamento extraordinário.
- 1.7.9 O Diretor de Financiamento Externo e Projetos de Investimento, Sr. François Dagenais, informou que o IICA prepara, com a participação de entidades nacionais e internacionais, perfis de projetos para apresentação a organismos financeiros internacionais. Acrescentou que, no caso do Haiti, fora possível obter fundos para o desenvolvimento de pequenas parcelas para culturas alimentícias por meio de parcerias com os governos do Canadá e da Argentina. Comentou que haviam sido formulados planos de negócios com vistas à aproximação com os organismos financeiros em Washington e na Europa. Conclui informando os resultados em matéria de seguro rural.
- 1.7.10 O Subdiretor-Geral, Sr. Christopher Hansen, acrescentou que neste ano de 2008 o IICA vinha executando projetos financiados por organismos financeiros e de cooperação nacionais e internacionais e pelos governos dos Estados membros pelo valor de, aproximadamente, 180 milhões de dólares, os quais complementam os recursos regulares com que conta o IICA para ações de cooperação técnica nos países membros.
- 1.7.11 Representante do Chile apoiou a proposta de orçamento extraordinário apresentada e destacou três atividades que, no seu entender, deveriam ser altamente prioritárias: o apoio ao fortalecimento de capacidades para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, o desenvolvimento dos seguros rurais e a cooperação horizontal entre os Estados membros.
- 1.7.12 O Diretor-Geral comentou que o Instituto recebe demandas de cooperação técnica em temas novos, as quais tem sido possível à Administração atender por meio da gestão de recursos externos, da

recuperação das cotas em atraso e da utilização de recursos da TIL. Informou que doravante a recuperação das cotas em atraso se verá limitada em face da significativa redução do pagamento pelos países em mora, em vista do que o financiamento da cooperação prestada pelo Instituto aos Estados membros dependerá, principalmente, dos recursos que os próprios países possam aportar.

1.8 *Avanços no Processo de Cúpulas e com relação à Quinta Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, Jamaica 2009*

1.8.1 O Diretor do Escritório de Seguimento do Processo de Cúpulas das Américas, Sr. Bernardo Badani, discorreu sobre os avanços alcançados no Processo de Cúpulas das Américas e com relação à Quinta Reunião Ministerial.

1.8.2 O Diretor-Geral ressaltou que, diferentemente das últimas vezes, a realização da Quinta Cúpula das Américas ocorrerá antes da Quinta Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, razão pela qual era importante que os aspectos que deveriam constar na Declaração da Cúpula fossem informados na primeira das reuniões preparatórias e, por isso, os Delegados Ministeriais deveriam tratá-los com suficiente antecedência a fim de garantir que o tema da agricultura e vida rural não deixe de estar presente e mantenha seu destaque no Processo de Cúpulas das Américas.

1.9 *Projetos de resolução*

1.9.1 O Presidente informou que o primeiro conjunto de projetos de resolução fora distribuído para consideração pelos representantes e seria submetido a aprovação na sessão seguinte.

1.10 *Encerramento*

1.10.1 A Primeira Sessão Plenária foi encerrada às 17h50.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

2.1 *Abertura*

2.1.1 A Segunda Sessão Plenária teve início às 08h30 do dia 23 de julho de 2008, sob a presidência do Sr. Ezequiel Joseph, Representante de Santa Lúcia.

2.2 *Projetos de resolução*

2.2.1 A relatora procedeu à leitura dos seguintes projetos de resolução: “Relatório Anual do IICA 2007”, “Demonstrativos Financeiros do Instituto em 2007 e Relatório dos Auditores Externos”, “Décimo Quarto Relatório do Comitê de Exame de Auditoria” e “Avanços na Arrecadação das Cotas Devidas ao IICA em 15 de junho de 2008”, os quais foram aprovados sem modificação.

2.2.2 O Representante Observador do Canadá perguntou à Secretaria Técnica qual era o público alvo das resoluções do Comitê Executivo. O Secretário Técnico explicou que as resoluções dos órgãos de governo do Instituto são de domínio público e são disponibilizadas na página do IICA na Internet. Acrescentou que também são impressas e fazem parte dos relatórios das reuniões em que são aprovadas, os quais são enviados pelo Diretor-Geral, em caráter oficial, aos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura dos Estados membros, bem como aos Observadores Permanentes e convidados especiais às reuniões.

2.2.3 O Diretor-Geral acrescentou que esses relatórios também são enviados aos representantes dos Estados membros no Conselho Permanente da OEA.

2.3 *Projeto de resolução: “Ações realizadas diante da situação da segurança alimentar”*

- 2.3.1 A Relatora leu o projeto de resolução em referência.
- 2.3.2 O Representante Observador do México comentou que os considerandos destacam os aspectos negativos sobre os positivos e ressaltou a importância de que também refletissem as oportunidades que a conjuntura atual enseja para o fortalecimento da agricultura dos Estados membros, o que inclui pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, emprego e capitalização dos pequenos e médios produtores. Também assinalou que a referida resolução deveria incluir um parágrafo reconhecendo os esforços envidados pelos Estados membros para enfrentar a crise e avançar em matéria de segurança alimentar.
- 2.3.3 O Representante Observador do Canadá expressou que considerava importante o projeto de resolução sobre segurança alimentar e sugeriu os seguintes ajustes nos considerandos: (i) fortalecer o enunciado das causas da atual conjuntura; (ii) considerar que, mais do que a redução do abastecimento, trata-se de aumento da demanda; e (iii) mencionar o direito à alimentação com base no teor de outras declarações internacionalmente aprovadas. Finalmente, recomendou que a informação apresentasse algumas cifras e citou como exemplo o número de pessoas subalimentadas no Hemisfério.
- 2.3.4 Em seguida, sugeriu incluir nos parágrafos resolutivos o fornecimento de informação sobre os resultados potenciais e os progressos das atividades. Também propôs mencionar a importância do intercâmbio de informação e da criação de redes de informação com outros organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do BID, e motivá-los para que aumentem a mobilização de recursos financeiros para o setor agrícola.
- 2.3.5 O Representante dos Estados Unidos manifestou sua concordância com o Canadá e acrescentou que outros organismos internacionais, como a FAO, já estavam tratando da identificação das causas da crise alimentar,

em vista do que recomendava que fossem considerados esses esforços e trabalhos. Ressaltou a importância de contar com um documento estruturado e sólido, baseado num enfoque mais construtivo.

- 2.3.6 A Representante de Honduras concordou com a posição do México. Fez menção ao reconhecimento que cabe ser dado aos esforços nacionais e regionais e comentou que a cooperação do IICA deve centrar-se em ações concretas em apoio a tais esforços. Esclareceu que a região centro-americana conta com a Política Agrícola Centro-Americana (PACA) como instrumento regional e que seu país tem uma política de Estado. Portanto, os esforços devem orientar-se mais no sentido da harmonização de políticas do que no de sua criação.
- 2.3.7 O Diretor-Geral destacou três aspectos das contribuições dadas pelos representantes que considera essenciais: (i) a oportunidade que a atual conjuntura representa para o setor agrícola dos países das Américas; (ii) a importância de levar em conta as ações em andamento pelos Estados membros para enfrentar a crise; e (iii) o potencial das Américas para participar na solução do problema, principalmente a disponibilidade e a riqueza dos recursos naturais, a capacidade técnica, os recursos financeiros e a presença de organismos financeiros regionais, como o BID, o BCIE, o CDB e outros. Finalmente, sugeriu a criação de um grupo *ad hoc* para rever e ajustar o texto da resolução, o qual contaria com o apoio dos seguintes funcionários do Instituto: James French, Julio Paz e Rafael Trejos.
- 2.3.8 O Representante da Argentina sugeriu que o primeiro parágrafo resolutivo refletisse melhor a natureza estrutural da crise de alimentos e como esta condiciona as ações de planejamento do setor agrícola. Além disso, destacou a necessidade de adequar as Agendas Nacionais de Cooperação Técnica (ANCT), ação que deverá contar com a participação de autoridades dos Estados membros, organismos regionais – CAC, CAS e CCEAG – entre outros. Também sugeriu que fossem definidos a abrangência, prazos e recursos das ações a serem realizadas.

- 2.3.9 O Representante do Chile propôs reforçar o primeiro parágrafo resolutivo do projeto em consideração com o propósito de enfatizar os temas modernização tecnológica, incorporação de conhecimento, desenvolvimento de capacidades gerenciais, equidade e disponibilidade de alimentos.
- 2.3.10 O Representante Observador do México apoiou a constituição do grupo *ad hoc* proposto pelo Diretor-Geral. Além disso, recomendou enfatizar o aspecto tecnológico, que guarda relação com a dimensão temporal da situação existente. Também concordou com a necessidade de que o IICA coordene sua função de apoio aos Estados membros com outras organizações, tais como o CATIE e outras existentes na América do Sul e na América Central a fim de complementar capacidades, estabelecer resultados e evitar duplicações de esforços.
- 2.3.11 O Representante Observador do Brasil respaldou a criação do grupo de trabalho proposto e reiterou o interesse em que sejam alcançados resultados concretos.
- 2.3.12 O Presidente solicitou a indicação de candidatos para formar o grupo de trabalho, que ficou constituído pelos representantes do Canadá, Argentina, Estados Unidos, México e Brasil.
- 2.3.13 Finalmente, o Diretor-Geral destacou a importância de que os acordos da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo reflitam temas de real interesse para os países, tais como crise alimentar, e a importância de definir o papel institucional.
- 2.4 *Projeto de resolução: “Orçamento Extraordinário 2008-2009 Financiado com Recursos do Subfundo-Geral”*
- 2.4.1 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução em referência.
- 2.4.2 O Representante dos Estados Unidos consultou se havia coerência entre o conteúdo do Quadro 1, apresentado no relatório, e o que indica o segundo parágrafo resolutivo.

- 2.4.3 O Diretor-Geral sugeriu modificar o segundo parágrafo resolutivo a fim de que leia “... a execução do orçamento extraordinário não afete negativamente ou prejudique a normal execução do orçamento-programa do Instituto no período 2008-2009.”
- 2.4.4 A Diretora de Finanças explicou que, sendo mantida a tendência de pagamento e recuperação das cotas atrasadas, não são previstas dificuldades no fluxo de caixa do Instituto. Reiterou que o espírito do segundo parágrafo resolutivo era garantir que a execução do orçamento extraordinário não prejudique a execução normal do orçamento-programa ordinário de 2008-2009, em vigor.
- 2.4.5 O Representante dos Estados Unidos apoiou a sugestão do Diretor-Geral no sentido de ser acrescentada a palavra “negativamente” ou “prejudique” no segundo parágrafo resolutivo.
- 2.4.6 O Representante da Argentina manifestou que, no passado, a execução orçamentária estivera condicionada à arrecadação de cotas atrasadas, dado que deveria constar da resolução para não afetar outras fontes de recursos. Expressou, ademais, que entendia que o financiamento do orçamento extraordinário provirá da arrecadação das cotas atrasadas a ser feita no futuro, o que poderia ser um estímulo para que os Estados membros saldem as cotas devidas ao IICA.
- 2.4.7 O Diretor-Geral sugeriu modificar o primeiro parágrafo resolutivo a fim de ler o seguinte: “...e será financiado exclusivamente com recursos que o IICA obtiver a título de arrecadação de cotas atrasadas”. Finalmente, esclareceu que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a Resolução 434, aprovara uma dotação global de US\$ 1 milhão para o orçamento extraordinário, a ser financiado com recursos que o Instituto obtiver da arrecadação das cotas em atraso, correspondentes a períodos anteriores.
- 2.4.8 O projeto de resolução foi aprovado com as modificações sugeridas.

- 2.5 *Exposição acerca do cumprimento das recomendações sobre o fortalecimento da capacidade técnica*
- 2.5.1 O Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento, Sr. James French, expôs o tema em questão. Referiu-se aos seguintes itens: (i) recomendações cuja implementação não requeira recursos adicionais nem decisões dos órgãos de governo do Instituto; (ii) ações que o IICA pretende implementar em 2008-2009; e (iii) recomendações do Comitê Guia e da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG).
- 2.5.2 O Representante Observador do México, na condição de coordenador do Comitê Guia incumbido de analisar as capacidades técnicas do Instituto, agradeceu a exposição e a colaboração recebida do Diretor-Geral e do pessoal técnico do IICA no desenvolvimento do relatório. Assinalou que considerava acertada a decisão quanto à realização desse exercício, dado que permite ao Instituto ajustar sua capacidade à nova conjuntura e às demandas de cooperação técnica dos Estados membros.
- 2.5.3 O Representante do Chile reconheceu o trabalho realizado para aperfeiçoar a capacidade técnica do Instituto. Manifestou que o relatório evidencia a falta de um quadro estratégico no IICA. Ademais, solicitou informação acerca do processo de implementação das recomendações do Comitê Guia.
- 2.5.4 O Representante Observador do Brasil propôs que o Comitê Guia seja aumentado e continue a apoiar o processo de preparação do quadro estratégico 2010-2020.
- 2.5.5 A Representante de Antígua e Barbuda cumprimentou o expositor e as autoridades do IICA pelo trabalho e pela exposição. Assinalou que esse esforço denota que a Administração conta com uma clara visão do futuro, o que é necessário para fazer face aos múltiplos desafios que enfrentam a agricultura e o meio rural das Américas.

- 2.5.6 O Representante dos Estados Unidos cumprimentou o expositor e seus colegas. Indicou que lhe parecia conveniente que o IICA concentrasse suas ações nas áreas em que conte com capacidades técnicas e vantagens competitivas e que, além disso, era preciso levar em conta as restrições orçamentárias. Por conseguinte, expressou que era preciso que o IICA definisse com clareza seu papel num contexto caracterizado por constantes mudanças.
- 2.5.7 O Diretor-Geral agradeceu os comentários emitidos e exaltou o trabalho realizado pelo Comitê Guia e pelo pessoal do Instituto. Externou que, a seu ver, o documento orienta o estabelecimento de bases para o desenvolvimento institucional, retroalimenta o IICA para adaptar-se a um mundo cambiante e enfatiza a importância de trabalhar com recursos limitados e em parceria com outras organizações. Recomendou que o quadro estratégico considere as ações de organismos presentes no Hemisfério a fim de evitar a duplicação de esforços, facilite a coordenação de ações conjuntas e planeje o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a cooperação, o que, por sua vez, possibilitará ao IICA definir o nicho em que concentrará suas atividades.
- 2.5.8 O Presidente do Comitê Executivo agradeceu a exposição e as observações recebidas. Assinalou a necessidade de ser definido o papel futuro do Comitê Guia e o mecanismo mediante o qual serão implementadas as recomendações desse Comitê.
- 2.5.9 O Representante do Chile consultou sobre os próximos passos para implementar as recomendações do Comitê Guia sobre o fortalecimento da capacidade técnica do Instituto. Assinalou que considerava oportuno que o Comitê Executivo analisasse o mandato dado ao Comitê Guia para avançar na implementação das recomendações e ampliar o número de seus membros. O Representante do Chile e o Representante Observador do Brasil manifestaram sua disposição de fazer parte do Comitê Guia.
- 2.5.10 O Representante Observador do México, na qualidade de Coordenador do Comitê Guia, reconheceu a importância de que esse Comitê continue a apoiar o Instituto na implementação das recomendações da avaliação

das capacidades técnicas. Recomendou a contratação de peritos para fortalecer o trabalho do Comitê Guia, sendo necessário, para tanto, contar com recursos financeiros adicionais.

- 2.5.11 O Diretor-Geral ressaltou que a participação dos Estados membros no processo de fortalecimento da capacidade técnica do Instituto era vital para definir suas ações no futuro. Nesse sentido, reconheceu a importância das recomendações do Comitê Guia. Acrescentou que a definição de um plano estratégico até 2020 implica uma série de atividades que deverão ser executadas pela Administração que em breve se retirará e pela nova Administração, em vista do que recomendava que fossem especificadas com precisão as ações que estarão sob a responsabilidade de cada uma delas. Finalmente, comentou que era viável alocar recursos em um montante similar ao investido até o presente para o trabalho do Comitê Guia.
- 2.5.12 O Presidente do Comitê Executivo recomendou a continuidade do trabalho do Comitê Guia, sob a coordenação do México, com a incorporação do Chile e do Brasil. Finalmente, sugeriu que o Comitê Guia e a Administração do IICA definissem as atividades que serão responsabilidade tanto da atual Administração como da nova, que assumirá a direção do Instituto a partir de 16 de janeiro de 2010.

2.6 Nomeação e títulos de *emérito*

- 2.6.1 O Secretário Técnico informou que, em conformidade com o artigo 16 do Regulamento da Direção-Geral, o Comitê Executivo poderá nomear eméritos e conceder o título pertinente por sua própria iniciativa ou mediante proposta do Diretor-Geral a funcionários de alto nível na classificação Pessoal Profissional que apresentem destacadas contribuições ao Instituto, tenham completado trinta anos no exercício profissional, tenham estado vinculados às atividades do Instituto durante os últimos quinze anos e contem com dez anos a seu serviço direto. Acrescentou que a outorga do título de Funcionário Emérito do IICA não implica despesas adicionais para a instituição.

- 2.6.2 O Diretor-Geral submeteu à consideração do Comitê Executivo a Sra. M. Susana Dancourt Iriarte e os Srs. H. Arlington D. Chesney, P. Lizardo de las Casas, Ernani Maria da Costa Fiori, Guillermo Grajales e Víctor Manuel Tunarosa Murcia como candidatos a nomeação e título de Emérito.
- 2.6.3 O Presidente submeteu a proposta ao plenário, a qual foi aprovada sem alterações.
- 2.6.4 O Diretor-Geral agradeceu ao Peru, Guiana, Brasil e Colômbia pela contribuição dada por esses profissionais ao Instituto. Finalmente, chamou a atenção para a presença na sala do Sr. H. Arlington D. Chesney, a quem todo o Comitê Executivo reconheceu as importantes contribuições dadas ao IICA.
- 2.7 Projeto de resolução: “Títulos de Emérito 2008”
- 2.7.1 A Relatora procedeu à leitura do projeto de resolução em referência, que foi aprovado sem modificações.
- 2.8 Encerramento
- 2.8.1 A Segunda Sessão Plenária foi levantada às 11h55 da quarta-feira, dia 23 de julho de 2008.

TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

3.1 *Abertura*

3.1.1 A Terceira Sessão Plenária da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo foi iniciada às 14h05 do dia 23 de julho de 2008, sob a presidência do Sr. Ezequiel Joseph, Representante de Santa Lúcia.

3.2 *Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das*

3.3 *Américas*

3.3.1 O Presidente passou a palavra para o Especialista em Agricultura Orgânica do IICA, Sr. Pedro Cussianovich, que apresentou uma exposição sobre a Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas (ver anexo).

3.3.2 O Representante Observador do Brasil cumprimentou o Sr. Cussianovich pela excelente apresentação, assinalando que havia servido para mostrar a importância da agricultura orgânica para as Américas. Em seguida, destacou as disparidades encontradas nos países do Hemisfério no desenvolvimento desse tipo de agricultura e que a Rede poderia constituir um mecanismo adequado na busca de soluções destinadas a reduzir tais diferenças. Também indicou que era necessário impulsionar a consolidação da Rede, uma vez que poderia desempenhar um papel importante com tal finalidade.

3.3.3 O Representante Observador do Peru assinalou o auge que vem ocorrendo em seu país na produção agrícola orgânica. Concordeu com o Representante do Brasil quanto à importância dessa rede para os países das Américas, principalmente porque proporciona a oportunidade de conhecer as experiências de outros países nesse campo. Acrescentou que era preciso melhorar a estrutura atual da rede.

- 3.3.4 O Diretor-Geral do IICA agradeceu o Sr. Cussianovich por sua apresentação. Indicou que, dada a relevância da agricultura orgânica para os países da região, o Instituto deveria apoiá-los na formulação de políticas, normas e estratégias para o desenvolvimento dessa modalidade de agricultura. Para tanto, o IICA deve trabalhar com outros organismos do Hemisfério que também têm projetos destinados a promover a agricultura orgânica, como é o caso do CATIE. O Diretor-Geral aproveitou para agradecer a presença nesta reunião do Diretor-Geral desse Centro, Dr. José Joaquín Campos.
- 3.3.5 O Representante de Antígua e Barbuda somou-se aos comentários expressados pelos Representantes do Brasil e do Peru com respeito aos benefícios da rede para os países das Américas, de modo particular para o Caribe, onde a agricultura orgânica poderia desempenhar um papel significativo na promoção do agroturismo.
- 3.3.6 O Presidente agradeceu os comentários dos Representantes Observadores do Brasil e do Peru e do Representante de Antígua e Barbuda. Consultou o Sr. Cussianovich sobre a questão da harmonização de normas da agricultura orgânica, pois considerava necessário haver compatibilidade entre as normas dos países da América Latina e do Caribe e as de países mais avançados nesse campo, como os da União Europeia.
- 3.3.7 O Sr. Cussianovich respondeu que alguns países da América Latina e do Caribe, como é o caso da Argentina, já vinham trabalhando na harmonização de suas normas com relação às da União Europeia. Acrescentou que a Rede, que constituiu o primeiro componente da institucionalidade hemisférica em matéria de agricultura orgânica, apoiará a transferência das experiências e conhecimentos de outras partes do mundo e das Américas para os países que assim desejarem.
- 3.4 Liderança na agricultura
- 3.4.1 O Presidente passou a palavra para o Sr. Hernán Chiriboga, Coordenador do Centro de Liderança em Agricultura (CLA), que fez referência às ações do Centro.

- 3.4.2 O Sr. Chiriboga mencionou que, entre os produtos e serviços do Centro de Liderança em Agricultura (CLA), há o Foro de Líderes na Agricultura, destinado a altos executivos e tomadores de decisão do setor agropecuário. Acrescentou que o Foro sobre Liderança fora concebido para impulsionar uma série de diálogos estratégicos que possam levar a uma compreensão mais profunda dos processos em andamento que influem na agricultura e no desenvolvimento rural do Hemisfério. Os Ministros da Agricultura têm participado do Foro de Liderança e visitado projetos, propriedades agrícolas e instituições dedicadas à produção agropecuária. O outro foro implementado pelo CLA é o Foro de Líderes Jovens na Agricultura.
- 3.4.3 Também mencionou que, no primeiro Foro de Líderes Jovens na Agricultura, realizado na Sede Central do IICA de 24 a 29 de março de 2008, haviam participado jovens dos 34 países do Hemisfério (dois representantes por país). Durante a realização desse evento, tendo em vista o conhecimento demonstrado pelos jovens, bem como sua capacidade técnica, valores e características de liderança, foram escolhidos dois líderes para representar todos os participantes nesta reunião do Comitê Executivo, Marcus Richards (São Vicente e Granadinas) e Medardo Lizano (El Salvador). Em seguida, convidou esses dois jovens a informarem sobre as experiências vividas durante o Foro.
- 3.4.4 O Sr. Marcus Richards agradeceu ao Diretor-Geral e aos membros do Comitê Executivo o convite para participar do Primeiro Foro de Líderes Jovens na Agricultura e relatar algumas experiências desse evento. Mencionou que todos os jovens participantes sentiram-se muito orgulhosos por haver sido escolhidos para participar do foro e que considerava que o investimento feito pelo IICA ao criar o Centro de Liderança em Agricultura realmente valia a pena. Acrescentou que o profissionalismo demonstrado no primeiro dia do Foro e sua excelente organização foram fundamentais para que a semana de atividades fosse excelente e inesquecível. Ressaltou a presença de 34 países, todos membros da família IICA, e que 81 jovens líderes das Américas haviam sido capacitados.

- 3.4.5 Em seguida, mencionou que fora proporcionada aos participantes uma ampla gama de atividades de capacitação, nas quais puderam compartilhar diferentes e úteis conceitos, métodos e técnicas de ensino-aprendizagem. Destacou a variedade dos temas tratados, mencionando de modo especial a liderança com base nos valores e características que deve ter um bom líder. Também mencionou que a combinação de sessões teóricas com atividades práticas fora chave para manter o interesse dos participantes, que regressaram a seus países com uma visão diferente do que significa ser líder e convencidos da importância de trabalhar em equipe para uma ação bem-sucedida.
- 3.4.6 O Sr. Medardo Lizano, de El Salvador, expressou seus agradecimentos ao Diretor-Geral do IICA pelo convite para relatar nesta reunião do Comitê Executivo as experiências vividas no Primeiro Foro de Líderes Jovens na Agricultura.
- 3.4.7 O Sr. Lizano mencionou que das discussões haviam surgido algumas preocupações com respeito a diversos temas, tais como o novo conceito de agricultura, mudanças climáticas, incentivo à bioenergia e promoção do desenvolvimento rural.
- 3.4.8 Em seguida, assinalou que os jovens participantes haviam concluído que deveriam assumir algum tipo de compromisso e colocar seus conhecimentos a serviço da agricultura e das comunidades rurais das Américas. Acrescentou que os compromissos foram assumidos com base no conceito de que é preciso criar espaços para concertar políticas públicas que estimulem a inclusão social e a perspectiva de gênero, a sustentabilidade ambiental, a competitividade, a participação da sociedade no desenvolvimento rural e o desenvolvimento sustentável de nossos países, e que devemos ser partícipes na difusão da real contribuição da agricultura e dos territórios rurais para o bem-estar das sociedades. Ademais, resgataram a importância da diversidade da identidade cultural que existe nos países do Hemisfério. Os compromissos assumidos pelos jovens são estes: (a) contribuir para a criação de espaços que permitam concertar políticas públicas; (b) difundir, em seus países, informação que possibilite aos tomadores de

decisão identificar a verdadeira contribuição da agricultura para a economia e a sociedade; e (c) identificar, reconhecer e promover essa verdadeira contribuição da agricultura.

- 3.4.9 Finalmente, o Sr. Lizano mencionou que, embora seja certo que nossos países requerem recursos humanos competentes em sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, agricultura orgânica, biotecnologia, bioenergia e outros novos campos em que atualmente a agricultura tem imbricações, esses conhecimentos não terão nenhum futuro, se não contarem com líderes visionários que promovam o seu bom aproveitamento, de modo que, em vez de levar ameaças à agricultura, criem oportunidades.
- 3.4.10 Em seguida foi apresentado o vídeo *“Promoviendo líderes con visión global”*.
- 3.4.11 O Presidente agradeceu aos Srs. Hernán Chiriboga, Marcus Richards e Medardo Lizano por suas apresentações. Em seguida, expressou sua satisfação pelo estabelecimento do Centro de Liderança em Agricultura do IICA e cumprimentou o Diretor-Geral por essa iniciativa.
- 3.4.12 O Representante da Dominica assinalou que no Primeiro Foro de Jovens Líderes havia participantes do seu país, para os quais esse evento constituía uma grande experiência de crescimento pessoal e profissional. Depois solicitou ao Diretor-Geral e sua equipe que dessem continuidade aos programas destinados à promoção da liderança na agricultura.
- 3.4.13 A Representante de Antígua e Barbuda expressou sua satisfação pelas atividades do Centro de Liderança em Agricultura do IICA, principalmente as relacionadas com a formação de jovens líderes que, muito em breve, ocuparão posições chave na cadeia agroalimentar.
- 3.4.14 O Representante Observador das Bahamas agradeceu o Sr. Chiriboga por sua apresentação. Em seguida, assinalou que concordava com os Representantes da Dominica e de Antígua e Barbuda quanto à

necessidade de que o Instituto continue a promover a liderança na agricultura.

- 3.4.15 O Diretor-Geral cumprimentou os Srs. Chiriboga, Richards e Lizano pela exposição e agradeceu os Estados membros pelo apoio emprestado ao estabelecimento do Centro de Liderança em Agricultura do IICA. Acrescentou que, para promover o intercâmbio entre os jovens líderes mediante as visitas e estágios que realizam aos diferentes países, eram importantes o patrocínio de outras organizações e o apoio dos Estados membros.
- 3.4.16 O Presidente do Comitê Executivo concordou com o Diretor-Geral e enfatizou que seu país apoiava o foro e os programas de liderança e instou os países a respaldarem essa iniciativa do Instituto.

3.5 Avanços nas ações conjuntas IICA-BID

- 3.5.1 O Sr. Christopher Hansen, Subdiretor-Geral do IICA, fez um resumo do esforço envidado pelo IICA para promover o relacionamento com os parceiros estratégicos, entre os quais citou a FAO, o CATIE e o BID. Em seguida, apresentou os resultados alcançados nas ações conjuntas IICA-BID, mencionou os objetivos gerais dessa parceria e suas principais atividades e conquistas.
- 3.5.2 O Diretor-Geral destacou a colaboração prestada pelos Estados membros às iniciativas promovidas entre o IICA e o BID que possibilitaram executar projetos importantes para o desenvolvimento da agricultura e o meio rural. Acrescentou que, como resultado dessa parceria, o BID poderia considerar o IICA como parte da equipe de análise das estratégias em desenvolvimento rural. Manifestou também a necessidade de que o BID amplie sua carteira de projetos para o setor agrícola e rural, o que seria outro resultado positivo da parceria com o Instituto.
- 3.5.3 Finalmente, solicitou aos países que envidassem esforços por intermédio dos Ministros da Agricultura, no sentido de incluir projetos de desenvolvimento agrícola e rural na agenda do BID. Para tanto, sugeriu

que fosse considerado que os representantes dos países perante o BID são os Ministros da Economia e Finanças.

3.6 Projetos de Resolução

- 3.6.1 A Relatora procedeu à leitura dos seguintes projetos de resolução: “Mecanismo de Coordenação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica nas Américas”, “Centro de Liderança em Agricultura” e “Situação da Análise das Capacidades Técnicas do IICA”, que foram aprovados sem modificação.
- 3.6.2 A Relatora leu em seguida o projeto de resolução “Relatório da Reunião Extraordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais”.
- 3.6.2.1 O Diretor-Geral solicitou que fosse modificado o terceiro parágrafo resolutivo Manifestou que reconhece que cabe à atual Administração preparar o projeto de orçamento-programa 2010-2011, mas que, no entanto, considerava que as futuras autoridades do Instituto deverão ter flexibilidade para ajustar planos e alocar recursos. Finalmente, comentou que era preciso dotar o Comitê Guia de recursos em valor semelhante ao destinado para o corrente exercício.
- 3.6.2.2 O Representante Observador do México apoiou os comentários do Diretor-Geral. Expressou, no entanto, que, embora o projeto de Orçamento-Programa 2010-2011 deva ser elaborado pela atual Administração, deveriam ser antecipadas algumas decisões sobre a implementação das recomendações do Comitê Guia. Em seguida, solicitou informações sobre a disponibilidade de recursos para dar continuidade ao trabalho do Comitê Guia e mencionou, especificamente, a contratação de consultores.

3.6.2.3 O Representante da Argentina teceu dois comentários sobre o texto do terceiro parágrafo resolutivo, propondo a inclusão do seguinte: (i) que seja atribuída à Direção-Geral e não ao Diretor-Geral a responsabilidade pelo cumprimento das recomendações do Comitê Guia; e (ii) que seja estabelecida a continuidade das ações do Comitê Guia, em apoio à Direção-Geral.

3.6.2.4 Foi solicitado à Secretaria Técnica que apresentasse uma nova proposta de projeto de resolução, incluindo as observações anteriores.

3.6 Encerramento

3.6.1 A Terceira Sessão Plenária foi levantada às 17h41

.

QUARTA SESSÃO PLENÁRIA

4.1 *Abertura*

4.1.1 A Quarta Sessão Plenária foi iniciada às 9h00 do dia 24 de julho nas instalações do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE), em Turrialba, Costa Rica, sob a presidência do Sr. Ezequiel Joseph, Representante de Santa Lúcia.

4.2 *Discurso de boas-vindas do Diretor-Geral do CATIE e Relatório de Atividades do CATIE 2007 e Plano de Ação 2008-2012*

4.2.1 O Presidente deu as boas-vindas aos delegados e membros da mesa, passando, em seguida, a palavra para o Diretor-Geral do CATIE, Dr. José Joaquín Campos.

4.2.2 O Dr. Campos agradeceu a realização das últimas sessões do Comitê Executivo do IICA nas instalações do CATIE, o que considerava muito conveniente, dada a decisão adotada em acordo com o Diretor-Geral do IICA no sentido de que tais sessões coincidissem com a reunião do Conselho Superior do CATIE. Sugeriu que essa modalidade fosse mantida no futuro, como forma de fortalecer as relações entre ambas as instituições e tornar mais eficiente o uso dos recursos.

4.2.3 O Dr. Campos apresentou o Relatório do CATIE de 2007, assinalando que o mesmo se baseava no que fora elaborado pelo ex-Diretor, Dr. Pedro Ferreira Lamas. Em seguida, discorreu sobre a proposta de Plano de Ação que havia apresentado durante sua candidatura a Diretor-Geral do CATIE no período 2008-2011. Após essas apresentações, o Presidente do Comitê Executivo agradeceu o Sr. Campos.

4.2.4 O Representante Observador do México externou sua satisfação pelo relatório apresentado. Manifestou preocupação sobre como será possível

conciliar o enfoque produtivista baseado na intensificação do uso da tecnologia impulsionado pelos Ministros da Agricultura com o interesse dos doadores pela conservação ambiental, e perguntou como o CATIE irá refletir essas propostas em seus processos de educação formal.

- 4.2.5 O Dr. Campos comentou que o CATIE procura o equilíbrio entre a atividade produtiva e a conservação do meio ambiente. Citou, como exemplo, que o melhoramento dos sistemas produtivos de cacau permitirá aumentar a produtividade física, usando práticas de produção compatíveis com o meio ambiente.
- 4.2.6 A Representante de Antígua e Barbuda cumprimentou o Dr. Campos por seu ambicioso plano de trabalho e solicitou informação sobre os avanços do CATIE na educação a distância.
- 4.2.7 O Presidente, na qualidade de Representante de Santa Lúcia, consultou se as bolsas de estudo outorgadas pelo CATIE eram exclusivas para cidadãos de seus países membros. Por sua vez, a Representante de Honduras sugeriu que houvesse maior difusão do programa de bolsas e aproveitou para levantar três questões de interesse de seu país, a saber: (a) pecuária intensiva e degradação ambiental; (b) mudanças climáticas; e (c) reflorestamento e gestão de bacias hidrográficas.
- 4.2.8 O Dr. Campos explicou que, efetivamente, entre os planos do CATIE estava o desenvolvimento da educação a distância, em consequência das tendências internacionais. Informou que haviam sido ministrados cursos em coordenação com organizações que contam com plataformas tecnológicas, entre as quais figura o IICA. Com relação às bolsas de estudos, informou que podem ser concedidas a cidadãos de qualquer país, embora reconheça que haja um tratamento especial para os estudantes provenientes de seus países membros. Agradeceu e acolheu a sugestão da Representante de Honduras, no sentido de ampliar a difusão do programa de bolsas de estudo, e comentou sobre atividades recentes em gestão de bacias realizadas na Nicarágua e em Honduras.

- 4.2.9 O Representante do Chile cumprimentou o Dr. Campos pelo otimismo evidenciado em seu plano de trabalho. Acrescentou que vários dos temas que o CATIE pretende tratar ultrapassam a região do trópico, razão pela qual oferecia o apoio do Chile no que for considerado pertinente.
- 4.2.10 O Diretor-Geral do IICA ressaltou a importância que revestem para o mundo os recursos genéticos conservados no banco de germoplasma do CATIE e consultou se esse material era de uso exclusivo dos países membros do Centro.
- 4.2.11 O Dr. Campos comentou que o CATIE assinara um convênio com a FAO, o que confere um reconhecimento internacional à coleção e a possibilidade de os materiais serem permutados com todos os países do mundo por meio da assinatura de convênios específicos de transferência de tecnologia.
- 4.2.12 O Presidente do Comitê Executivo agradeceu o Dr. Campos pelos comentários e as explicações prestadas às consultas e questionamentos apresentados e desejou-lhe sucesso em sua gestão.
- 4.3 *Avanços na Execução de Trabalhos Conjuntos IICA-CATIE e Desenvolvimento de Mecanismos para a Ação Conjunta*
- 4.3.1 O Diretor-Geral do IICA destacou que a relação entre as duas organizações baseia-se em vários anos de trabalho conjunto. Também ressaltou as vantagens de o CATIE coordenar seu trabalho de pesquisa e geração de tecnologia com instituições como o CARDI.
- 4.3.2 O Diretor de Operações Regionais e Integração do IICA, Sr. Mariano Olazábal, apresentou o relatório das atividades realizadas por ambas as organizações de 2007 a junho de 2008 (Documento de Trabalho IICA/CE/Doc. 526(08)).
- 4.3.3 O Diretor-Geral do IICA acrescentou que, além da estreita relação de cooperação, existe a possibilidade de fortalecer o trabalho estratégico mediante o estabelecimento de escritórios conjuntos nos países.

Finalmente, reconheceu o empenho do pessoal do IICA e do CATIE na realização de ações conjuntas.

- 4.3.4 O Diretor-Geral do CATIE expressou os seus agradecimentos e sua satisfação pelo apoio recebido das altas autoridades do IICA em sua recém-iniciada Administração. Destacou que nos últimos meses haviam sido fortalecidas as relações de cooperação entre as direções-gerais de ambas as organizações e as equipes técnicas de trabalho, o que, no seu entender, beneficiará principalmente os Estados membros. Concluiu com agradecimentos ao pessoal de ambas as instituições.
- 4.3.5 O Representante Observador do México cumprimentou as autoridades do CATIE e do IICA pelos avanços obtidos na complementação de esforços. Também reconheceu a iniciativa do Diretor-Geral do IICA, ao propiciar a realização desta última sessão do Comitê Executivo na sede do CATIE, o que reforça a proximidade de ambas as organizações. Citou, como exemplo dos benefícios mútuos, as vantagens proporcionadas por essa parceria para facilitar o pagamento das cotas.
- 4.3.6 Em seguida, chamou a atenção para o fato de que os campos em que foi focalizada a cooperação são fundamentalmente de natureza técnica e refletem as áreas de maior afinidade e impacto para o trabalho conjunto. Sugeriu que fossem identificadas e fortalecidas as sinergias em assuntos de natureza administrativo-operacional, tais como o compartilhamento de escritórios e serviços de apoio, cujas contribuições podem ser quantificadas. Finalmente, sugeriu que o IICA proporcione instalações físicas tanto para o CATIE como para o CARDI.
- 4.3.7 O Diretor-Geral agradeceu os comentários do Representante do México no sentido de intensificar as ações conjuntas e reiterou que isso atende às aspirações da institucionalidade interamericana e regional, no sentido de desenvolver e fortalecer sinergias dessa natureza. Concordou com os comentários sobre a dificuldade cada vez maior dos países para cumprir seus compromissos com os organismos internacionais, o que reforça a importância de que as organizações demonstrem sua utilidade para que possa repercutir positivamente no pagamento das cotas.

4.4 *Projeto de Resolução: “Aliança Estratégica IICA-CATIE”*

4.4.1 A Relatora procedeu à leitura desse projeto de resolução.

4.4.2 O Representante dos Estados Unidos consultou se a plataforma comum de gestão do conhecimento, indicada no terceiro parágrafo resolutivo, requererá recursos complementares.

4.4.3 O Diretor-Geral e o Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento do IICA citam como exemplo da ação conjunta o melhoramento de seus centros de informação, o que compreende a integração de suas bibliotecas, a construção de uma biblioteca digital, a assinatura de um convênio com o Google e a conexão com bibliotecas, tais como as da Universidade de Cornell e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Finalmente, informaram que essas ações não requerem dotação especial e adicional de recursos por estarem incluídas nos orçamentos em vigor do CATIE e do IICA.

4.4.4 O Representante Observador do México e o Representante da Argentina recomendaram modificar o parágrafo resolutivo a fim de que disponha o seguinte: “2.b Sejam definidos a estratégia e os mecanismos de gestão, administração e operação mais adequados para assegurar a continuidade requerida e potencializar os resultados da ação conjunta.”

4.4.5 A resolução foi aprovada com a modificação proposta.

4.5 *Projeto de resolução: “Relatório da Reunião Extraordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais”*

4.5.1 A Relatora procedeu à leitura do projeto de resolução em referência.

4.5.2 O Representante dos Estados Unidos expressou sua disposição de participar do Comitê Guia. Além disso, o Representante Observador do Brasil recomendou que fosse incluído um parágrafo indicando a incorporação do Brasil, Chile e Estados Unidos ao Comitê Guia.

- 4.5.3 O Representante Observador do México consultou se estava previsto, no orçamento de 2009, alocar recursos adicionais para a contratação de uma consultoria para o Comitê Guia.
- 4.5.4 O Diretor-Geral esclareceu que a Direção-Geral prestará apoio logístico e financeiro para o funcionamento do Comitê Guia, segundo as possibilidades do Instituto.
- 4.5.5 A resolução foi aprovada com o acréscimo de um quarto parágrafo resolutivo, dispondo o seguinte: “Incorporar ao Comitê Guia representantes do Brasil, Chile e Estados Unidos.”
- 4.6 *Projeto de resolução: “Cumprimento das Resoluções da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo”*
- 4.6.1 A Relatora leu o projeto de resolução em referência, que foi aprovado sem modificações.
- 4.7 *Projeto de resolução: “Data e Sede da Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo”*
- 4.7.1 A Relatora fez a leitura do projeto de resolução em referência.
- 4.7.2 O Representante Observador do México informou que será um privilégio para seu país servir de sede à Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo. Acrescentou que tomará as devidas providências junto às autoridades governamentais com vistas à ratificação oficial do oferecimento de sede.
- 4.7.3 O Diretor-Geral agradeceu ao México o oferecimento de sede da próxima reunião ordinária do Comitê Executivo e expressou sua satisfação pela honra que isso significa para o Instituto.

- 4.7.4 O Secretário Técnico propôs que fosse consignado no projeto de resolução o agradecimento ao Governo mexicano.
- 4.7.5 A resolução foi aprovada com a modificação proposta.
- 4.8 *Relatório da Comissão dos Galardões e Projeto de Resolução “Emendas ao Regulamento para Outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural”*
- 4.8.1 O Presidente passou a palavra para o Representante de Honduras, que presidiu a Comissão dos Galardões Interamericanos.
- 4.8.2 A Representante de Honduras manifestou seus agradecimentos aos membros da Comissão e ao pessoal do IICA que prestou apoio ao grupo de trabalho. Informou que as mudanças propostas no regulamento eram tanto de forma como de mérito, entre as quais citou as seguintes: foi dada uma definição mais ampla ao conceito de agricultura rural, que inclui o princípio da sustentabilidade; foi estabelecido um novo prêmio para o produtor ou grupo de produtores; foi eliminado o requisito de que o candidato tenha recebido prêmio similar em âmbito nacional; e foi recomendado ao IICA que a entrega dos prêmios seja feita em nível nacional. Além disso, o grupo de trabalho recomendou que a designação dos membros da Comissão dos Galardões Interamericanos seja feita de forma similar à eleição dos membros do Comitê de Exame de Auditoria (CEA).
- 4.8.3 A Representante de Antígua e Barbuda sugeriu que fosse revista a versão em inglês do regulamento e que fosse claramente indicada a moeda em que estão expressados os prêmios.
- 4.8.4 O Diretor-Geral agradeceu o trabalho da Comissão, que considerava exaustivo e enriquecedor. Sugeriu que fossem aprovadas as modificações propostas e indicadas no documento distribuído e que os aspectos de redação fossem revistos e corrigidos pela Secretaria Técnica.

4.8.5 O Presidente agradeceu a Comissão e submeteu a discussão o projeto de resolução “Emendas ao Regulamento de Outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural”, que foi aprovado com os ajustes de forma indicados.

4.9 Encerramento

4.9.1 A Quarta Sessão Plenária foi levantada às 12h do dia 24 de julho de 2008.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

5.1 *Abertura*

- 5.1.1 A Sessão de Encerramento foi iniciada às 12h05 da sexta-feira, 24 de julho de 2008, na sede do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE), em Turrialba, Costa Rica, sob a presidência do Sr. Ezequiel Joseph, Representante de Santa Lúcia.

5.2 *Discurso do Diretor-Geral do CATIE*

- 5.2.1 O Diretor-Geral do CATIE expressou sua satisfação pelo fato de o CATIE haver sido escolhido como sede das últimas sessões da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo. Acrescentou que era seu desejo externar aos presentes o seguinte: seus agradecimentos pela colaboração recebida, a satisfação pela disposição de promover maior relacionamento, o otimismo por confirmar que os líderes das instituições agrícolas compartilham a mesma visão e o desafio que implicam as mudanças empreendidas e o compromisso da prestação de contas sobre os resultados da parceria IICA-CATIE. Finalmente, ofereceu as instalações do CATIE para futuras reuniões.

5.3 *Discurso do Diretor-Geral do IICA*

- 5.3.1 O Diretor-Geral do IICA corroborou os sentimentos expressados pelo Diretor-Geral do CATIE e ressaltou sua satisfação pela feliz conclusão da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo. Em seguida, agradeceu os participantes pelo apoio e colaboração prestados durante a reunião. Depois passou a fazer um resumo dos assuntos tratados durante as sessões, ressaltando os resultados alcançados. Destacou as conclusões do foro técnico que tratou do tema da segurança alimentar e da crise de alimentos, suas causas e possíveis soluções.

- 5.3.2 Agradeceu ao Diretor-Geral do CATIE sua hospitalidade. Em seguida, externou que considerava que a reunião constituía um estímulo para a continuidade do trabalho conjunto em prol da agricultura e da vida rural nas Américas.
- 5.3.3 Reafirmou que os níveis de pobreza nas Américas não devem nem deveriam continuar a crescer. Para tanto, manifestou que considerava essencial modernizar o setor rural, fortalecer suas comunidades e proporcionar-lhes educação, atendimento em saúde, infraestrutura e acesso à tecnologia e ao crédito. Reiterou que era fundamental para a paz urbana promover a prosperidade no campo.
- 5.3.4 Assinalou que ao dinamizar o setor rural se estará contribuindo para alcançar a Meta de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a pobreza em 50% até 2015. Enfatizou que no IICA havia consciência de que esse desafio só será enfrentado mediante políticas de Estado que promovam a inclusão social, a equidade, a transparência, a educação e uma cultura de empreendedores e inovadores.
- 5.3.5 Mencionou que em abril de 2009 os Chefes de Estado e de Governo das Américas estarão reunidos em Port of Spain, Trinidad e Tobago, na Quinta Cúpula das Américas, cujo tema será “*Garantindo o futuro dos nossos cidadãos através da promoção da prosperidade humana, segurança energética e sustentabilidade ambiental*”. Advertiu que muito pouco ou nada será alcançado ao promover a sustentabilidade ambiental, se a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura e da economia rural não forem prioridades nas agendas nacionais e internacionais de desenvolvimento.
- 5.3.6 Finalmente, expressou os seus agradecimentos ao pessoal do IICA e do CATIE, bem como ao Governo mexicano pelo oferecimento de sede da próxima reunião ordinária do Comitê Executivo.

5.4 *Discurso do Presidente*

- 5.4.1 O Sr. Ezequiel Joseph, Presidente da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo, agradeceu, em nome de seu país, a honra de haver exercido a presidência, ressaltando a colaboração dos representantes dos países para que a reunião resultasse em sucesso.

5.5 *Encerramento e assinatura do relatório final da reunião*

- 5.5.1 O Sr. Ezequiel Joseph, na qualidade de Presidente da Reunião, e o Dr. Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do IICA, assinaram o relatório da Reunião.

5.6 *Encerramento*

- 5.6.1 A Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo foi encerrada às 12h40 do dia 24 de julho de 2008.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES

| Número | Título | Página |
|---|--|---------------|
| A. Política institucional e serviços de cooperação técnica | | |
| Res. 481 | Relatório Anual do IICA de 2007 | 67 |
| Res. 482 | Ações realizadas diante da situação da segurança alimentar nas Américas | 69 |
| Res. 483 | Situação da análise das capacidades técnicas do IICA | 72 |
| Res. 484 | Mecanismo de coordenação para o desenvolvimento da agricultura orgânica nas Américas | 75 |
| Res. 485 | Centro de Liderança em Agricultura | 78 |
| B. Assuntos orçamentários e financeiros | | |
| Res. 486 | Demonstrativos financeiros do IICA em 2007 e relatório dos auditores externos | 81 |
| Res. 487 | Décimo Quarto Relatório do Comitê de Exame de Auditoria | 83 |
| Res. 488 | Avanços na arrecadação das cotas devidas ao IICA em 15 de junho de 2008 | 85 |
| Res. 489 | Orçamento extraordinário para 2008-2009 | 87 |

C. Assuntos dos órgãos de governo

| | | |
|----------|---|-----|
| Res. 490 | Relatório da Reunião Extraordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais | 90 |
| Res. 491 | Relatório da Reunião Ordinária de 2008 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais | 92 |
| Res. 492 | Cumprimento das resoluções da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo | 94 |
| Res. 493 | Títulos de Emérito em 2008 | 96 |
| Res. 494 | Emendas ao regulamento para a outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural | 98 |
| Res. 495 | Data e sede da Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo | 118 |

D. Assuntos especiais

| | | |
|----------|--------------------------------|-----|
| Res. 496 | Aliança estratégica IICA-CATIE | 120 |
|----------|--------------------------------|-----|

IICA/CE/Res.481 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 481

RELATÓRIO ANUAL DO IICA DE 2007

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.520(08), “Relatório Anual do IICA de 2007”; e

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4, alínea f, do Regulamento do Comitê Executivo dispõe que compete a este órgão de governo do IICA receber, analisar e aprovar o relatório anual das atividades realizadas pelo Instituto e adotar as medidas que forem necessárias;

Que a Direção-Geral elaborou e publicou o Relatório Anual do IICA de 2007, o qual foi apresentado em 25 de fevereiro de 2008 à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em cumprimento ao disposto no artigo 35 do Regulamento de Procedimentos do Conselho Permanente da OEA;

Que o referido relatório apresenta as atividades de cooperação realizadas pelo Instituto no ano de 2007 para a implementação das agendas de cooperação do IICA em nível nacional, regional e hemisférico;

Que o relatório contém informação sobre assuntos programáticos, orçamentários e financeiros de especial importância para a vida institucional; e

Que o relatório está disponível para consulta tanto em versão impressa como em formato eletrônico na página do IICA na Internet (www.iica.int);

RESOLVE:

Aprovar o Relatório Anual do IICA de 2007.

IICA/CE/Res.482 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: inglês

RESOLUÇÃO Nº 482

**AÇÕES REALIZADAS DIANTE DA SITUAÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR NAS AMÉRICAS**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO OUVIDO:

As exposições dos senhores Julio Paz, Rafael Trejos e James French sobre a situação da segurança alimentar nos Estados membros do IICA diante da atual conjuntura internacional, a exposição do Diretor-Geral e os debates travados pelo plenário, e

TENDO VISTO:

Que uma série de fatores contribuiu para gerar um rápido aumento nos preços dos alimentos, ensejando sérios desafios para a segurança alimentar em nível global; e

Os ingentes esforços envidados e concertados pelos países da região para enfrentar a crise e aproveitar em conjunto a oportunidade de trabalhar juntos para fortalecer a produtividade, eficiência e competitividade da agricultura com vistas a aumentar a produção de alimentos, e

CONSIDERANDO:

Que os Estados membros afetados sofrem de forma diferente os efeitos dos vários fatores que têm contribuído para o incremento dos preços dos alimentos, entre os quais se encontram as limitações na oferta e a maior demanda, as condições climáticas adversas, os custos mais altos em energia e fertilizantes, o uso alternativo de culturas alimentícias e outros fatores relacionados direta ou indiretamente com a produção de alimentos;

Que, embora a situação atual constitua um desafio para os países da região, também representa uma oportunidade para fortalecer a agricultura e a capacidade dos Estados membros, inclusive a pesquisa, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias apropriadas para aumentar a produtividade, o emprego e a renda dos pequenos e médios produtores;

Que o IICA tem a capacidade para apoiar os governos, a sociedade civil e os produtores rurais e com eles colaborar no desenvolvimento e implementação de políticas efetivas e coerentes de curto, médio e longo prazos que se ajustem às realidades específicas de cada região, país e território e redundem em significativo aumento na produção sustentável de alimentos e no acesso a alimentos inócuos e nutritivos, aos insumos essenciais e a ferramentas de financiamento e gestão de riscos; e

Que é imperioso fortalecer os mecanismos de cooperação entre os setores público e privado para enfrentar os desafios atuais e aproveitar as oportunidades na área da segurança alimentar nas Américas;

RESOLVE:**1. Incumbir o IICA do seguinte:**

- a. monitorar e informar prontamente os Estados membros sobre a evolução da situação da segurança alimentar, inclusive seus fatores determinantes e impactos;

- b. prestar apoio e assessoramento aos Estados membros em matéria de segurança alimentar, quando solicitado;
 - c. rever e ajustar adequadamente as agendas de cooperação técnica do Instituto em âmbito hemisférico, regional e nacional por meio dos pertinentes órgãos de governo do IICA a fim de prestar cooperação a todos os Estados membros em seus esforços por enfrentar a crise;
 - d. prestar cooperação técnica à Organização dos Estados Americanos e a outras instituições estratégicas em aspectos de segurança alimentar na região, e com elas colaborar, a fim de apoiar os governos, a sociedade civil e o setor privado de serviços em seus esforços por aumentar o acesso a recursos financeiros; e
 - e. promover a interface com instituições estratégicas, e com elas colaborar, com vistas a apoiar a capacitação e a transferência de tecnologia como um dos mecanismos chave para aumentar a produção de alimentos, principalmente, dos pequenos e médios produtores.
2. Determinar ao IICA que leve em consideração os programas de outras organizações internacionais, regionais e governamentais de desenvolvimento com vistas a promover a cooperação e evitar a duplicação de esforços.

IICA/CE/Res.483 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 483**SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS
CAPACIDADES TÉCNICAS DO IICA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.525(08) sobre os avanços na implementação das recomendações resultantes da avaliação das capacidades técnicas do Instituto; e

CONSIDERANDO:

Que o Comitê Executivo, mediante a resolução IICA/CE/Res.447 (XXVI-O/06), “Análise das Capacidades Técnicas do IICA”, incumbiu o Diretor-Geral de apoiar e coordenar a análise das capacidades técnicas do pessoal do IICA a ser realizada por peritos externos e submetê-la à consideração dos Estados membros e do Comitê Executivo antes do final do primeiro semestre de 2007;

Que, em cumprimento a esse mandato, a Direção-Geral contratou a empresa “Servicios Internacionales para el Desarrollo Empresarial SIDE S.A.”, que apresentou ao Comitê Executivo um relatório sobre a avaliação das capacidades técnicas do IICA, de acordo com os termos de referência aprovados pelo Comitê Executivo, com as orientações do Comitê Guia e com o calendário de trabalho definido com a Direção-Geral;

Que, depois de receber o referido relatório, o Comitê Executivo, mediante a resolução IICA/CE/Res.462 (XXVII-O/07), estabeleceu um processo para o acompanhamento do relatório, incluindo consultas a todos os Estados membros do Instituto;

Que, por meio da resolução IICA/JIA/Res.430 (XIV-O/07), a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) incumbiu o Diretor-Geral de elaborar um plano de ação para a implementação das recomendações constantes do Relatório sobre a Análise das Capacidades Técnicas do IICA, informando a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) a esse respeito;

Que pela mesma resolução a JIA prorrogou a vigência do Comitê Guia até a próxima reunião ordinária da JIA, a realizar-se em 2009, e incumbiu esse Comitê de, com o apoio de uma equipe designada pelo Diretor-Geral, preparar um relatório sobre os resultados alcançados no fortalecimento das capacidades técnicas do Instituto para ser apresentado à Décima Quinta Reunião Ordinária da JIA; e

Que em sua reunião realizada em São José, Costa Rica, em 22 de abril do corrente ano, a CCEAG examinou o relatório do Comitê Guia e a resposta da Direção-Geral à avaliação das capacidades técnicas do IICA, apresentando suas recomendações a este Comitê Executivo;

RESOLVE:

1. Aceitar o relatório do IICA sobre os resultados alcançados na implementação das ações destinadas a aprimorar as capacidades técnicas do Instituto para responder às demandas de cooperação dos Estados membros constantes nas agendas de cooperação técnica, bem como nas resoluções aprovadas pelos órgãos de governo do IICA.
2. Incumbir o Diretor-Geral de continuar a implementar as ações destinadas a aprimorar as capacidades técnicas do Instituto em 2008 e 2009 que possam ser realizadas por decisão do Diretor-Geral e não exijam a alocação de recursos adicionais.

3. Incumbir o Diretor-Geral de apresentar ao Comitê Executivo, em sua próxima reunião ordinária, um relatório sobre o andamento da implementação das recomendações destinadas ao aprimoramento das capacidades técnicas do IICA.

IICA/CE/Res.484 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 484

MECANISMO DE COORDENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NAS AMÉRICAS

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.527(08) sobre uma rede de autoridades competentes da agricultura orgânica nas Américas; e

CONSIDERANDO:

Que a agricultura orgânica vem registrando significativo crescimento nas Américas com vistas a atender à acelerada expansão da demanda de produtos agrícolas orgânicos nos mercados nacionais e internacionais;

Que o Plano de Médio Prazo 2006-2010 (PMP) do IICA estabelece que o Instituto deve apoiar o delineamento e implementação de planos nacionais e programas de apoio ao desenvolvimento sustentável da agricultura, bem como promover mecanismos de inovação tecnológica para a agricultura familiar que efetivem a vinculação entre agricultura, comércio e meio ambiente;

Que uma parcela importante da oferta de alimentos orgânicos provém dos pequenos e médios produtores e que o PMP do IICA assinala que o Instituto deve apoiar os Estados membros no desenvolvimento de mecanismos que tornem efetivas a colaboração e a responsabilidade compartilhada;

Que a transmissão de conhecimentos e a difusão de inovações no campo da agricultura orgânica, bem como o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, se vêem limitados dada a ausência de mecanismos que articulem as instituições do setor público com competência no desenvolvimento e na regulamentação da agricultura orgânica nos países da região;

Que em agosto de 2007, em reunião realizada em Manágua, Nicarágua, os órgãos governamentais competentes que promovem, regulam e normatizam o desenvolvimento da agricultura orgânica nos países da região constituíram a Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas com o propósito de dar seguimento e atender conjuntamente aos principais temas que dizem respeito a sua responsabilidade institucional, bem como ao desenvolvimento da agricultura orgânica em geral, e que a referida Rede é a única estrutura regional existente para coordenar a promoção, regulamentação e controle dessa atividade; e

Que os órgãos governamentais competentes que promovem, regulamentam e normatizam o desenvolvimento da agricultura orgânica nos Estados membros manifestaram à Direção-Geral interesse em institucionalizar um mecanismo técnico que cumpra a função de assessorar as autoridades dos setores agropecuários no Hemisfério e no qual o IICA atue como Secretaria Técnica;

RESOLVE:

1. Estabelecer a Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas como Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica, com a responsabilidade de coordenar as normas e os procedimentos destinados à promoção e regulamentação da produção e do comércio de alimentos orgânicos no Hemisfério e com o propósito de atuar como instância técnica de gestão do conhecimento em agricultura orgânica e mecanismo de consulta, ligação e cooperação recíproca entre os órgãos governamentais competentes responsáveis pela promoção e normatização do desenvolvimento dessa atividade em cada país.

2. Incumbir o IICA de, juntamente com os órgãos governamentais competentes responsáveis pela promoção, regulamentação e normatização do desenvolvimento da agricultura orgânica nos Estados membros, preparar o estatuto e o regulamento da Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica e submetê-los à consideração do Comitê Executivo em sua Vigésima Nona Reunião Ordinária, a realizar-se em 2009.
3. Incumbir a Direção-Geral de proporcionar os serviços de Secretaria Técnica à Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica, utilizando, para financiá-los, os recursos alocados no Orçamento-Programa do Instituto que estiver em vigor, e também considerar as contribuições financeiras e técnicas que possam proporcionar os Estados membros, organismos de cooperação técnica e financeira, outras instituições e pessoas para o funcionamento da referida Comissão e o cumprimento de seus propósitos.
4. Instar os Estados membros que não contem com órgãos governamentais competentes que promovam, regulamentem e normatizem o desenvolvimento da agricultura orgânica a que os estabeleçam, a fim de que tais órgãos se incorporem à Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas e integrem a Comissão Interamericana de Agricultura Orgânica, e, ademais, instar os países onde existam órgãos dessa natureza a que fortaleçam suas estruturas institucionais.

IICA/CE/Res.485 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 485**CENTRO DE LIDERANÇA EM AGRICULTURA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

A exposição sobre o Centro de Liderança em Agricultura do IICA, e

CONSIDERANDO:

Que o Plano de Médio Prazo do IICA (PMP) 2006-2010 estabelece que o Instituto promoverá a execução de programas de formação de líderes com capacidade para levar adiante o desenvolvimento agrícola e rural nas Américas, para cujo efeito o PMP reconhece a importância de aprimorar a ação efetiva desses líderes, dotando-os de instrumentos que lhes permitam definir diretrizes estratégicas e ajudar suas instituições a serem bem-sucedidas no alcance das metas e objetivos propostos;

Que tais programas também devem permitir a análise das capacidades e dos mandatos do IICA para que este responda às demandas dos Estados membros e harmonize sua agenda de cooperação com as prioridades que definam novas autoridades nacionais;

Que para cumprir tais mandatos o Centro de Liderança em Agricultura do IICA vem executando um programa de liderança destinado a ministros da agricultura, altos executivos e outros tomadores de decisão, especialmente os recém-empossados, bem como um programa para líderes jovens que, no futuro,

assumirão em seus países e na região um papel protagonista na condução do desenvolvimento agrícola e rural;

Que ambos os programas visam a dotar os líderes atuais e do futuro de (i) uma visão global da agricultura e do desenvolvimento rural, construída mediante a análise dos cenários previstos para a agricultura do Hemisfério, dos desafios que enfrenta e dos novos quadros de política para fazer face a tais desafios; (ii) novas idéias, inovações, formas de pensar, metodologias, tecnologias e informação, bem como a geração de novos conhecimentos; (iii) aptidões e atitudes para que possam efetivamente influir nos processos de mudança, não apenas nos Estados membros, mas, também, em nível regional; (iv) uma rede que vincule os líderes jovens e lhes possibilite o intercâmbio de conhecimentos e experiências bem-sucedidas; e

Que os membros da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais, em sua reunião ordinária realizada em São José, Costa Rica, em 13 e 14 de março de 2008, tomaram conhecimento dos avanços das atividades do Centro de Liderança em Agricultura do IICA e expressaram seu amplo apoio à exposição do Diretor-Geral sobre esse tema;

RESOLVE:

1. Destacar a alta prioridade que o IICA deve atribuir à consolidação do Centro de Liderança em Agricultura.
2. Instar os ministros da agricultura e outros líderes a que participem nas atividades do Centro de Liderança em Agricultura do IICA com o propósito de analisar a situação atual da agricultura no contexto global e conhecer as reais capacidades do Instituto para apoiar a implementação das agendas de desenvolvimento agrícola e rural nos Estados membros.
3. Incumbir o Diretor-Geral de fortalecer o trabalho do Centro de Liderança em Agricultura na formação dos líderes jovens que demanda a agricultura do futuro na região.

4. Instar os ministros da agricultura a que promovam a capacitação em seus respectivos países e facilitem o desenvolvimento pessoal dos líderes jovens que assumirão, no futuro, a condução do desenvolvimento agrícola e rural e a que propiciem as condições e o apoio necessários a sua participação nas atividades do Centro de Liderança em Agricultura do IICA.
5. Incumbir o Diretor-Geral de (i) apresentar ao Comitê Executivo, em suas próximas reuniões ordinárias, relatórios sobre as atividades do Centro de Liderança em Agricultura e (ii) prestar contas do cumprimento das disposições desta resolução.

IICA/CE/Res.486 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 486

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DO IICA EM 2007 E RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.521 (08) sobre os demonstrativos financeiros do IICA em 2007 e o relatório dos auditores externos; e

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4, alínea d, do Regulamento do Comitê Executivo dispõe que compete a este órgão de governo do IICA examinar os demonstrativos financeiros do Instituto e apresentar o relatório correspondente à Junta Interamericana de Agricultura;

Que os auditores externos certificam a boa gestão dos recursos financeiros do Instituto no exercício de 2007 e que a Administração do IICA agiu em conformidade com as disposições dos regulamentos do Instituto; e

Que o Comitê de Exame de Auditoria, em seu décimo quarto relatório, informa que analisou o relatório dos auditores externos sobre os demonstrativos financeiros do IICA correspondentes a 2007 e expressa que o trabalho realizado foi completo e correspondeu às normas do IICA e às normas de auditoria de aceitação geral;

RESOLVE:

Aprovar os Demonstrativos Financeiros do Instituto correspondentes ao exercício 2007, bem como o relatório dos auditores externos referente aos mencionados demonstrativos financeiros.

IICA/CE/Res.487 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 487

DÉCIMO QUARTO RELATÓRIO
DO COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.522 (08) sobre o décimo quarto relatório do Comitê de Exame de Auditoria; e

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura aprovou a resolução IICA/JIA/Res.231 (VII-O/93), mediante a qual foi criado o Comitê de Exame de Auditoria (CEA) e aprovado seu Estatuto; e

Que, conforme dispõe o artigo 3, alínea k, do Regulamento do Comitê Executivo, compete a este órgão receber os relatórios do CEA e decidir sobre suas recomendações;

RESOLVE:

1. Aprovar o décimo quarto relatório do Comitê de Exame de Auditoria (CEA).

2. Incumbir o Diretor-Geral de implementar as recomendações constantes do referido relatório.
3. Agradecer os membros do CEA pelo eficiente trabalho realizado.

IICA/CE/Res.488 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 488

**AVANÇOS NA ARRECADAÇÃO DAS COTAS
DEVIDAS AO IICA EM 15 DE JUNHO DE 2008**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.523 (08) sobre o relatório do Diretor-Geral acerca da situação atualizada do pagamento das cotas e dos avanços alcançados na arrecadação das cotas devidas ao Instituto; e

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura, mediante a resolução IICA/JIA/Res.414 (XIII-O/05), adotou o documento “Medidas Revistas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”;

Que o documento acima referido reúne e aperfeiçoa as disposições das resoluções IICA/JIA/Res.392 (XII-O/03) e IICA/CE/Res.417 (XXIV-O/04) a fim de estabelecer um conjunto de medidas que estimulem os Estados membros a saldar suas obrigações financeiras perante o Instituto;

Que, graças à eficácia das medidas adotadas e à boa disposição e apoio dos ministros da agricultura e de outras autoridades dos Estados membros, bem como aos esforços envidados pela Direção-Geral, foi possível obter considerável redução no montante total das cotas devidas ao IICA;

Que isso permitiu à Administração financiar o Orçamento-Programa de 2007-2008 e alocar recursos ao orçamento extraordinário aprovado para 2007-2008 pelos órgãos de governo do Instituto com vistas à execução de programas de cooperação técnica de alta prioridade; e

Que o fortalecimento das finanças do Instituto e a normal execução dos programas e projetos incluídos nas agendas de cooperação nos âmbitos nacional, regional e hemisférico só serão alcançados se os Estados membros pagarem os montantes em atraso e mantiverem-se em dia no pagamento de suas cotas anuais;

RESOLVE:

1. Agradecer aos ministros da agricultura e das relações exteriores, bem como a outros altos funcionários dos governos dos Estados membros, os esforços que vêm envidando por efetuar o pagamento de suas cotas anuais ao Instituto.
2. Reconhecer a importância de manter em vigor as medidas estabelecidas pelo Comitê Executivo e pela Junta Interamericana de Agricultura para estimular os Estados membros a pagarem oportunamente suas cotas anuais ao Instituto e liquidarem os débitos correspondentes a cotas de anos anteriores.
3. Incumbir o Diretor-Geral de: (a) continuar em suas gestões para a cobrança das cotas correspondentes ao corrente ano e das cotas devidas de períodos anteriores; e (b) manter os Estados membros informados sobre o progresso alcançado nesse sentido.

IICA/CE/Res.489 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 489

ORÇAMENTO EXTRAORDINÁRIO PARA 2008-2009 **FINANCIADO COM RECURSOS DO SUBFUNDO-GERAL**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.524 (08) sobre a proposta de orçamento extraordinário para 2008-2009 financiado com recursos do Subfundo-Geral; e

CONSIDERANDO:

Que o Instituto carece de recursos financeiros para (i) responder à crescente demanda de serviços de cooperação dos Estados membros, (ii) atender a novos mandatos dos governos e (iii) avançar seu processo de modernização e transformação a fim de fortalecer sua capacidade de resposta e aprimorar a qualidade de seus serviços;

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a resolução IICA/JIA/Res.434 (XIV-O/07), aprovou o montante global de US\$1.000.000,00 destinados ao orçamento extraordinário para 2008-2009;

Que por essa mesma resolução a JIA autorizou o Comitê Executivo a aprovar, em sua Vigésima Oitava Reunião Ordinária, em 2008, a distribuição do orçamento extraordinário para 2008-2009, de acordo com a análise e as recomendações resultantes da reunião de 2008 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG); e

Que a CCEAG endossou a proposta apresentada pela Direção-Geral, na qual consta a discriminação dos recursos alocados para fortalecer a dotação financeira destinada a ações de alta prioridade em matéria de (i) desenvolvimento de capacidades para o efetivo aproveitamento do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) da OMC; (ii) agroturismo; (iii) seguro rural; (iv) cooperação horizontal entre os Estados membros; (v) Centro de Liderança em Agricultura; e (vi) desenvolvimento profissional, bem como para realizar investimentos urgentes em equipamento, reforma e manutenção do edifício da Sede Central do Instituto;

RESOLVE:

1. Aprovar a distribuição dos recursos do orçamento extraordinário, incluída como “Anexo” à presente resolução, orçamento este a ser executado durante o biênio 2008-2009 e financiado exclusivamente com recursos que o IICA obtiver a título de arrecadação de cotas atrasadas.
2. Incumbir o Diretor-Geral de adotar as medidas pertinentes com vistas a assegurar que a execução desse orçamento extraordinário não prejudique a normal execução do Orçamento-Programa do Instituto de 2008-2009.

ANEXO
Resumo dos Recursos do Subfundo-Geral Alocados ao
Orçamento Extraordinário para 2008-2009
(US\$)

| TÍTULO | VALOR |
|--|------------------|
| 1. Desenvolvimento de capacidades para o efetivo aproveitamento do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF) | 200.000 |
| 2. Sistematização e divulgação de experiências sobre seguro rural | 100.000 |
| 3. Apoio a iniciativas de cooperação horizontal entre os Estados membros | 100.000 |
| 4. Promoção de vínculos entre a agricultura e o turismo | 100.000 |
| 5. Centro de Liderança em Agricultura | 200.000 |
| 6. Desenvolvimento Profissional Permanente | 200.000 |
| 7. Modernização da Infra-Estrutura Institucional | 100.000 |
| TOTAL ORÇAMENTO EXTRAORDINÁRIO 2008-2009 | 1.000.000 |

IICA/CE/Res.490 (XXVIII-O/08)

24 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 490**RELATÓRIO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
CONSULTIVA ESPECIAL DE ASSUNTOS GERENCIAIS**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.519 (08) sobre o relatório da reunião extraordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) a respeito do fortalecimento das capacidades técnicas do IICA e o documento IICA/CE/Doc.525 (08) sobre os avanços na implementação das recomendações da avaliação das capacidades técnicas do IICA; e

CONSIDERANDO:

Que mediante a resolução IICA/JIA/Res.430 (XIV-O/07) a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) incumbiu o Diretor-Geral, de acordo com as observações e comentários recebidos de todos os Estados membros a respeito do Relatório sobre a Análise das Capacidades Técnicas do IICA, de elaborar e implementar um plano de ação para pôr em prática as recomendações constantes desse relatório;

Que nessa mesma resolução a JIA incumbiu o Diretor-Geral de apresentar às reuniões da CCEAG um relatório sobre o andamento da implementação do referido plano de ação;

Que o Comitê Executivo, em sua Vigésima Sexta Reunião Ordinária realizada em 27 e 28 de setembro de 2006, constituiu o Comitê Guia para dar seguimento à avaliação das capacidades técnicas do Instituto e que esse Comitê levou a cabo várias reuniões e formulou propostas para dar andamento à implementação das recomendações dessa avaliação externa;

Que esse processo fortalecerá a modernização e a eficiência da Instituição para que possa fazer face aos desafios que deparam seus Estados membros; e

Que o Diretor-Geral apresentou à CCEAG em sua reunião extraordinária um relatório sobre os resultados alcançados pelo Instituto no processo de implementação das recomendações da avaliação externa que não requeiram decisões do Comitê Executivo e da JIA nem o financiamento de recursos adicionais;

RESOLVE:

1. Agradecer a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) e os membros do Comitê Guia pelo trabalho realizado.
2. Aprovar as recomendações para o aprimoramento das capacidades técnicas do IICA constantes do relatório da reunião extraordinária da CCEAG realizada em São José, Costa Rica, em 22 de abril de 2008.
3. Incumbir a Direção-Geral de (i) continuar a implementar as recomendações da CCEAG que não requeiram recursos adicionais; (ii) continuar a prestar o apoio requerido para o funcionamento do Comitê Guia; e (iii) incluir na proposta do Orçamento-Programa de 2010-2011 os recursos financeiros necessários para implementar o parágrafo dispositivo 2 desta resolução e, assim, dar continuidade ao trabalho do Comitê Guia.
4. Incorporar ao Comitê Guia representantes do Brasil, Chile e Estados Unidos.

IICA/CE/Res.491 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original : espanhol

RESOLUÇÃO Nº 491**RELATÓRIO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2008 DA COMISSÃO
CONSULTIVA ESPECIAL DE ASSUNTOS GERENCIAIS**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.518(08) referente ao relatório da reunião de 2008 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG); e

CONSIDERANDO:

Que, mediante a resolução IICA/JIA/Res.341 (X-O/99), a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) criou a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) para “propiciar a comunicação mais regular entre o Diretor-Geral e os Estados membros em matéria de iniciativas e assuntos administrativos e financeiros com vistas a facilitar o processo de obtenção de consenso sobre essas iniciativas e assuntos no Comitê Executivo e na JIA”;

Que, mediante a resolução IICA/JIA/Res.419 (XIII-O/05), a JIA prorrogou a vigência da CCEAG pelo período 2006-2010; e

Que a CCEAG realizou sua reunião ordinária correspondente a 2008 na Sede Central do IICA em 23 de abril de 2008 e entregou seu relatório com recomendações ao Diretor-Geral do IICA;

RESOLVE:

Acolher o relatório da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais referente a sua reunião ordinária de 2008.

IICA/CE/Res.492 (XXVIII-O/08)

24 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 492**CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA DÉCIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA JIA E DA VIGÉSIMA SÉTIMA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.530 (08) sobre o cumprimento das resoluções da Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e o documento IICA/CE/Doc.531 (08) sobre o cumprimento das resoluções da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo; e

CONSIDERANDO:

Que os documentos em referência demonstram que a Direção-Geral cumpre satisfatoriamente as resoluções adotadas na Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA e executa a contento as tarefas necessárias para dar cumprimento às resoluções adotadas na Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto;

RESOLVE:

1. Acolher os documentos (i) sobre o cumprimento das resoluções da Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura e (ii) sobre o cumprimento das resoluções da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo.
2. Expressar sua satisfação pelos avanços registrados no cumprimento das resoluções dos órgãos de governo do Instituto referidas no parágrafo acima.

IICA/CE/Res.493 (XXVIII-O/08)

23 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 493**TÍTULOS DE EMÉRITO EM 2008**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.529(08) sobre a proposta para conferir nomeação e título de Emérito; e

CONSIDERANDO:

Que a Senhora M. Susana Dancourt Iriarte e os Senhores H. Arlington D. Chesney, P. Lizardo de las Casas, Ernani Maria da Costa Fiori, Guillermo Grajales e Victor Manuel Tunarosa Murcia dedicaram grande parte de sua vida profissional a serviço do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, no qual ocuparam cargos importantes que desempenharam com grande acerto, dedicação e competência;

Que a Senhora M. Susana Dancourt Iriarte e os Senhores H. Arlington D. Chesney, P. Lizardo de las Casas, Ernani Maria da Costa Fiori, Guillermo Grajales e Victor Manuel Tunarosa Murcia cumprem todos os requisitos previstos no artigo 16 do Regulamento da Direção-Geral para que lhes seja conferido o título de Emérito; e

Que, em conformidade com o supracitado artigo do Regulamento da Direção-Geral, é atribuição do Comitê Executivo conferir nomeação e título de Emérito;

RESOLVE:

Conferir à Senhora M. Susana Dancourt Iriarte e aos Senhores H. Arlington D. Chesney, P. Lizardo de las Casas, Ernani Maria da Costa Fiori, Guillermo Grajales e Victor Manuel Tunarosa Murcia o título de Emérito do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, com todos os privilégios e prerrogativas implícitos nessa categoria.

IICA/CE/Res.494 (XXVIII-O/08)

24 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 494**EMENDAS AO REGULAMENTO PARA A OUTORGA DOS GALARDÕES INTERAMERICANOS NO SETOR RURAL**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.528(08) rev.2 a respeito da proposta de emendas ao Regulamento para a Outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural; e

CONSIDERANDO:

Que a experiência nos processos de seleção e outorga dos galardões no setor rural demonstra a necessidade de aprimorar os procedimentos em vigor;

Que em 1958 o IICA instituiu a Medalha Agrícola Interamericana e que depois, em 1979, criou mais três prêmios;

Que o propósito desses prêmios é ressaltar, perante a comunidade internacional, a obra de cidadãos e instituições dos Estados membros do IICA que tenham se destacado por meio de relevantes contribuições para o desenvolvimento da agricultura e o melhoramento da vida rural nas Américas;

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a resolução IICA/JIA/Res.174 (V-O/89), aprovou o Regulamento para a Outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural;

Que o processo de seleção poderá ser aprimorado mediante maior difusão nos países dos galardões oferecidos pelo IICA e a instituição de prêmios nacionais em cada país, visando a reconhecer, em nível nacional, as contribuições de indivíduos, grupos de pessoas e instituições para a agricultura sustentável e o melhoramento da vida rural; e

Que é preciso modificar o atual regulamento para a outorga dos galardões a fim de despertar maior interesse pelos prêmios e introduzir melhorias ao processo de seleção;

RESOLVE:

1. Aprovar as emendas ao Regulamento para a Outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural propostas no documento IICA/CE/Doc.528 (08) rev. 2, anexas.
2. Autorizar o Diretor-Geral a determinar que, a partir desta data, o processo para a outorga dos Galardões Interamericanos no Setor Rural seja conduzido com base no regulamento que incluía as emendas propostas.
3. Instar os Estados membros a que, com o apoio dos Escritórios do IICA, promovam processos de seleção de candidatos e concessão de prêmios nacionais que reconheçam indivíduos, grupos de pessoas e instituições por suas contribuições relevantes para o desenvolvimento da agricultura sustentável e a vida rural.
4. Estabelecer, como disposição transitória apenas para o corrente biênio, que os membros da Comissão de Seleção dos Galardões sejam escolhidos na Sessão Preparatória da próxima reunião ordinária do Comitê Executivo.

**REGULAMENTO DOS GALARDÕES
INTERAMERICANOS NO SETOR RURAL**

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| | CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO² |
| <p>APRESENTAÇÃO</p> <p>Os galardões interamericanos no setor rural devem converter-se em instrumento para reconhecer as contribuições destacadas de pessoas, instituições e empresas para o desenvolvimento sustentável da agricultura e a melhoria da vida rural.</p> <p>Também é incluído o Guia para a Seleção de Candidatos, que estabelece as normas para a apresentação dos requisitos essenciais de cada prêmio.</p> | <p>APRESENTAÇÃO</p> <p>Os galardões interamericanos no setor rural representam um reconhecimento às contribuições destacadas de pessoas, instituições e empresas para o desenvolvimento da agricultura sustentável e o melhoramento da vida rural nas Américas.</p> <p>A fim de complementar este Regulamento, a Direção-Geral preparará um guia (doravante, o “Guia”), que circulará nos Estados membros. Esse Guia conterá instruções complementares sobre o processo de seleção dos candidatos.</p> |
| <p><u>Artigo 1:</u></p> <p>O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), mediante resolução do Comitê Executivo, outorgará galardões a fim de dar a conhecer à comunidade internacional, e em particular aos</p> | <p>Artigo 1º:</p> <p>1.1 O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), mediante resolução do Comitê Executivo, outorgará os Galardões Interamericanos no Setor Rural a fim de dar a conhecer à comunidade</p> |

² Os títulos foram incluídos pela Direção-Geral para facilitar a consulta a este Regulamento.

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| <p>Estados membros do IICA, a obra de cidadãos e instituições dos seus Estados membros que se tenham distinguido por suas contribuições relevantes para o desenvolvimento da agricultura e a melhoria da vida rural nas Américas.</p> | <p>internacional, e em particular aos Estados membros do IICA, a obra e as contribuições de cidadãos, instituições e empresas dos Estados membros que se tenham distinguido por suas contribuições relevantes para o desenvolvimento da agricultura sustentável e o melhoramento da vida rural nas Américas.</p> <p>1.2 Os galardões serão entregues pelo Presidente da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) em cerimônia especial, a realizar-se no contexto da reunião ordinária da JIA.</p> |
| | <p>CAPÍTULO II: DOS GALARDÕES</p> |
| <p><u>Artigo 2:</u></p> <p>Os Galardões Interamericanos compõem-se destes quatro prêmios distintos: (i) a Medalha Agrícola Interamericana, (ii) o Prêmio Agrícola Interamericano para Profissionais Jovens, (iii) o Prêmio Interamericano à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural, e (iv) o Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural.</p> | <p>Artigo 2º:</p> <p>2.1 Os Galardões Interamericanos no Setor Rural compõem-se destes cinco reconhecimentos distintos: (i) a Medalha Agrícola Interamericana, (ii) o Prêmio Interamericano ao Produtor Rural Inovador, (iii) o Prêmio Agrícola Interamericano para Profissionais Jovens, (iv) o Prêmio Interamericano à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural, e (iv) o Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural.</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|--|
| <p><u>Artigo 3:</u></p> <p>A Medalha Agrícola Interamericana é outorgada a profissionais que tenham recebido em seu país a Medalha Agrícola Nacional e se tenham destacado, mediante contribuições transcendentais para o desenvolvimento da agricultura e a melhoria da vida rural, no seu próprio país ou em outros países das Américas. Para a outorga deste prêmio serão consideradas, essencialmente, as realizações dos candidatos.</p> | <p>Artigo 3º:</p> <p>3.1 A Medalha Agrícola Interamericana será outorgada a pessoas que tenham se destacado por suas contribuições excepcionais para o desenvolvimento da agricultura sustentável e o melhoramento da vida rural em seu país e, de modo especial, àquelas cujas contribuições tenham alcançado outros países das Américas e/ou do mundo. Para a outorga deste prêmio será considerado, essencialmente, o impacto das contribuições dos candidatos para o progresso da agricultura sustentável e o melhoramento das condições da vida rural.</p> <p>3.2 O prêmio Medalha Agrícola Interamericana consiste de uma medalha, um diploma e a importância de US\$ 10 mil.</p> |
| <p>ARTIGO 4</p> | <p>Artigo 4º:</p> <p>4.1 O Prêmio Interamericano ao Produtor Rural Inovador será outorgado aos produtores (indivíduos ou grupos). É um reconhecimento a suas contribuições relevantes que representem um exemplo para os produtores de seu país e de outros países do Hemisfério, principalmente</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| | <p>em inovações na produção.</p> <p>4.2 O Prêmio Inter americano ao Produtor Rural Inovador consiste de uma medalha, um diploma e a importância de US\$ 5 mil.</p> |
| <p><u>Artigo 4:</u></p> <p>O Prêmio Agrícola Interamericano para Profissionais Jovens constitui um reconhecimento que se presta aos profissionais que contando menos de 35 anos de idade na data da respectiva indicação tenham recebido em seu país o Prêmio Nacional Agrícola para Profissional Jovem, tenham se distinguido por suas contribuições profissionais e demonstrado, ainda, destacada disposição de serviço, iniciativa e vocação excepcionais no trabalho em prol do desenvolvimento da agricultura e da melhoria do bem-estar da população rural. Para a outorga deste prêmio serão consideradas, essencialmente, as contribuições prestadas.</p> | <p>Artigo 5°:</p> <p>5.1 O Prêmio Agrícola Inter americano para Profissionais Jovens será outorgado a profissionais com menos de 35 anos de idade à data de sua indicação para o prêmio, que tenham se distinguido por suas contribuições profissionais e demonstrado destacada disposição de serviço, iniciativa e vocação excepcionais no trabalho em prol do desenvolvimento da agricultura sustentável e do bem-estar das comunidades rurais.</p> <p>5.2 O Prêmio Agrícola Inter americano para Profissionais Jovens consiste de uma medalha, um diploma e uma bolsa de estudos para participar no Programa de Líderes Jovens do IICA. Não obstante, se o laureado já houver participado desse curso, receberá uma bolsa de estudos no valor de US\$ 10 mil para participar de outra iniciativa equivalente que assegure o desenvolvimento de suas capacidades</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|--|
| | de liderança, de acordo com as condições estabelecidas no Guia. |
| <p><u>Artigo 5:</u></p> <p>O Prêmio Interamericano à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural é outorgado a mulheres que tenham recebido em seu país o Prêmio Nacional à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural e se tenham destacado por suas contribuições transcendentais para o processo de participação da mulher no desenvolvimento rural, em geral, e na melhoria da qualidade da vida rural, em particular, no seu próprio país ou em outros países das Américas.</p> | <p>Artigo 6º:</p> <p>6.1 O Prêmio Interamericano à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural será outorgado a mulheres que tenham se destacado por relevantes contribuições no processo de participação da mulher no desenvolvimento rural, em geral, e por significativas contribuições para o melhoramento da qualidade de vida nas comunidades rurais.</p> <p>6.2 O Prêmio Interamericano à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural consiste de uma medalha, um diploma e a importância de US\$ 5 mil.</p> |
| <p><u>Artigo 6:</u></p> <p>O Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural é outorgado a uma organização pública ou privada, a empresa, universidade ou ONG dos Estados membros do IICA que tenha prestado contribuições corporativas importantes para a</p> | <p>Artigo 7º:</p> <p>7.1 O Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural será outorgado a uma organização pública ou privada, a empresa, universidade ou ONG dos Estados membros do IICA que tenha prestado relevantes contribuições para o</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|---|
| <p>melhoria da agricultura e da vida rural em um ou mais países das Américas. Essa instituição ou empresa será escolhida dentre as que tenham recebido um Prêmio Nacional à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural.</p> | <p>melhoramento da agricultura sustentável e da vida rural em um ou mais países das Américas.</p> <p>7.2 O Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural consiste de um quadro de bronze em relevo, alusivo à agricultura, e um diploma.</p> |
| <p><u>Artigo 7:</u></p> <p>O Comitê Executivo selecionará os candidatos a cada galardão na reunião que celebrar imediatamente antes da reunião bienal da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), com base nos resultados do processo de pré-seleção realizado pela Direção-Geral.</p> | <p>Artigo 8°:</p> <p>8.1 O Comitê Executivo selecionará os laureados com os Galardões Interamericanos no Setor Rural na reunião ordinária que realizar no mesmo ano da reunião bienal da Junta Interamericana de Agricultura (JIA).</p> |
| <p><u>Artigo 8:</u></p> <p>Os galardões serão outorgados bienalmente a uma única pessoa, em cada categoria de prêmio individual, e a uma única organização, no caso do prêmio institucional, sem distinção de qualquer condição alheia aos requisitos de cada prêmio.</p> | <p>Artigo 9°:</p> <p>9.1 Os galardões corresponderão ao biênio em que forem outorgados. Só haverá um laureado por prêmio, e nenhuma pessoa receberá mais de um prêmio referente ao biênio.</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|--|
| <p><u>Artigo 9:</u></p> <p>O Instituto, por intermédio de seus Escritórios nos Estados membros, receberá as indicações de instituições governamentais, privadas, empresas, universidades, ONGs e agremiações para os seguintes Prêmios Nacionais: Medalha Agrícola, Prêmio ao Profissional Jovem, Prêmio à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural e Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional.</p> | <p>(O texto do artigo 9º atualmente em vigor foi suprimido no regulamento proposto.)</p> |
| <p><u>Artigo 10:</u></p> <p>O Instituto proporá a um Júri Nacional ad honorem lista tríplice para a outorga de cada um dos prêmios. Esse Júri, tendo por base as informações sobre os candidatos, concederá os prêmios nacionais, que constarão de um diploma e uma placa comemorativa. Os laureados com os prêmios nacionais serão automaticamente designados como candidatos aos prêmios interamericanos em suas respectivas categorias.</p> | <p>(O texto do artigo 10 atualmente em vigor foi suprimido no regulamento proposto.)</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|--|
| | CAPÍTULO III: DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS GALARDÕES E SUA SECRETARIA |
| <p><u>Artigo 11:</u></p> <p>A seleção dos candidatos a galardões do Instituto estará a cargo de uma comissão do Comitê Executivo constituída por cinco representantes dos países que sejam membros do Comitê Executivo por anos em que a JIA realizar reunião ordinária. Cada pessoa designada representará uma das Áreas do IICA (Andina, Caribe, Central, Norte e Sul); a designação será feita por ordem alfabética dos países, segundo o critério indicado. O Diretor-Geral designará um funcionário do IICA para atuar como Secretário da Comissão de Seleção. Caberá à Secretaria da Comissão informar os membros da Comissão sobre o processo de indicação dos candidatos, organizar toda a informação que a Comissão deverá analisar e convocar suas reuniões.</p> | <p>Artigo 10:</p> <p>10.1 O Comitê Executivo criará a Comissão de Seleção dos Galardões (doravante, a Comissão), cujo propósito é examinar e avaliar a informação sobre os candidatos aos Galardões Interamericanos no Setor Rural e recomendar ao Comitê Executivo o candidato mais idôneo para receber cada um dos prêmios. A Comissão será constituída por três Estados membros, que serão nomeados e atuarão de acordo com as seguintes disposições:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. os três membros da Comissão serão eleitos pelo Comitê Executivo durante a Sessão Preparatória de sua reunião ordinária do primeiro ano do biênio; b. cada um dos Estados membros eleitos nomeará um representante titular e seu suplente na Comissão com mandato por todo o biênio; c. o termo de atuação na Comissão é o biênio; nenhum Estado membro será eleito para termos consecutivos; d. um dos membros será eleito pelos |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--------------------|---|
| | <p>Estados membros que mais contribuam para o Fundo Regular do Instituto dentre os candidatos por eles indicados; outro será eleito pelos demais Estados membros dentre os candidatos por eles indicados; e o terceiro será eleito por todos os Estados membros dentre os candidatos por eles indicados, exceto os Estados membros eleitos nos dois grupos anteriores;</p> <p>e. na eleição de cada um dos membros, o Comitê Executivo levará em conta o princípio de rodízio e representação geográfica equitativa;</p> <p>f. a Comissão realizará uma reunião ordinária a cada biênio, a qual coincidirá com a reunião ordinária do Comitê Executivo no ano da reunião ordinária da JIA correspondente ao biênio. Essa reunião terá início, pelo menos, um dia antes da realização da Sessão Preparatória da reunião do Comitê Executivo para que a Comissão possa cumprir a obrigação de apresentar oportunamente ao Comitê Executivo seu relatório e as recomendações referentes aos galardões;</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|-------------|--|
| | <p>g. a Comissão também poderá realizar outras reuniões durante o biênio, presenciais ou a distância por meio de teleconferências e outras vias eletrônicas, sujeito à disponibilidade de recursos, conforme determinação do Diretor-Geral;</p> <p>h. a Comissão elegerá um presidente, que dirigirá suas reuniões e poderá eleger outras autoridades dentre seus membros, conforme considerar necessário;</p> <p>i. a Comissão poderá atuar com o quorum de, pelo menos, dois membros e poderá adotar decisões pelo voto da maioria de seus membros. A Comissão poderá adotar um regulamento para suas reuniões e a eleição de suas autoridades, desde que seja congruente com este Regulamento e com as demais normas pertinentes do Instituto.</p> <p>10.2 O Diretor-Geral designará dois funcionários do IICA para atuarem como Secretaria Técnica da Comissão, a qual terá as seguintes responsabilidades: (i) organizar a documentação sobre os candidatos; (ii) informar os membros da Comissão de Seleção dos Galardões sobre o andamento do processo de</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| | apresentação de candidatos; e (iii) prestar apoio aos membros da Comissão para o cumprimento de sua tarefa. |
| <p><u>Artigo 12:</u></p> <p>Os membros da Comissão de Seleção exercerão suas funções durante dois anos, contados a partir do dia 1º de janeiro imediatamente posterior à sua designação. Uma vez cumprido o seu período, os países serão excluídos de participação até que todos os países da respectiva Área tenham igualmente atuado durante um biênio na Comissão.</p> | <p>Artigo 11:</p> <p>11.1 A Comissão de Seleção dos Galardões, após examinar a documentação de cada candidato sistematizada pela Secretaria Técnica, recomendará ao plenário do Comitê Executivo os candidatos que, a critério da Comissão, deverão receber os prêmios em cada uma das cinco categorias estabelecidas.</p> <p>11.2 A Comissão também apresentará ao Comitê Executivo um relatório justificando o seu parecer e explicando o processo adotado pela Comissão para chegar a suas recomendações.</p> <p>11.3 A Comissão poderá recomendar, se for o caso, declarar algum dos prêmios deserto se, a seu critério, os candidatos apresentados não reunirem suficientes méritos para receber o prêmio. Não obstante, poderá recomendar menção honrosa em cada uma das categorias.</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|--|
| <p><u>Artigo 13:</u></p> <p>A Comissão designará um de seus membros para atuar como Presidente.</p> | <p>Artigo 12:</p> <p>12.1 Caberá ao Presidente da Comissão apresentar o relatório e as recomendações ao plenário do Comitê Executivo.</p> |
| | <p>CAPÍTULO IV: DAS RESPONSABILIDADES DA DIREÇÃO-GERAL</p> |
| <p><u>Artigo 14:</u></p> <p>São funções da Direção-Geral:</p> <p>a. Difundir amplamente nos Estados membros a convocação para a indicação dos candidatos aos Galardões Nacionais e Interamericanos.</p> <p>b. Rever e atualizar as normas para a seleção dos candidatos, nas quais se especificam os méritos dos que estão sendo considerados para a seleção final do ganhador de cada prêmio nacional e interamericano.</p> | <p>Artigo 13:</p> <p>13.1 Para garantir a idoneidade e transparência do processo de seleção, a Direção-Geral do IICA, por meio de seus Escritórios nos Estados membros, será responsável pelo seguinte:</p> <p>a. difundir amplamente a convocação para a indicação dos candidatos aos prêmios nacionais e aos Galardões Interamericanos no Setor Rural, por intermédio dos Escritórios do Instituto nos Estados membros e em coordenação com os respectivos ministérios ou secretarias da agricultura;</p> <p>b. preparar e manter o Guia para a Seleção de Candidatos aos Galardões Interamericanos no Setor Rural;</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|---|
| <p>c. Empreender esforços, com a colaboração das autoridades dos Estados membros no nível nacional, no sentido de que as instituições, organismos públicos e privados, empresas, universidades e agremiações proponham candidatos qualificados para os diversos prêmios.</p> <p>d. Analisar as informações sobre os candidatos institucionais e individuais e assegurar que as mesmas atendam aos requisitos do respectivo galardão, o que referendará.</p> <p>e. Instituir em cada Estado membro Comitês <i>Ad honorem</i> para a outorga dos prêmios nacionais. Esses Comitês serão constituídos por um representante do setor público agropecuário, um das instituições privadas vinculadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, um da comunidade acadêmica e um das agremiações que atuam no setor rural.</p> <p>f. Responsabilizar-se, com a participação das autoridades nacionais às quais está afeto o desenvolvimento agrícola e rural, pela realização das cerimônias para a outorga dos galardões em cada país.</p> | <p>c. envidar esforços, com a colaboração das autoridades dos Estados membros, para promover, em âmbito nacional, a apresentação de candidatos qualificados por parte de instituições, órgãos públicos e privados, empresas, universidades e agremiações;</p> <p>d. (O texto da alínea <u>d</u> atualmente em vigor foi suprimido no regulamento proposto.)</p> <p>e. apoiar as autoridades nacionais no estabelecimento de um sistema para concessão de prêmios no setor rural em nível nacional;</p> <p>(O texto da alínea <u>f</u> atualmente em vigor foi suprimido no regulamento proposto.)</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| <p>g. Sistematizar toda a informação adicional que se faça necessária, de maneira que sejam adequadamente documentados os méritos dos candidatos, com vistas a que se proponham, em cada região (Andina, Caribe, Central, Norte e Sul), candidatos aos prêmios interamericanos. Essa informação servirá à Comissão de Seleção de base para a outorga dos galardões interamericanos.</p> <p>h. Apresentar à Comissão de Galardões um relatório sobre o processo de informação e de reconhecimento das qualidades dos candidatos institucionais e individuais.</p> <p>j. A Comissão de Seleção, após estudar a documentação referendada pelo IICA, proporá ao plenário do Comitê Executivo o candidato mais adequado para receber cada galardão. Essa proposta deverá ser acompanhada das considerações da Comissão que sustentem a escolha feita.</p> | <p>f. organizar, em um formato uniforme, a informação adicional que respalde adequadamente os méritos dos candidatos aos Galardões Interamericanos no Setor Rural que cada país propuser. Essa informação servirá de subsídio para a Comissão de Seleção dos Galardões na formulação de suas recomendações;</p> <p>g. publicar os dados biográficos dos laureados e difundir, em âmbito hemisférico, a informação sobre suas contribuições para a agricultura sustentável e a vida rural em seus respectivos países e nas Américas.</p> <p>(O texto da alínea h atualmente em vigor foi suprimido no regulamento proposto.)</p> <p>(O texto da alínea i atualmente em vigor foi suprimido no regulamento proposto.)</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|---|
| | CAPÍTULO V: DA SELEÇÃO FINAL |
| <p><u>Artigo 15:</u></p> <p>O Comitê Executivo, na sua reunião ordinária correspondente ao ano em que a JIA se reunir, examinará o relatório da Comissão de Seleção e, com base neste, decidirá sobre os candidatos que, no seu entender, deverão receber os galardões interamericanos. Com fundamento no parecer da Comissão de Seleção <i>ou por iniciativa própria</i>, o Comitê Executivo poderá decidir a não-outorga de algum ou de todos os galardões no biênio correspondente. Neste caso, o processo de premiação será reaberto no biênio seguinte, porém nele somente serão considerados candidatos novos que tenham sido apresentados em conformidade com o procedimento descrito nos artigos 8 (novo), 9 (modificado, antes 8) e 14 (modificado, antigo 12).</p> | <p>Artigo 14:</p> <p>14.1 O Comitê Executivo, em sessão plenária de sua reunião ordinária correspondente ao ano em que a JIA se reunir, conhecerá o relatório da Comissão de Seleção dos Galardões.</p> <p>14.2 O Comitê Executivo tomará as medidas cabíveis com base nas conclusões e recomendações constantes do relatório da Comissão.</p> |
| | CAPÍTULO VI: DA NOTIFICAÇÃO DA OUTORGA DO GALARDÃO E SUA ENTREGA |
| <p><u>Artigo 16:</u></p> <p>Dentro dos 15 dias seguintes à reunião do Comitê Executivo que se realize nos anos em que a JIA se reúne,</p> | <p>Artigo 15:</p> <p>15.1 Dentro dos 30 dias seguintes à reunião do Comitê Executivo em que houver decisão sobre os Galardões</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| <p>a Direção-Geral do IICA comunicará a resolução pertinente aos laureados e aos Governos de seus respectivos países. Dentro dos seis meses seguintes será feita a entrega dos prêmios em coordenação com o respectivo Governo. A cerimônia de entrega dos galardões será revestida de grande solenidade e realizada, preferentemente, no país da pessoa ou da instituição laureada, fazendo-se ampla divulgação nacional e internacional do prêmio em si e das qualidades dos laureados. O IICA editará uma publicação com os discursos que forem pronunciados nas cerimônias de entrega dos galardões e com dados biográficos dos laureados.</p> | <p>Interamericanos no Setor Rural, a Direção-Geral do IICA comunicará a resolução correspondente aos laureados e a seus governos.</p> <p>15.2 A JIA fará entrega dos Galardões Interamericanos no Setor Rural aos laureados em sua reunião ordinária.</p> <p>15.3 A cerimônia de entrega das menções honrosas correspondentes a cada prêmio será realizada em uma grande solenidade, preferentemente no país de residência dos agraciados.</p> <p>15.4 Será dada ampla difusão nacional e internacional da premiação em si e dos méritos dos laureados.</p> |
| <p><u>Artigo 17:</u></p> <p>O prêmio da Medalha Agrícola Interamericana consistirá de uma medalha de ouro e um diploma.</p> | <p>(O texto atual do artigo 17 foi incorporado ao artigo 3°).</p> |
| <p><u>Artigo 18:</u></p> <p>A pessoa agraciada com o Prêmio Agrícola Interamericano para Profissionais Jovem receberá um diploma e uma bolsa de estudos no valor de US\$10.000,00 que poderá ser utilizada, em primeiro lugar, no país de</p> | <p>(O texto atual do artigo 18 foi incorporado ao artigo 4°).</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|--|---|
| <p>origem do laureado ou em país estrangeiro, de comum acordo com o IICA, para complementar sua formação profissional ou para trabalhos de pesquisa. A bolsa expirará um ano após o profissional ter sido notificado por escrito da resolução mediante a qual o Comitê Executivo lhe concede o galardão.</p> | |
| <p><u>Artigo 19:</u></p> <p>O Prêmio Interamericano à Contribuição da Mulher para o Desenvolvimento Rural consiste de uma medalha de ouro e um diploma.</p> | <p>(O texto atual do artigo 19 foi incorporado ao artigo 5°).</p> |
| <p><u>Artigo 20:</u></p> <p>O Prêmio Interamericano à Contribuição Institucional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural consiste de uma medalha de ouro e uma placa comemorativa.</p> | <p>(O texto atual do artigo 20 foi incorporado ao artigo 6°).</p> |
| <p><u>Artigo 21:</u></p> <p>Por recomendação da Comissão de Galardões, o Comitê Executivo poderá conceder, nas diversas categorias dos galardões interamericanos, menções honrosas mediante a outorga de um diploma.</p> | <p>Artigo 21:</p> <p>(O texto atual foi suprimido).</p> |

| Texto Atual | Texto Novo |
|---|---|
| | CAPÍTULO VII: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS |
| <p><u>Artigo 22:</u></p> <p>A Direção-Geral do IICA divulgará este Regulamento entre os governos e as instituições nacionais e agremiações, bem como informará sobre o mesmo às instituições internacionais que trabalham em prol da agricultura e das comunidades rurais no Hemisfério.</p> | <p>Artigo 16:</p> <p>16.1 A Direção-Geral do IICA divulgará este Regulamento aos governos dos Estados membros, instituições nacionais e agremiações e informará os líderes da comunidade da agricultura sustentável e da vida rural em cada país sobre a relevância dos Galardões Interamericanos no Setor Rural como mecanismos para reconhecer as contribuições destacadas de pessoas e organizações para o desenvolvimento da agricultura sustentável e o melhoramento da vida rural.</p> |
| <p><u>Artigo 23:</u></p> <p>Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Comitê Executivo e revogará todas as disposições anteriores sobre os galardões interamericanos no setor rural.</p> | <p>16.2 Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Comitê Executivo e revogará todas as disposições anteriores com relação aos Galardões Interamericanos no Setor Rural.</p> |
| <p><u>Artigo 24:</u></p> <p>O Comitê Executivo poderá emendar ou revogar no todo este Regulamento.</p> | <p>16.3 O Comitê Executivo poderá emendar ou revogar no todo este Regulamento.</p> |

IICA/CE/Res.495 (XXVIII-O/08)

24 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 495**DATA E SEDE DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.532 (08) sobre a data e a sede de sua Vigésima Nona Reunião Ordinária; e

CONSIDERANDO:

Que, em conformidade com o disposto no artigo 22 de seu Regulamento, o Comitê Executivo realizará uma reunião ordinária anual;

Que é preciso definir a data e o lugar para realizar em 2009 a Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo;

Que, de acordo com o estabelecido no artigo 25 do supracitado Regulamento, se não houver nenhum oferecimento de sede por parte dos Estados membros para a realização da reunião do Comitê Executivo, a reunião será levada a cabo em São José, Costa Rica, na Sede Central do Instituto; e

Que o Representante do México ofereceu seu país como sede da Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo³;

RESOLVE:

1. Realizar a Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo no México, no primeiro semestre de 2009.
2. Incumbir o Diretor-Geral de, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelas normas em vigor e na devida oportunidade, convocar os Estados membros para participarem da Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo.
3. Agradecer o Governo mexicano por seu generoso oferecimento.

³ Sujeito à confirmação por escrito do oferecimento do Representante do México.

IICA/CE/Res.496 (XXVIII-O/08)

24 julho 2008

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 496**ALIANÇA ESTRATÉGICA IICA-CATIE**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Oitava Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.526 (08) sobre os progressos alcançados nas ações conjuntas entre o IICA e o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE); e

CONSIDERANDO:

Que, ao longo de mais de três décadas, ambas as instituições vêm realizando ações conjuntas destinadas ao desenvolvimento agrícola e rural e apoiando-se mutuamente por meio de diferentes atividades de natureza técnica, financeira e administrativa, e que essa inter-relação ocorre no contexto do quadro jurídico estabelecido em áreas claramente diferenciadas, de acordo com a natureza de cada organismo e segundo os fins para os quais foram criados;

Que tanto o IICA como o CATIE desenvolvem ações conjuntas para apoiar os esforços envidados pelos Estados membros com vistas ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das áreas florestais segundo o enfoque do desenvolvimento sustentável e respeitando o meio ambiente;

Que, diante dos novos desafios que deparam os países das Américas, é essencial intensificar a colaboração entre ambas as organizações com base nas

capacidades e no potencial institucional de cada uma delas, de forma a atender às demandas de cooperação dos Estados membros e maximizar o uso de recursos; e

Que se faz necessário dispor de uma estratégia e diretrizes comuns para que o trabalho conjunto gere maior impacto e que é preciso avançar na consolidação de mecanismos operacionais que facilitem a ampliação das ações conjuntas de cooperação e o fortalecimento das capacidades em ambas as instituições para atender às necessidades dos Estados membros;

RESOLVE:

1. Cumprimentar o Diretor-Geral do Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE) e o Diretor-Geral do IICA pelo progresso alcançado na execução de ações conjuntas em prol dos Estados membros.
2. Incumbir o Diretor-Geral do IICA e o Diretor-Geral do CATIE de prepararem e apresentarem ao Comitê Executivo, em sua próxima reunião ordinária, um programa de ação conjunta para o biênio 2009-2010, no qual:
 - a. seja atribuída especial atenção ao desenvolvimento de ações conjuntas nos seguintes campos: (i) desenvolvimento rural territorial, gestão dos recursos naturais, meio ambiente e mudanças climáticas; e (ii) inovação tecnológica, cadeias de valor e competitividade; e
 - b. sejam definidos a estratégia e os mecanismos de gestão, administração e operação mais adequados para assegurar a continuidade requerida e potencializar os resultados da ação conjunta.

3. Incumbir tanto o Diretor-Geral do IICA como o Diretor-Geral do CATIE de construir uma plataforma comum de gestão do conhecimento, cujo fim será facilitar o acesso à informação e ao conhecimento que detêm ambas as instituições a todos os profissionais, instituições e pessoas que trabalham em prol do desenvolvimento agropecuário e rural nas Américas, bem como aos estudantes das carreiras profissionais e técnicas vinculadas ao setor agrícola.

ASSINATURA DO RELATÓRIO

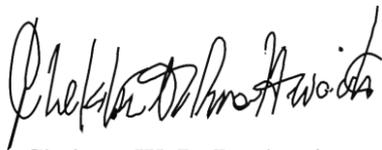
ASSINATURA DO RELATÓRIO DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

Em cumprimento do disposto no artigo 97 do Regulamento do Comitê Executivo, procede-se à assinatura do Relatório da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo, às doze horas do dia vinte e quatro de julho do ano dois mil e oito, em Turrialba, Costa Rica.

Este relatório será revisto pela Secretaria, e a ele serão incorporadas as modificações aprovadas na Sessão de Encerramento, antes de sua publicação na Série Documentos Oficiais nos quatro idiomas oficiais do Instituto, cujos textos têm a mesma autenticidade e validade.

O Secretário depositará os textos originais nos arquivos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, irá disponibilizá-los na página do Instituto na Internet e enviará a versão final do Relatório aos governos dos Estados membros, aos Associados ao IICA, aos Observadores Permanentes e a outros participantes da Reunião.

Turrialba, Costa Rica.



Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral do IICA
Secretário *ex officio* do
Comitê Executivo



Ezequiel Joseph
Ministro da Agricultura, Terras,
Florestas e Pesca de Santa Lucia
Presidente do Comitê Executivo
em 2008

DISCURSOS

DISCURSO DO DR. CHELSTON W. D. BRATHWAITE, DIRETOR-GERAL DO IICA, NA SESSÃO DE ABERTURA

Introdução

É com grata satisfação que lhes dou as boas-vindas a mais uma reunião do Comitê Executivo. Desejo expressar os meus agradecimentos a todos os senhores pelo apoio que sempre prestaram a esta Administração.

Estamos reunidos em um momento em que o rápido aumento nos preços dos alimentos e da energia é capaz de inverter o progresso alcançado por nossos países na redução da fome, da pobreza e da desnutrição nos últimos cinco anos de positivo crescimento econômico em nosso Hemisfério.

Preços dos alimentos em alta

A revista “*The Economist*” adverte, em sua edição de 16 de fevereiro de 2008, que os preços do trigo registraram rápido aumento depois que os Estados Unidos, o maior exportador dessa cultura, comunicaram que suas reservas haviam chegado a seus níveis mais baixos desde 1948. Os preços do trigo já eram altos depois da queda da produção mundial causada pela seca que afetou vários países. Em sua edição de 19 de abril de 2008, a revista refere-se à crise alimentar como um tsunami silencioso.

As reservas cada vez mais limitadas de combustíveis fósseis, como é o caso do petróleo, estão causando um impacto de alcance mundial nos padrões de produção das culturas básicas, tais como trigo, milho e soja, que estão sendo cada vez mais utilizadas na produção de combustíveis e estão fazendo disparar os preços desses produtos básicos em níveis sem precedentes. Por exemplo, o preço de uma tonelada de trigo candial aumentou de uma média de US\$170,47 em janeiro de 2006 para US\$443,78 em janeiro de 2008, o que significa um aumento de 160%. O preço internacional do milho aumentou 128% entre janeiro de 2006

e janeiro de 2008, e o preço da soja sofreu um incremento de 39% entre setembro de 2006 e março de 2008.

Esses aumentos têm impacto direto no custo de vida, dado que o trigo, o milho e a soja compõem a base da pirâmide alimentar em muitos dos nossos países. Na Costa Rica, por exemplo, essa forragem representa 87% do custo de produção de ovos, sendo produzida à base de concentrados de milho amarelo e soja, que não são produzidos no país e que, portanto, devem ser importados. A situação é similar na indústria da carne suína, em que a forragem representa 80% dos custos de produção.

O Banco Mundial e outras entidades assinalaram recentemente que a alta observada no preço dos alimentos talvez não seja um fenômeno temporário, mas, pelo contrário, uma tendência que provavelmente se manterá a médio prazo.

O preço mundial dos alimentos continuará a aumentar por quatro razões básicas, quais sejam:

- a) o alto preço do petróleo, atualmente de US\$140,00 o barril, aumentará o custo dos insumos destinados à produção de alimentos e, por sua vez, provocará um incremento no preço dos alimentos;
- b) o alto preço do petróleo continuará a desviar maior quantidade de milho e terras para a produção de etanol e outros biocombustíveis;
- c) na medida em que aumente a demanda mundial de alimentos em função de receitas mais altas, do crescimento demográfico e do desenvolvimento humano, principalmente no mundo industrializado, os preços dos alimentos continuarão a subir em todo o mundo; e
- d) as mudanças climáticas, que geram inundações, estiagens e furacões, continuarão reduzindo a disponibilidade de alimentos.

Já foram registrados distúrbios em mais de 20 países pela escassez de alimentos; além disso, seus altos preços estão gerando tensões sociais e políticas em outros países.

Em vista desses acontecimentos, o que significa tudo isso em um mundo em que 800 milhões de pessoas ainda vivem na pobreza e em que, segundo dados

recentes do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, a situação atual dos preços dos alimentos poderia resultar em que mais 100 milhões de pessoas regridam para a pobreza? Em outras palavras, o avanço conquistado na mitigação da pobreza a partir de 2000 poderia desaparecer em função da crise atual.

A nosso juízo, é imperioso atribuir a mais alta prioridade à agricultura e à produção de alimentos nas agendas nacionais e internacionais e reconhecer a contribuição real da agricultura para o desenvolvimento a fim de evitar o agravamento da crise.

Quando assumi a direção do nosso Instituto em 2002, incorporamos a segurança alimentar como um dos três pilares da nossa missão, conscientes de que a alimentação é um direito básico de todo cidadão e que nossas democracias não serão sustentáveis, se uma porcentagem considerável de nossa população não tiver acesso a meios que lhe permitam arcar com estas necessidades básicas: alimentos, moradia, serviços de saúde e educação.

Iniciamos nossa Administração em um ambiente em que a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola não eram temas de alta prioridade na agenda de muitos dos nossos países nem dos bancos de desenvolvimento multilateral.

Hoje a situação é diferente. O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2008 do Banco Mundial indica claramente que o desenvolvimento agrícola é um ponto chave na redução da pobreza e no alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Alguns de nossos países incluíram a segurança alimentar em sua agenda de desenvolvimento.

Dadas as circunstâncias, poderíamos perguntar: estamos preparados, como instituição, para ajudar nossos Estados membros neste momento crítico da História, em que a insegurança alimentar tem o potencial para criar transtornos sociais e políticos em alguns dos nossos países? A resposta deve ser um firme SIM.

Durante os últimos seis anos vimos trabalhando arduamente no preparo desta instituição para enfrentar os desafios do século XXI mediante a implementação de um processo interno de reforma.

Nosso Plano de Médio Prazo do período 2006-2010 define claramente as políticas e estratégias que deverão ser adotadas para alcançar o desenvolvimento de um setor agrícola moderno no Hemisfério.

Vimos trabalhando com nossos Estados membros a fim de desenvolver um quadro estratégico para a agricultura no Hemisfério: o Plano AGRO 2003-2015, que reconhece o papel multidimensional e multissetorial da agricultura e que, uma vez implementado, contribuirá significativamente para o desenvolvimento integral dos nossos países.

Parecia-nos que em muitos dos nossos países a verdadeira contribuição da agricultura para o desenvolvimento era subestimada. Por isso iniciamos um estudo sobre a contribuição real da agricultura para as nossas economias.

Chegamos à conclusão de que o setor agroalimentar de uma economia consiste em dois sistemas interrelacionados: o sistema da produção agrícola primário e o sistema agroalimentar. O sistema da produção agrícola primário escora-se na produção de culturas, na pecuária e nos produtos florestais. O sistema agroalimentar baseia-se na elaboração, comercialização, distribuição e consumo de produtos alimentícios. Isso dá como resultado as cadeias agroalimentares, e a esse *continuum* denominamos cadeias agroalimentares.

Com frequência as estatísticas oficiais avaliam a contribuição da produção agrícola primária para o produto interno bruto, e os resultados dessas avaliações geralmente expressam percentuais de um dígito.

A contribuição do setor agroalimentar (ou do setor agrícola ampliado) é muito maior do que refletem as estatísticas nacionais porque nessa avaliação são considerados todos os elos de ponta a ponta das cadeias agroalimentares. O fornecimento dos insumos, o transporte, a armazenagem, os agronegócios, a contribuição para as exportações, a agroindústria, a indústria alimentícia e os serviços financeiros para a agricultura são parte do setor agrícola ampliado.

As estatísticas nacionais subestimam a contribuição do setor agroalimentar para o desenvolvimento

Durante os últimos quatro anos, nosso trabalho tem demonstrado que, quando se consideram todos os vínculos das cadeias agroalimentares de Ponta a ponta, a contribuição do setor agroalimentar para o desenvolvimento nacional é de três a sete vezes maior do que os percentuais apresentados nas estatísticas nacionais com respeito à agricultura.

Por exemplo, nosso estudo mostra que, na Argentina, as estatísticas oficiais registram que a contribuição do setor agrícola para o PIB representa 4,6%, mas, quando são incluídos todos os vínculos implícitos de lado a lado, a cifra sobe para 32,2%.

No Brasil, a cifra cresce de 4,3% para 26,2%; no Chile, de 5% para 32,1%; no México, de 4,6% para 24,5%; e na Costa Rica, de 11,3% para 32,5%. Na República Dominicana, Belize, Jamaica e Trinidad e Tobago, foi registrada uma tendência similar. Esse estudo está sendo estendido a todos os países do Hemisfério.

O estudo em referência também evidencia que cerca de 75% da produção primária são utilizados na geração de riqueza e emprego em outras atividades, tais como no agronegócio, no processamento e na agroindústria.

Os resultados de um estudo recentemente realizado por outras organizações internacionais e outras pesquisas empreendidas pelos próprios países ressaltam a importância da agricultura e da vida rural para o desenvolvimento. Em um novo estudo do Banco Mundial, intitulado *“Más allá de la ciudad: la contribución del campo al desarrollo”* (de Ferranti et al., 2005) e em uma pesquisa recente intitulada *“Reducción de la pobreza y crecimiento: círculos virtuosos y círculos viciosos”* (Perry, et al., 2006), a conclusão é que a contribuição do setor rural para o desenvolvimento é maior do que se costuma pensar e do que sugerem as estatísticas oficiais. Esse estudo considera que a contribuição da agricultura e de outras atividades rurais relacionadas com o desenvolvimento nacional na América Latina e no Caribe é aproximadamente o dobro de sua participação no PIB. Também indica que o desenvolvimento da economia rural e das

comunidades rurais é fundamental para o bem-estar nacional e que as autoridades incumbidas de formular políticas devem estar mais atentas às políticas de desenvolvimento rural.

Em seu Relatório sobre Emprego Mundial 2004-2005, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu que, num mundo de crescente desigualdade em que vivemos hoje, o crescimento da produtividade e a criação de empregos dignos são elementos chave que as autoridades responsáveis pelas políticas devem considerar. Também assinala que, tendo em vista que a agricultura continua sendo um componente importante da economia na maioria dos países em desenvolvimento e emprega grande quantidade das pessoas mais pobres do mundo, ela não pode ser ignorada, se a redução da pobreza for, realmente, a prioridade. Além disso, indica que, se o setor agrícola não for incluído no processo de industrialização, o processo de desenvolvimento poderá ser limitado.

O impacto da subestimação da contribuição real da agricultura para o desenvolvimento econômico

A subestimação da importância da indústria agroalimentar no desenvolvimento econômico acarretou uma série de consequências negativas. A verdadeira contribuição da agricultura e dos profissionais no campo para o desenvolvimento nacional não é reconhecida; a pesquisa, a capacitação e a educação agrícolas não dispõem de suficiente financiamento; os jovens têm pouco interesse em começar uma carreira no agronegócio; a infraestrutura e os investimentos rurais no setor não contam com recursos suficientes; na distribuição dos recursos nacionais, a preferência é para as áreas urbanas; e alguns países das Américas continuam a depender dos alimentos importados.

Segundo um mito difundido na literatura sobre desenvolvimento, quando um país cresce, diminui a contribuição do setor agrícola para a economia. Isso ocorre se considerarmos apenas o caso do setor agrícola primário. No entanto, se levarmos em conta o setor como um setor ampliado, com vínculos com outros setores, a contribuição do setor agroalimentar para o desenvolvimento realmente aumenta.

Portanto, devemos explorar o potencial das comunidades rurais em serviços rurais, agroturismo, produtos florestais, transporte, preparação de alimentos, comercialização, fornecimento de insumos e serviços relacionados com a produção como base da prosperidade rural e da geração do emprego no campo.

O conceito de setor agrícola ampliado permite definir um novo papel multissetorial da agricultura no desenvolvimento nacional e sua contribuição para fazer face aos desafios globais do século XXI.

No ano de 2007, demos continuidade ao processo de reforma institucional iniciado em 2002, quando foi distribuído o documento “Reposicionando al IICA para enfrentar los retos del siglo XXI”.

O processo de reforma esteve centrado na promoção do seguinte:

- a) eficiência operacional;
- b) gestão financeira cautelosa;
- c) melhor aproveitamento de nossos recursos humanos;
- d) ampliação das parcerias estratégicas;
- e) nova relação com nossos Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas.

Hoje tenho a satisfação de informar-lhes que foi possível realizar uma parte considerável dos planos e da proposta apresentados no documento que mencionei.

O principal resultado dos últimos seis anos foi termos podido reposicionar nossa instituição e reorientá-la, e hoje ela é reconhecida como componente importante do esquema de desenvolvimento das Américas, capaz de contribuir para a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável, da segurança alimentar e da prosperidade rural em nosso Hemisfério.

Essa meta foi alcançada mediante a implementação de um novo modelo de cooperação técnica que resultou no seguinte:

- a) desenvolvimento de uma nova relação com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas, tendo nas agendas de cooperação técnica nacionais e regionais os instrumentos para priorizar as atividades do IICA e ajustá-las às necessidades dos Estados membros;
- b) desenvolvimento do Plano AGRO 2003-2015, uma agenda comum para a agricultura e a vida rural nas Américas, criada em cooperação com os Estados membros;
- c) promoção de maior eficiência operacional, o que permitiu à instituição realizar um maior número de atividades com recursos limitados, graças à gestão financeira cautelosa e responsável;
- d) promoção de uma cultura de excelência no desempenho e respeito aos princípios e valores éticos, enfatizando o reconhecimento da contribuição dos indivíduos e dos grupos para o alcance das metas do Instituto;
- e) ampliação de nossas relações com parceiros estratégicos a fim de imprimir no desenvolvimento agrícola e rural um enfoque mais integral;
- f) fortalecimento da base financeira do Instituto, graças à contribuição econômica dos Estados membros.

O modelo de gestão surgido durante esse processo de promover a mudança e a modernização institucional está documentado na publicação *“10 Claves para la Modernización de una Organización Internacional. El Caso del IICA: Características de una Institución Moderna”*, publicado em 2005.

Hoje, com relação a cotas, todos os Estados membros, à exceção de um, encontram-se em situação regular ou especial. Fui informado de que esta é a melhor situação dos pagamentos de cotas desde 1986 (a melhor em 22 anos). O pagamento da cota anual por parte de todos os Estados membros só pode ser interpretado como um sinal de satisfação com o nosso trabalho. Os auditores externos do Instituto confirmaram, pelo quinto ano consecutivo, que foram aplicados os princípios de cautela financeira, transparência e prestação de contas na gestão das finanças do nosso Instituto.

Desejo expressar os meus agradecimentos aos governos e povos do Brasil, Argentina e Nicarágua por seu compromisso de honrar os cronogramas de pagamento acordados em 2003.

O Relatório do Comitê de Exame de Auditoria é positivo e reflete a melhoria da situação financeira do Instituto. Também respalda as mudanças administrativas realizadas para aprimorar a eficiência operacional, especialmente a implementação de um novo sistema financeiro e maior eficiência da Unidade de Auditoria Interna.

A contribuição dos Estados membros para a saudável situação financeira do Instituto nos possibilitou empreender várias iniciativas importantes, tais como:

- a) renovação da infraestrutura da Sede Central, que já devia ter sido realizada antes, dado que os edifícios foram construídos em 1976 (há 32 anos);
- b) aquisição de um novo sistema financeiro (SAP);
- c) destinação de recursos para capacitação, emergências e cooperação horizontal;
- d) alocação de recursos para novas ações em agroturismo, agroindústria e agricultura orgânica; e
- e) implementação dos novos programas de biotecnologia, seguro rural, agroenergia e financiamento para nosso Escritório em Miami com vistas a apoiar o comércio, o agronegócio e a inocuidade dos alimentos no Hemisfério.

Também estabelecemos uma nova estrutura institucional que: (i) enfatiza a liderança técnica do Instituto; (ii) facilita a cooperação e o trabalho em equipe entre as unidades operacionais e técnicas; (iii) desenvolve vínculos efetivos entre as agendas nacionais, regionais e hemisféricas dos países; e (iv) alinha essas agendas com o PMP 2006-2010. A incorporação da gestão do conhecimento na estrutura busca melhorar a qualidade técnica dos serviços de apoio técnico que o Instituto presta aos Estados membros.

O Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010 tem por objetivo geral contribuir para a redução da pobreza rural e atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio mediante a promoção da prosperidade nas comunidades rurais das Américas. Esse plano define a orientação estratégica do trabalho do Instituto e

propõe mecanismos para ajudar os países a criar maiores oportunidades na economia rural.

Estamos preparando o Instituto para que coopere na implementação de um modelo de desenvolvimento em que a agricultura e a vida rural convertam-se em temas prioritários na agenda do desenvolvimento. Esperamos poder trabalhar com nossos Estados membros, bancos de desenvolvimento, BID, Banco Mundial e parceiros de desenvolvimento no alcance dessa meta.

Os resultados de nossos esforços podem ser encontrados em vários documentos do Instituto. Além disso, nesta reunião o Subdiretor-Geral apresentará os resultados por nós alcançados em 2007.

Durante esta Administração, seguimos os oito passos estratégicos de um processo de mudança bem-sucedido, os quais são descritos por John P. Kotter, Professor de Liderança da Escola de Negócios de Harvard. Durante os primeiros seis anos, destacamos o seguinte:

- a) desenvolvemos a visão e a estratégia da mudança;
- b) comunicamos a visão;
- c) estabelecemos um sentido de urgência;
- d) criamos uma equipe para administrar o processo de mudança;
- e) atribuímos novos poderes a nosso pessoal, principalmente a nossos Representantes; e
- f) apresentamos relatórios sobre alguns bons resultados obtidos a curto prazo.

Durante os meses restantes desta Administração, executaremos o seguinte:

- g) consolidaremos os benefícios obtidos no passado; e
- h) estabeleceremos o novo enfoque dentro da cultura institucional.

Em 2008 estamos:

- a) aprimorando ainda mais as capacidades técnicas do Instituto;
- b) implementando o novo sistema financeiro (SAP) nos países;

- c) promovendo a atualização do conhecimento e a capacitação do nosso pessoal mediante a implementação de uma nova política de licença sabática e programas de capacitação;
- d) adequando os instrumentos para a supervisão e o seguimento das ações nos âmbitos hemisférico, regional e nacional;
- e) ampliando nosso programa de desenvolvimento de líderes na agricultura do Hemisfério;
- f) fortalecendo nossas relações com parceiros estratégicos, principalmente com o BID, a FAO e o CATIE; e
- g) preparando a próxima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, a realizar-se na Jamaica em 2009, bem como nossa contribuição para a Quinta Cúpula das Américas, a realizar-se em Port of Spain, Trinidad e Tobago, em 2009.

Desejo expressar o nosso sincero agradecimento a este Comitê pelas múltiplas contribuições prestadas ao longo do tempo, as quais têm ajudado o Instituto a avançar constantemente rumo à concretização de sua visão e ao cumprimento de sua missão. Graças a suas acertadas recomendações e conselhos, temos podido dar grandes passos em algumas áreas chave. No entanto, senhoras e senhores, tendo em vista a gama cada vez maior de assuntos que nos foram encomendados e à luz dos crescentes desafios que enfrenta o setor agrícola, recorreremos aos senhores para que nos ajudem a manter esta instituição sob firme equilíbrio financeiro, de modo a podermos conservar nossa posição de líderes no setor agrícola das Américas e continuar a ser uma organização dotada de capacidade técnica para oferecer soluções úteis aos Estados membros, quando solicitem nossa colaboração.

Aos 65 anos, o Instituto ainda não está pronto para aposentar-se, mas para iniciar uma nova vida. Continuaremos na busca de metas e estratégias para assegurar que o Instituto se converta em uma instituição de nível mundial e no parceiro preferencial dos Estados membros para a prestação de serviços de cooperação técnica ao setor agrícola. Por conseguinte, espero contar com sua cooperação e apoio na busca dessas nobres metas.

Durante esta reunião receberemos um relatório sobre a avaliação em andamento das capacidades técnicas do IICA, a qual propõe uma base firme para

melhorar o planejamento prospectivo, bem como o papel futuro do IICA na cooperação técnica, e para fortalecer suas capacidades a fim de poder continuar a prestar serviços de qualidade aos Estados membros. O relatório contém várias recomendações essenciais para o fortalecimento da capacidade técnica do Instituto, e acreditamos que a Direção-Geral, trabalhando estreitamente com seus órgãos de governo, continuará a fortalecer essa capacidade e garantir o seu sucesso no futuro. Somos gratos ao Comitê Guia e à Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) por sua atuação neste exercício.

O relatório também reconhece o papel crítico do Instituto no Hemisfério, sua posição estratégica e permanente presença nos países, o que lhe permite interpretar as prioridades dos Estados membros e atendê-las eficientemente. Ao mesmo tempo, leva em conta os desafios emergentes que enfrenta a instituição, bem como os diversos fatores que limitam suas operações e eficiência.

Esperamos trabalhar, junto com o Comitê Executivo, na implementação das recomendações constantes do relatório.

Durante esta reunião também lhes solicitamos a aprovação do orçamento extraordinário, destinado a apoiar programas prioritários, cujo montante total, de 1 milhão de dólares, foi previamente aprovado pela Resolução 434 na reunião ordinária da JIA, realizada na Guatemala.

Também apresentamos uma revisão das normas e regulamentos sobre os prêmios interamericanos no setor rural.

Hoje nos reunimos em um momento em que a atenção mundial está voltada para a segurança alimentar, a segurança energética e as mudanças climáticas.

Preocupado pela alta no preço dos alimentos, nosso Instituto vem avaliando o impacto potencial desses aumentos no setor agrícola das Américas e suas repercussões para os consumidores, produtores e a economia rural.

Recentemente o Banco Mundial e outras entidades indicaram acreditar que o aumento nos preços dos alimentos não se trata de um fenômeno temporário, mas, pelo contrário, de uma tendência que provavelmente continuará a médio prazo.

A nosso entender, o aumento sustentado nos preços dos alimentos provocará níveis mais altos de pobreza e desnutrição em nosso Hemisfério. Também limitará a capacidade com que contam nossos países para alcançar a Meta de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a pobreza em 50% até 2015, a não ser que sejam adotadas medidas para aumentar a segurança alimentar.

Líderes governamentais, ministros, líderes da sociedade e do setor privado têm a enorme responsabilidade de contribuir para mitigar a situação crítica dos alimentos. Para tanto, serão necessários conhecimentos técnicos e científicos atualizados que lhes permitam elaborar programas, estratégias de investimento e políticas nacionais, regionais e hemisféricas para alcançar a segurança alimentar e energética.

Estamos preparados para prestar assistência a nossos Estados membros mediante informação e conhecimento técnico capazes de contribuir para que encontrem soluções que melhorem a segurança alimentar e energética e promovam um meio ambiente sustentável para esta e as futuras gerações.

Podemos contribuir para o desenvolvimento de políticas destinadas a proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade do impacto dos preços cada vez mais altos dos alimentos, bem como de estratégias que estimulem a produção de alimentos para satisfazer sua crescente demanda.

Nosso Instituto considera que chegou o momento para que os países das Américas analisem suas políticas sobre segurança alimentar e adotem as medidas apropriadas para aproveitar as recomendações técnicas que lhes permitam formular políticas adequadas a fim de colocar a produção agrícola como prioridade nas agendas de desenvolvimento nacionais e investir mais nas economias rurais. Acreditamos que o bem-estar dos pequenos produtores e a segurança alimentar devem ser prioridades na agenda de desenvolvimento de cada país.

O apoio ao desenvolvimento da agricultura e os investimentos em tecnologia e inovação agropecuária diminuíram em muitos dos nossos países a partir da década de 1980, e a assistência oficial para o desenvolvimento também foi consideravelmente reduzida. Por exemplo, em 1980, 30% do financiamento

oferecido pelo Banco Mundial destinaram-se a projetos de desenvolvimento agrícola; em 2007, essa cifra caiu para 12%.

Observamos, com satisfação, o Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2008, publicado pelo Banco Mundial, que considera a agricultura como fator crucial para o alcance da Meta de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a pobreza em 50% até 2015. O IICA aplaude essa visão e espera que as instituições vinculadas ao desenvolvimento e os governos nacionais invistam mais na agricultura e na economia rural.

Desde 2006, durante a implementação de nosso Plano de Médio Prazo (PMP) 2006-2010, vimos prestando assistência a nossos Estados membros em áreas tais como comércio e agronegócio, agroenergia, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, biotecnologia, seguro rural, agroturismo, agroindústria rural e agricultura orgânica, as quais têm grande relevância na promoção da segurança alimentar no Hemisfério.

A implementação do PMP também significará atender a nossos países mediante o seguinte:

- a) a formulação de políticas e estratégias adequadas destinadas a aumentar o bem-estar dos grupos mais vulneráveis da economia rural;
- b) uma oferta de educação e capacitação destinadas a aperfeiçoar o conhecimento, as destrezas e as aptidões, de modo que os grupos vulneráveis (mulheres, jovens e indígenas) possam participar efetivamente nos mercados agrícolas e rurais;
- c) o fortalecimento das organizações da sociedade civil e a promoção de maior interação dos atores das cadeias alimentares com o objetivo de criar agendas comuns e aperfeiçoar sua capacidade para negociar e defender seus interesses;
- d) a promoção da modernização e a expansão dos serviços agrícolas para aumentar a produtividade e a competitividade;
- e) o fortalecimento da capacidade comercial e outros aspectos afins das organizações agrícolas e rurais; e
- f) a promoção dos investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação agrícolas.

Acreditamos firmemente que o trabalho do Instituto nessas áreas, paralelamente à implementação de políticas nacionais viáveis, ajudará nossos países a modernizar seus setores agrícolas e enfrentar os desafios associados aos preços cada vez mais altos e à escassez de alimentos em alguns dos nossos Estados membros.

Nestes tempos em que enfrentamos o enorme desafio que constitui a segurança alimentar no Hemisfério, nosso Instituto está preparado para apoiar os Estados membros por meio do conhecimento e da informação técnica. Nossos Representantes nos 34 Estados membros trabalharão com os governos nacionais, as agências financeiras internacionais e o setor privado na preparação de planos e projetos destinados a fazer face aos desafios atuais e construir um mundo mais seguro para todos.

Durante esta reunião haverá um foro em que apresentaremos um resumo de nossas atividades em resposta à crise. Esperamos receber seus comentários e ideias com vistas a aprovar um plano de ação para enfrentar a crise alimentar.

Para nós esta crise significa uma oportunidade. Uma oportunidade para reposicionar e modernizar o setor agrícola das Américas, de modo a que se possa fazer uma contribuição real para a redução da pobreza e o desenvolvimento integral de nossos países.

O problema que enfrentamos não diz respeito apenas ao que fazemos hoje, mas a como fazemos em face ao futuro, um futuro que requer uma nova dimensão do desenvolvimento, que valoriza claramente o setor agrícola e a economia rural como elementos chave do desenvolvimento integral.

Nos últimos 25 anos, houve no mundo uma redução na atenção à agricultura e no seu financiamento. Os bancos de desenvolvimento desmantelaram suas divisões agrícolas; os governos de nossos países investiram menos em tecnologia e inovação e descontinuamos nossos serviços de extensão rural. Quando foi necessário diminuir os gastos do governo durante o período do ajuste estrutural, reduzimos o tamanho dos Ministérios da Agricultura. Os investimentos na economia rural, onde estão concentrados 40% da população, foram em média de

6% de nossos orçamentos nacionais. Estabelecemos uma Meta de Desenvolvimento do Milênio, que consiste em reduzir a pobreza em 50% até 2015. No entanto, o Programa Mundial de Alimentos indica agora que, em vez de ter reduzido a pobreza em 2015, mais 100 milhões de pessoas terão voltado a viver na pobreza. Neste Hemisfério, onde 27 milhões de pessoas superaram a pobreza nos últimos cinco anos, segundo a CEPAL, deparamos a possibilidade de que esses 27 milhões ou um número maior de pessoas voltem à miséria.

A crise que vivemos não é insuperável, e há os que acreditam que se faz necessária uma nova revolução verde.

Os senhores recordarão que o termo “revolução verde” foi utilizado em 1960 para explicar o aumento na produção agrícola, que ocorreu em função do uso de novas variedades de culturas, da irrigação, da utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas e da mecanização. Isso significou um Prêmio Nobel da Paz para Norman Borlang em 1970.

Essa iniciativa também motivou a redução da fome e da insegurança alimentar em muitos países, além de lhe ter sido atribuída a salvação de mais de 1 bilhão de vidas.

No entanto, os partidários de uma nova revolução verde devem considerar, também, alguns dos aspectos negativos da última revolução verde, inclusive a marginalização dos pequenos produtores, a dependência no complexo defensivo agrícola/fertilizante e em numerosos problemas ambientais relacionados com a poluição de terras e o abastecimento de água.

Não há dúvida de que a tecnologia, a biotecnologia e a inovação tecnológica serão elementos fundamentais em nossa busca de uma solução para a atual crise alimentar.

Penso, contudo, que, mais do que uma nova revolução verde, precisamos de um novo modelo de desenvolvimento, um modelo que valorize o papel chave de uma agricultura multidimensional e da economia rural para o desenvolvimento integral por sua contribuição para a segurança alimentar, a segurança energética,

o abastecimento de água, o emprego, a conservação do meio ambiente e a manutenção da paz e estabilidade social.

Mais importante, porém, que um novo modelo de desenvolvimento, precisamos de uma liderança que entenda o papel multifuncional e multidimensional do setor agrícola e que possa integrar as dimensões social, técnica, ambiental e política do setor em um instrumento estratégico para o desenvolvimento.

Nosso Centro de Liderança está pronto para prestar assistência a nossos Estados membros nesse importante esforço.

Estamos aqui reunidos para ajudar a definir a rota que conduz à segurança alimentar a fim de voltarmos a examinar nossas ações atuais e definir o caminho para o futuro, um futuro em que constem políticas de inclusão social capazes de assegurar a equidade, a sustentabilidade, a competitividade e a responsabilidade ambiental e em que os setores agrícola e rural de nossos países sejam considerados chave para o desenvolvimento integral. Se essa não for a nossa meta, então a crise que deparamos tenderá a piorar, e o progresso social e político que já alcançamos irá por terra.

Nossa responsabilidade é, então, sagrada; é uma responsabilidade com a Humanidade e com o futuro do nosso planeta. Não podemos fracassar em dar soluções viáveis hoje para que tenhamos um amanhã de justiça social e prosperidade rural. Não podemos continuar vivendo em um mundo de declarações e promessas não cumpridas. Já não são necessárias mais declarações; agora é o momento de fazer cumprir os Objetivos da Declaração do Milênio e apresentar resultados aos cidadãos das Américas para que possam viver o verdadeiro significado do sonho de Simón Bolívar, que afirmou, em sua famosa Carta da Jamaica em 1815: “Eu desejo, mais do que qualquer um, ver formar na América a maior nação do mundo, não por sua extensão e riquezas, mas por sua liberdade e glória”.

Muito obrigado por sua presença. Espero contar com a colaboração dos senhores em nossos esforços por promover a segurança alimentar e um setor agrícola moderno no Hemisfério.

DISCURSO DE BOAS-VINDAS E APRESENTAÇÃO DO DR. JOSÉ JOAQUIN CAMPOS, DIRETOR- GERAL DO CATIE

Boas-vindas

Para nós, do CATIE, é um verdadeiro privilégio e uma honra receber aos que aqui estão pela primeira vez - e que voltarão outras vezes, tenho certeza, pois assim sói acontecer com todos os que aqui vêm pela primeira vez - como aos que já visitaram Turrialba em várias oportunidades. Como disse o Diretor-Geral do IICA, este é um momento histórico porque hoje os senhores estão visitando o berço de onde, há 56 anos, surgiu o ideal de um sonhador e de vários países que se uniram para apoiar a proposta de construir uma instituição para as Américas especializada em agricultura e recursos naturais. Nesta reunião do Comitê Executivo constatamos que esse ideal continua sendo tão verdadeiro hoje como o foi há 65 anos.

Sinto-me muito satisfeito pelo fato de os Representantes deste ano no Comitê Executivo do IICA terem vindo ao CATIE realizar a última sessão plenária de sua reunião ordinária de 2008. É simbólico e é histórico porque, com o Diretor-Geral do IICA e com as altas autoridades do IICA e do CATIE, iniciamos um trabalho intenso de colaboração, sobre o qual este Comitê mais adiante receberá um relatório de andamento, que será apresentado pelo Dr. Mariano Olazábal. Continuamos a impulsionar, no CATIE, a geração de conhecimento, a educação e a formação de capital humano mediante os programas de pós-graduação, a capacitação e as ações de projeção nos países.

Nesta tarde, vários dos senhores participarão da reunião anual do Conselho Superior do CATIE. Esperamos que a inovação deste ano, de realizar uma sessão do Comitê Executivo do IICA seguida de uma sessão do Conselho Superior do CATIE, seja mantida no futuro, como mais uma forma de fortalecer a coordenação no trabalho das duas instituições, que constituem uma parte muito importante da institucionalidade que requer o Hemisfério para o desenvolvimento agrícola e rural e que devemos continuar a fortalecer.

Resumo do Relatório do CATIE de 2007

Inicialmente, desejo dar o devido crédito ao Dr. Pedro Ferreira, ex-Diretor-Geral do CATIE, que foi o autor do relatório que ora lhes apresento, ao qual, com a equipe da Direção, acrescentei o relatório do ano 2007, bem como minha proposta de uma nova visão e estratégia para o CATIE. O relatório sobre os primeiros 100 dias da Administração que tenho a honra de conduzir está a sua disposição.

Como os senhores sabem, os 14 países membros do CATIE são Belize, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Venezuela e Espanha, sendo este último membro associado desde 2001. Temos escritórios técnicos nacionais na Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Cabe assinalar que também conseguimos realizar algumas atividades em outros países que não são membros do CATIE.

As três funções básicas do CATIE, por mandato, são estas: (a) pesquisa, (b) educação superior em nível de pós-graduação e (c) projeção. Nossa força está na integração dessas três funções, para cujo efeito vimos aumentando nossas capacidades e adotando enfoques integrais e cooperativos.

O CATIE tem como órgãos de governo a Junta Diretora, constituída por representantes dos países membros e da comunidade científica, acadêmica e internacional, e o Conselho Superior, representado pelos Ministros da Agricultura ou Meio Ambiente dos treze países membros e os da Espanha. Também formam parte do Conselho Superior o Diretor-Geral do IICA e um representante da Junta Interamericana de Agricultura (JIA).

A Junta Diretora renova-se constantemente; assim, em 2007 foi eleito como seu novo membro no período 2008-2011 o Dr. David Kaimowitz, que foi Diretor-Geral do Centro Internacional de Pesquisas Florestais (CIFOR).

Outra função da Junta Diretora e do Conselho Superior é a eleição do Diretor-Geral do CATIE. No ano passado foi realizado o processo para eleger o novo Diretor-Geral.

O Conselho Superior e a Junta Diretora aprovaram a concessão dos títulos de Honoris Causa ou Doutor Honoris Causa a quatro ilustres cientistas, dois europeus e dois latino-americanos. Os dois europeus foram o Dr. Bjorn Lundgren, ex-Diretor-Geral do ICRAF, e o Prof. Jeff Burley, ex-Diretor do Instituto Florestal da Universidade de Oxford. Um dos dois latino-americanos é o Dr. Rodrigo Gámez, Presidente do Instituto Nacional de Biodiversidade da Costa Rica. Além disso, em dezembro deste ano, durante a cerimônia de formatura dos alunos, entregaremos o título de Doutor Honoris Causa ao Dr. Christian Samper, da Colômbia, que, apesar de jovem, tem uma trajetória profissional muito destacada, além do fato de haver servido à Junta Diretora do CATIE.

O artigo primeiro do contrato-lei constitutiva do CATIE estabelece que este Centro só pode outorgar diplomas e títulos de pós-graduação mediante convênios com universidades, o que gera dificuldades para obter o credenciamento internacional dos nossos programas de pós-graduação. Por conseguinte, tanto o Comitê Executivo como a JIA aprovaram uma modificação ao contrato-lei do CATIE para que tenhamos autonomia na concessão de títulos.⁴ Atualmente essa modificação da lei constitutiva do CATIE encontra-se em andamento na Assembleia Legislativa da Costa Rica.

O CATIE é a escola de pós-graduação mais antiga da América Latina em agricultura e recursos naturais. Juntamente com o IICA, desde o seu início até agora, já formamos cerca de 1800 profissionais de 43 países. Muitos deles atualmente ocupam cargos de liderança na região e em diferentes partes do mundo.

Atualmente são oferecidos seis programas de mestrado no CATIE. Além dos programas em agricultura ecológica, agroflorestas, gestão de bacias hidrográficas, florestas e socioeconomia ambiental, no ano passado iniciamos com o INCAE, uma das escolas de negócios mais reconhecidas da América Latina, um novo curso de mestrado internacional em gerência de agronegócios (MIA), ministrado em inglês e que conta com 140 alunos matriculados.

⁴ Resolução N° 479 do Comitê Executivo e Resolução N° 442 da Junta Interamericana de Agricultura (JIA).

Também temos programas de doutorados conjuntos com a Universidade de Idaho dos Estados Unidos e com a Universidade de Gales, em Bangor e estamos realizando um programa com a Universidade de Freiburg (Alemanha). Nossos alunos têm a oportunidade de desenvolver teses científicas em outros países e vincular esses trabalhos com as ações de pesquisa realizadas pelo CATIE e projetos nos países.

Tendo em vista a redução na disponibilidade de financiamento de bolsas de estudo para os alunos de pós-graduação provenientes de países latino-americanos, o CATIE iniciou, na Administração do Dr. Pedro Ferreira, um programa de bolsas-empréstimos, mediante o qual foi possível manter um nível adequado no número de alunos matriculados. No contexto desse programa, o CATIE financiava uma parte de cada bolsa e a outra parte era custeada por meio de um empréstimo feito ao aluno, que deveria pagá-lo ao concluir seus estudos e em condições muito facilitadas. Embora tenhamos conseguido uma recuperação anual de US\$100 mil, ainda temos a receber US\$1,3 milhão de ex-alunos formados. Nos últimos meses assinamos convênios com várias instituições de crédito educativo para que assumam a recuperação desse montante.

Agora passo a apresentar um resumo das principais atividades de pesquisa do CATIE:

- **Cacau.** Nos últimos anos foi dada continuidade ao programa de melhoramento dessa cultura e iniciada a distribuição aos produtores de material genético tolerante à monilíase. Em dezembro de 2007 foi assinado um convênio com o Governo da Noruega, no valor de US\$5 milhões, para o programa de cacau na América Central. De Belize até o Panamá, trabalhamos com oito cooperativas de cacauicultores na reprodução de material genético e no desenvolvimento de bancos clonais para produzir materiais superiores.
- **Café.** Foram distribuídos e submetidos a teste novos híbridos que foram desenvolvidos em colaboração com o CIRAD, o PROMECAFE e o ICAFE. Também houve avanços no desenvolvimento de técnicas de cultivo de tecidos, as quais permitirão a multiplicação maciça de germoplasma. Também foi iniciado um acordo com o Global Crop Diversity Trust, organização com sede em Roma que apoia a manutenção de coleções de

germoplasma no mundo. Recebemos um financiamento inicial de US\$230 mil para manter e melhorar nossas coleções de germoplasma, que são coleções de café, cacau e frutas tropicais de alto valor mundial.

- **Agroflorestas.** Iniciamos com o PROMECAFE e com o *Biodiversity Internacional* o acordo CIRAD/CADI/INCAE, destinado à criação de uma plataforma de pesquisa, da qual o CATIE é o nodo.
- **Pecuária.** Reconhecendo que esta é uma atividade muito importante em nossos países, o CATIE vem impulsionando um enfoque de pecuária compatível com o meio ambiente mediante métodos de criação rentáveis e capazes de conservar a base de recursos naturais. Também estamos implementando em vários países um projeto de restauração de pastagens degradadas.
- **Políticas ambientais.** O CATIE vem aperfeiçoando suas capacidades de pesquisa, educação e cooperação nesse tema. Está à frente do Centro de Pesquisa em Políticas Ambientais para o Desenvolvimento, um dos seis centros especializados nesse campo existentes em todo o mundo. *O Environment for Development* recebe apoio da Universidade de Goteborg mediante a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional. Por sua vez, o CATIE é a sede da Rede de Economia Ambiental da América Latina e do Caribe.

Mediante essa rede, com o apoio do Canadá e do IDRC, bem como da Suécia, por meio do Programa Sueco de Auxiliares Especiais (SARC), o CATIE vem apoiando o fortalecimento das capacidades de cientistas jovens para a realização de pesquisas em políticas ambientais. Temos duas cadeiras de florestas que foram criadas com financiamento do Governo da Suíça, as quais focalizam sua ação na gestão territorial sob o enfoque sistêmico e numa visão integral dos desafios que atualmente enfrentamos.

- **Florestas.** O CATIE lidera a Rede Ibero-Americana de Florestas Modelo, que compreende 21 territórios rurais em 12 países, entre os quais a Espanha. Como conceito inovador, a rede integra o desenvolvimento agrícola com o

florestal e a conservação de recursos naturais, enfoque aplicado com a participação ou liderança de atores locais.

Também desenvolvemos um novo paradigma de gestão cooperativa de bacias hidrográficas com parceiros locais, nacionais e regionais, sob o mesmo princípio de que são os atores locais os que devem assumir a liderança para transformar o território de uma bacia. Atualmente temos duas bacias modelo em Honduras e duas na Nicarágua, experiências que poderão ser replicadas em outros países. Recentemente, a Presidente da Comissão Ambiental de Honduras solicitou o apoio do CATIE para implementar esse novo paradigma no Vale do Sula.

- **Mudanças climáticas.** Com o apoio financeiro do Instituto Nacional de Pesquisas Agropecuárias (INIA) da Espanha, temos apoiado os países no desenvolvimento de capacidades de negociação nesse campo. Além disso, mantemos a Secretária Técnica do Grupo da América Latina para Negociações sobre Mudanças Climáticas e apoiamos o desenvolvimento de propostas de projetos de nossos parceiros. Em matéria de mudanças climáticas, iniciaremos um projeto com o INIA e o SIAT para apoiar os INIAs da América Latina no fortalecimento de suas capacidades em pesquisa sobre mudanças climáticas.
- **Projeção regional.** Essa função básica do CATIE é realizada mediante os programas e os escritórios localizados nos países da América Central e da Bolívia. Esses escritórios requerem maior apoio técnico e financeiro, uma vez que constituem um mecanismo fundamental para que o CATIE possa melhor servir aos países membros.
- No ano passado concluímos dois projetos com sucesso. O primeiro foi executado na Guatemala com financiamento do BID e destinava-se ao desenvolvimento sustentável do Petén. O outro projeto, financiado pelo GEF/Banco Mundial e destinado à pecuária, teve por objetivo impulsionar a provisão de serviços ambientais com base na produção animal.
- Em cumprimento ao mandato dos presidentes dos países da América Central, juntamente com o IICA e por meio do Comitê Consultivo Interinstitucional,

foi estabelecida a Comissão Centro-Americana de Meio Ambiente e Desenvolvimento, integrada pelos Ministros do Meio Ambiente dos países desta região, pelo Conselho Agropecuário Centro-Americano, pelos Ministros da Agricultura e pela COMISCA, que é a equivalente na área social e da saúde, e desenvolvemos uma estratégia muito inovadora, denominada “Estratégia regional agroambiental e da saúde” (ERAS).

- Essa estratégia visa a um trabalho nesse campo mais coordenado e sob enfoques intersetoriais. Foi aprovada pelos Ministros dos três setores (Agricultura, Meio Ambiente e Saúde) em abril de 2008 no Panamá e ratificada na Cúpula de Presidentes, realizada em São Pedro Sula em 28 de maio de 2008. O CATIE também tem apoiado a CCAD em Chiapas, México, com ajuda financeira da União Europeia.
- Iniciamos a implementação de um acordo com a Secretaria da Agricultura da República Dominicana, no valor de US\$800 mil correspondentes a cotas atrasadas, os quais serão aplicados para apoiar a participação de cientistas e profissionais em cursos e workshops realizados no CATIE.
- **Capacitação.** A título de exemplo, informo que nesta semana estão sendo ministrados no CATIE três cursos internacionais. Em média capacitamos 15.000 pessoas por ano. Em 2007 foram capacitadas 15.000 pessoas de 40 países da América Latina e do Caribe e outras regiões do mundo. Para tanto mantemos parcerias com mais de 200 instituições públicas e privadas, e executamos cerca de 100 projetos em 17 países no ano de 2007, o que reflete uma de nossas forças, que é trabalhar em parceria para aproveitar sinergias e complementaridades.
- **Financiamento.** O gráfico na tela mostra a evolução no financiamento do CATIE. Em 2001 tivemos uma situação difícil porque nossos recursos diminuíram, tal como mostra a linha de cor roxa. Depois vemos como conseguimos, após um período de crise, passar para uma situação financeira melhor.

Precisamos passar de uma situação em que predominava o financiamento por projeto para um CATIE com financiamento mais estratégico. Para tanto, vimos

trabalhando no desenvolvimento de programas estratégicos que permitam ao CATIE levar adiante sua visão de médio prazo. Um deles é o Programa Ambiental Mesoamericano, ao qual me referirei mais pormenorizadamente adiante.

No ano passado o CATIE assinou convênios que permitiram formalizar contribuições e compromissos para executar projetos por um montante de mais de US\$11 milhões. Nos primeiros dias desta Administração assinamos um convênio com o Governo da Suécia mediante o qual esse país aportará US\$3 milhões. Também temos promessas da Noruega e da Finlândia, de assinar convênios para nos proporcionar recursos. Essas contribuições nos permitirão iniciar ações a partir de janeiro de 2009.

Isso significa que para o período 2008-2012 contaremos com recursos adicionais de cerca de US\$300 milhões, o que muito nos satisfaz e resulta de um trabalho intenso de muitas pessoas. Continuaremos procurando outras fontes de recursos e trabalhando bastante para termos uma situação financeira saudável, que é o principal desafio para instituições como o CATIE.

Temos fortalecido a colaboração com o INIA da Espanha a fim de implementar dois projetos nas áreas de florestas e mudanças climáticas. Atualmente estamos negociando um projeto destinado a adaptar a produção pecuária às mudanças climáticas, uma vez que temos interesse em fortalecer as capacidades do CATIE nessa área. Esperamos ter esse projeto aprovado no mês de outubro deste ano.

O CATIE tem uma fundação denominada *The Tropics Foundation*, com sede em Atlanta, Geórgia, que foi criada para apoiar o Centro na captação de recursos nos Estados Unidos. Há cinco anos essa fundação recebeu dois terrenos no Chile, doados pela Companhia Weyerhaeuser, empresa florestal norte-americana. Recentemente conseguimos vender um deles, e o dinheiro apurado foi destinado à fundação para ajudar suas ações de captação de recursos. A fundação, por meio de algumas atividades, realizou transferências de doações para o CATIE por um pouco mais de US\$100 mil. Embora seja uma fundação que recém está “decolando”, esperamos ver seus frutos no futuro. A fundação escolheu as mudanças climáticas como tema chave de suas ações de captação de recursos.

De outro lado, o CATIE, *The Tropics Foundation*, o IICA, a GTZ e a Universidade de Cooperação Internacional formaram uma parceria nos temas mudanças climáticas e gestão da irrigação na América Latina e no Caribe.

Também está registrada, sob a legislação costarriquenha, outra fundação, a FUNDATROPICOS. A linha vermelha do gráfico mostra os recursos de doação que essa fundação administra para o CATIE, os quais eram em 2007 de cerca de US\$12 milhões. Parte desses recursos corresponde a duas cadeiras por fideicomisso estabelecidas com o Governo da Suíça. O fortalecimento do fundo de doação é um trabalho fundamental na estratégia financeira que vimos implementando. Por isso temos trabalhado arduamente na criação de novas cadeiras por fideicomisso.

Aqui concluo este breve relatório das ações do CATIE em 2007.

Visão do CATIE em 2012

Vou expor rapidamente como vejo o CATIE em 2012. Como diz Steven Covey, ao começar a construir uma visão, devemos fazê-lo com o fim em mente (“*Begin with the end in mind*”), e assim foi como fiz. Vejo o CATIE em 2012 como um centro de excelência inovador, onde existe um ambiente propício para o desenvolvimento tanto profissional como pessoal, que promove a criatividade dos funcionários e dos alunos e permite realizar um trabalho fundamentado em equipes motivadas, de alto desempenho e com espírito de serviço.

Estamos a serviço de nossos países membros e de nossos parceiros para converter o CATIE na melhor organização da região em geração de conhecimento, ensino de pós-graduação e prestação de cooperação técnica em seu âmbito, consideravelmente apoiado por suficientes e cada vez maiores recursos financeiros, e assim projetá-lo. Para concretizar essa visão (o que eu chamo de aspiração à implementação) planejei cinco objetivos estratégicos.

O primeiro deles é melhorar a base financeira desta instituição, aumentando nossa capacidade de gerar recursos mediante atividades comerciais, para, em

seguida, consolidar as três funções básicas que, por mandato, competem ao CATIE: implementar uma agenda de pesquisa, manter em funcionamento a escola de pós-graduação e atender a um parceiro chave dos países membros e prestar-lhe colaboração. O quinto objetivo é criar um ambiente propício na instituição para que o pessoal possa pôr em prática tais ações.

Com relação à sustentabilidade financeira, assinaléi anteriormente que o Programa Agroambiental Mesoamericano é um programa estratégico. Planejei a meta de conseguir apoio dos atuais e de novos parceiros para dispor de US\$10 milhões anuais, montante com que devemos contar em 2009. A ideia é replicar a iniciativa MAP que estamos implementando na Mesoamérica e em outros países e regiões, como, por exemplo, na República Dominicana e na Região Andina. Para tanto é preciso aumentar o orçamento básico do CATIE para US\$5 milhões em 2009 e US\$6 milhões em 2012. Esses recursos darão mais liberdade de ação para, por exemplo, criar, pelo menos, duas cadeiras novas em um período de quatro anos e aumentar o capital do fundo de dotação dos US\$12 milhões que temos atualmente para US\$15 milhões em 2012.

Também devemos aperfeiçoar nossas capacidades de comercialização de bens e serviços. Nesse sentido, estabelecemos uma nova estrutura organizacional ao criar uma divisão comercial porque, apesar de isso ser novo no CATIE, acreditamos que haja oportunidades para que o Centro gere receita própria e fortaleça a colaboração com o setor privado.

Consideramos que há grandes oportunidades na questão das mudanças climáticas para fortalecer o programa de pesquisa e convertê-lo em um programa de nível mundial. Nesse sentido, devemos reconhecer que o problema que estamos vivendo, como afirmava o Diretor-Geral do IICA, não é um problema que deva ser visto apenas a partir da segurança alimentar, mas um problema mais complexo que, para ser entendido, requer enfoques integrados.

O CATIE procura chegar a ser uma instituição de nível mundial no desenvolvimento e uso desses enfoques integrados. Para isso estamos utilizando o Programa Agroambiental Mesoamericano como a mola mestra para fortalecer nossas capacidades em matéria de mudanças climáticas e consolidar capacidades na interface entre a ciência e a política. Penso, também, que nesse campo podemos aproveitar as capacidades do IICA e seus vínculos, de modo que a

informação que gerarmos sirva como instrumento nos processos de análise de políticas nos países. Isso implica fortalecer nossas capacidades em ciências sociais.

É fundamental que nosso programa de pesquisa esteja conectado com os trabalhos dos escritórios técnicos nacionais, de forma que seja possível oferecer uma contribuição mais eficaz aos países. Também procuramos fortalecer nosso trabalho mediante plataformas com múltiplos parceiros, como a PCP, a Rede Ibero-Americana de Floresta Modelo e o trabalho com os PROCIs do IICA. O CATIE também é o nodo da IUFRO para a América Latina e o Caribe.

Acreditamos que podemos fortalecer nosso trabalho por meio de ações conjuntas com os parceiros do CATIE em programas educativos de nível mundial. Recentemente recebemos um reconhecimento pela qualidade e excelência de nossos programas por meio do credenciamento nos temas que mencionei anteriormente e que são tratados sob enfoques integrados em matéria de agricultura e meio ambiente.

Estamos trabalhando junto com o IICA para consolidar o programa de bolsas de estudo-empréstimo, que tem seus desafios. Trata-se de uma forma de fortalecer programas de intercâmbio para estudantes internacionais (*study abroad programs*), que incluem programas de capacitação de primeira linha. Temos o propósito de converter-nos em parceiro regional chave para os países, consolidando plataformas de múltiplos parceiros doadores, como é o caso do Programa Agroambiental Mesoamericano.

Boa parte do financiamento desse programa destina-se a que os parceiros executem ações no âmbito do programa e, ao mesmo tempo, a continuar a fortalecer nosso trabalho como parceiro de instituições regionais, tais como a Comissão Centro-Americana de Ambiente e Desenvolvimento (CCAD) e o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC), bem como a impulsionar o desenvolvimento de diferentes estratégias e políticas nessa região. Também planejamos aumentar o financiamento dos escritórios técnicos nacionais para que possam desempenhar uma função estratégica, vinculando as demandas e necessidades dos países com nossas capacidades.

Neste ano, juntamente com o Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento, conseguimos aumentar o orçamento destinado aos escritórios em 2008. Também por meio do MAP obtivemos um financiamento importante para fortalecer os escritórios nos países e apoiar o desenvolvimento das estratégias do CATIE para o trabalho de projeção em nível regional e nacional, bem como para reforçar as ações no aspecto político e melhorar nossa comunicação com os países.

Na área do fortalecimento institucional e desenvolvimento humano, estamos implantando a estratégia de propiciar um ambiente de trabalho de excelência, fundamental em organizações baseadas no capital humano, a fim de alcançar o que foi planejado. Para tanto é preciso recrutar e manter os melhores profissionais em cada posição e alinhar a estratégia à nova estrutura organizacional, com o novo sistema de gestão estratégica e com uma nova cultura institucional em harmonia com essa visão.

Vimos incentivando uma liderança destinada a impulsionar a descentralização, o apoderamento, a colaboração com os parceiros, a inovação, o estabelecimento de uma escola de liderança e um programa de “coaching” para fortalecer nossas capacidades de liderança na instituição, oferecer oportunidades de capacitação profissional e crescimento pessoal e ensinar pelo próprio exemplo. Além disso, estamos comprometidos com a implementação de um programa de responsabilidade social institucional, que atualmente está sendo executado sob o esquema do *Global Compact* das Nações Unidas.

Para finalizar, embora não tenha podido me referir ao que aconteceu nos primeiros cem dias de minha Administração, incentivo-os a ler o relatório em que constam os avanços e resultados desse período. Nestes primeiros cem dias, que denominamos “a viagem rumo a um futuro melhor”, nos sentimos muito otimistas. Estabelecemos diretrizes claras para a gestão desta Administração. Como pessoas da agricultura que somos, preparamos o terreno, estamos plantando sementes de boa qualidade e nos preparamos para a colheita.

Em síntese, a estratégia do CATIE compõe-se de cinco grandes elementos, a saber: (i) uma estratégia relevante; (ii) uma estrutura organizacional moderna e alinhada que nos permita implementar a estratégia; (iii) o delineamento de um sistema de gestão estratégico; (iv) um mecanismo de monitoramento; e (v) uma

equipe comprometida. Daí a importância que atribuímos à cultura institucional e à criação de um panorama financeiro promissor.

O objetivo máximo para nós é muito claro, pois, como organização, somos um meio para contribuir para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano dos países membros, em estreita colaboração com organizações regionais, nacionais e locais.

Muito obrigado.

DISCURSO DO DR. CHELSTON W. D. BRATHWAITE, DIRETOR-GERAL DO IICA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Ao chegarmos ao final da reunião do Comitê Executivo de 2008, desejo agradecer a todos os participantes a colaboração e o apoio que nos prestaram.

Gostaria de destacar alguns aspectos desta reunião:

- a) Aprovamos o orçamento extraordinário que nos permitirá fortalecer a ação do Instituto em cinco áreas estratégicas chave;
- b) avançamos o processo para implementar as recomendações da avaliação técnica;
- c) recebemos relatórios de andamento sobre as ações do Instituto destinadas a fortalecer as relações com o BID e o CATIE;
- d) chegamos a um acordo com respeito às diretrizes para estabelecer uma rede interamericana destinada a promover a agricultura orgânica nas Américas;
- e) conferimos o título de Emérito a cinco destacados profissionais que foram funcionários do Instituto;
- f) reexaminamos o regulamento para a concessão dos prêmios no setor rural;
- g) recebemos os relatórios financeiros dos auditores e o relatório do Comitê de Exame de Auditoria, em que os auditores externos, pelo quinto ano consecutivo, certificam que as finanças do Instituto são administradas com eficiência, transparência e cautela;
- h) tivemos uma longa discussão sobre o aumento que vem ocorrendo nos preços dos alimentos, suas causas e possíveis soluções;

- i) recebemos o relatório sobre as atividades do novo Centro de Liderança em Agricultura, que evidencia como o Instituto está impulsionando o desenvolvimento de capacidades dos atuais e futuros líderes da agricultura no Hemisfério; e
- j) concluímos a reunião com uma interessante visita ao CATIE. Aproveito para agradecer ao Dr. Campos, Diretor-Geral do CATIE, a excelente organização dessa visita e a maravilhosa hospitalidade que nos proporcionou.

Creio que todos chegamos à conclusão de que esta reunião foi um grande sucesso!

No entanto, senhoras e senhores, nosso trabalho não termina com o encerramento desta reunião. Pelo contrário, ela deve ser um estímulo para que continuemos a perseguir nossa desafiante e importante missão de fazer com que a agricultura e a vida rural sejam o eixo da agenda de desenvolvimento dos nossos países.

No nosso entender, somente perseguindo o alcance dessa nobre meta poderemos contribuir verdadeiramente para reduzir a pobreza rural e colaborar com nossos países para que alcancem a Meta de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir a pobreza em 50% até o ano de 2015.

Em nossos dias poderemos conseguir que os pobres rurais tenham uma vida digna, se proporcionarmos aos nossos povos educação, infraestrutura e políticas apropriadas para despertar sua criatividade e iniciativa.

Deve ser nossa responsabilidade reduzir a desigualdade e a injustiça social que prevalecem em tantos países do nosso Hemisfério. Modernizar a agricultura e promover o desenvolvimento rural são essenciais para reduzir a pobreza, pois a maioria dos pobres vive nas áreas rurais.

Nós, no IICA, temos plena consciência de que somente com políticas de Estado baseadas na inclusão social, na equidade e na transparência, políticas que

promovam a educação e a cultura da “empresariedade” e da inovação, ganharemos a guerra contra a pobreza.

Uma guerra que não será ganha com as armas bélicas tradicionais, mas com as nobres armas da educação, do conhecimento e da aplicação de tecnologias.

Não sou insensível aos grandes desafios que deveremos enfrentar no futuro, mas creio que, ao iniciar-se o século XXI, já contamos com os meios, a tecnologia e os recursos para eliminar a fome e o sofrimento deste mundo. Não há nenhuma razão moralmente justificável para que continuem a existir fome e miséria por falta de alimentos e oportunidades em um mundo de prosperidade global.

Estou convencido de que necessitamos de um novo modelo de desenvolvimento que possa despertar o talento, a energia e a iniciativa dos povos das Américas, de forma que os setores agrícola e rural possam competir no âmbito internacional e propiciar uma cultura de excelência que resulte no fornecimento de informação, conhecimentos, liderança e apoio técnico a fim de contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas e assegurar a prosperidade nos países do Hemisfério.

Em abril de 2009, os Chefes de Estado e de Governo das Américas realizarão a Quinta Cúpula das Américas, em Port of Spain, Trinidad e Tobago. O tema desse importante encontro é “*Garantindo o futuro dos nossos cidadãos através da prosperidade humana, segurança energética e sustentabilidade ambiental*”. Já ressaltamos que, se a segurança alimentar, o desenvolvimento agrícola e a economia rural não forem áreas prioritárias nas agendas nacionais e internacionais de desenvolvimento, avançaremos muito pouco ou praticamente nada na promoção da prosperidade humana, da segurança energética e da sustentabilidade ambiental.

Considero que cada um de nós deve sair desta reunião com uma missão clara: lançar uma iniciativa educacional e promocional destinada a informar à Comunidade Interamericana que a sobrevivência do planeta e a segurança alimentar dependem de atribuir à agricultura e ao setor rural o importante papel que lhes cabe desempenhar no desenvolvimento.

Estou muito otimista quanto ao alcance dessa meta, se promovermos nossa mensagem de que a agricultura é um setor estratégico da economia.

Desejo encerrar, expressando, novamente, os meus agradecimentos pela cooperação e apoio dos senhores, bem como o meu desejo de que continuemos a trabalhar juntos para levar a paz, a segurança alimentar, a estabilidade social, a equidade e a prosperidade aos povos das Américas.

Agradeço ao Representante do Governo do México seu generoso oferecimento para que seu país seja o anfitrião da próxima reunião do Comitê Executivo, a realizar-se em 2009.

Finalmente, desejo a todos os senhores uma feliz viagem de volta a seus países, agradecendo-lhes, novamente, suas tantas contribuições para o sucesso da Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo.

ANEXOS

ANEXO 1: REDE DE AUTORIDADES COMPETENTES DA AGRICULTURA ORGÂNICA DAS AMÉRICAS

O Sr. Pedro Cussianovich, Especialista em Agricultura Orgânica do IICA, fez uma apresentação perante os Estados membros presentes ao Comitê Executivo sobre a Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas, relatada a seguir.

Importância da agricultura orgânica no mundo e nas Américas

A agricultura orgânica é uma atividade que ocupa, em nível mundial, mais de 30 milhões de hectares. Existem cerca de 718.000 propriedades rurais certificadas, distribuídas em 130 países. Em 2006, as vendas de produtos orgânicos no mercado mundial foram de US\$38 bilhões, e houve uma diversidade de mais de 2.000 produtos.

Longe do que muitos pensam, esse tipo de produtos transcende o setor primário, e atualmente existe uma forte tendência à sua industrialização. Hoje é possível encontrar uma indústria bastante diversificada em farmacopeia, cosmetologia e produtos derivados do leite e da carne, entre outros. Além disso, as pessoas podem usar sapatos orgânicos, casacos orgânicos e até vestidos orgânicos. Em face da maior rentabilidade da atividade orgânica, a transferência de capital do setor convencional para o setor orgânico é cada dia mais frequente, sendo a taxa de crescimento desse tipo de mercado de 16% anuais.

Na América Latina, essa opção de produção contribui com mais de US\$1 bilhão nas balanças comerciais dos países. Nesta região se encontram 23% do total das áreas certificadas no mundo, o que equivale a 7,1 milhões de hectares, bem como 33% das propriedades rurais certificadas em nível mundial, o que corresponde a 235.300 unidades produtivas. Dos produtos orgânicos gerados na América Latina, 30% se destinam aos mercados da América do Norte, basicamente dos Estados Unidos e Canadá; 65% vão para a Europa, e 5% para o

Japão e outros mercados. Nas Américas estão cinco dos dez países com maior área certificada em nível mundial: Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Uruguai. Também se encontram quatro dos dez países que detêm a maior quantidade de propriedades rurais certificadas no mundo, como é o caso da Bolívia, Brasil, México e Peru.

Não obstante, cabe assinalar que as vendas de produtos orgânicos não chegam a representar 3% das vendas totais de alimentos em nível mundial e que as terras dedicadas a essa atividade também não chegam a representar 3% das terras agrícolas.

A contribuição da agricultura orgânica para o desenvolvimento dos países das Américas

Além de suas contribuições para a produção de alimentos e a segurança alimentar dos produtores que a praticam, a agricultura orgânica constitui uma atividade promissora para o desenvolvimento dos setores agropecuários e rurais das Américas. No entanto, cumpre esclarecer que não se pretende mostrar a agricultura orgânica como a panaceia ou a solução para os problemas da agricultura, mas, simplesmente, como uma opção de produção e mercado complementar às existentes. Desse modo, a agricultura orgânica apresenta contribuições importantes nos âmbitos econômico, social e ambiental, pois tem sido um item de relevância das agendas dos setores agropecuários dos países.

No âmbito econômico:

- (i) é uma atividade geradora de receita, rentável e competitiva;
- (ii) possibilita a incorporação de pequenos produtores organizados na atividade, bem como de mão-de-obra familiar;
- (iii) revaloriza o principal ou único patrimônio com que conta o agricultor: a terra, principalmente em países ou regiões onde há concentração de pequenos produtores;

- (iv) contribui para as balanças de pagamento, tanto pela geração de divisas resultantes das exportações como pela economia das mesmas, em consequência da redução das importações de agrotóxicos;
- (v) propicia a fixação do homem no campo e contrabalança as migrações, reduzindo, assim, o gasto público empregado para atender a esses movimentos sociais para as cidades;
- (vi) reduz o gasto público destinado a atender às doenças causadas por intoxicações e aquelas relacionadas com o uso de agrotóxicos nas áreas rurais; e
- (vii) contribui para o desenvolvimento das áreas rurais, uma vez que parte considerável do agroturismo desenvolvido na região está vinculada com pequenas propriedades orgânicas.

Sua contribuição no âmbito social:

- (i) é uma atividade altamente incluída no âmbito social, já que incorpora pequenos produtores organizados como atores principais da atividade;
- (ii) é uma atividade altamente demandante de mão-de-obra, o que contribui para aliviar o desemprego rural;
- (iii) por isso, contribui no combate à pobreza;
- (iv) gera uma revalorização cultural, ao diminuir a migração para a cidade e manter no campo a vigência da pequena propriedade e da agricultura do pequeno produtor; e
- (v) faz importantes contribuições para a saúde e a nutrição das populações, principalmente porque reduz o risco de intoxicações associado ao uso de defensivos agrícolas nas zonas rurais.

Sua contribuição para a gestão sustentável dos recursos naturais:

- (i) melhora as condições físicas, químicas e biológicas do solo;
- (ii) o melhoramento das condições físicas do solo contribui para a maior retenção de água, melhora a percolação e diminui o uso da água em 20% a 40%;
- (iii) faz contribuições importantes para a mitigação das mudanças climáticas; na pecuária orgânica a retenção de carbono é duplicada, o que minimiza os eflúvios dos gases do efeito estufa para o meio ambiente;
- (iv) contribui para a mitigação da crise energética, ao não utilizar fertilizantes e outros insumos da indústria do petróleo; e
- (v) a certificação garante a gestão sustentável dos recursos naturais na produção de alimentos.

O desenvolvimento da agricultura orgânica nas Américas

O desenvolvimento da agricultura orgânica nas Américas – ainda que provavelmente não se aplique em sua totalidade aos Estados Unidos e ao Canadá – resulta, basicamente, de iniciativas isoladas, principalmente de pequenos e médios produtores, e de alguns empresários, que, com o apoio de uma série de organizações, basicamente ONGs, agências de cooperação internacional, universidades, agências certificadoras e empresas comerciais, entre outras, levaram a atividade orgânica à posição em que hoje se encontra e geraram um modelo essencialmente agroexportador que, longe do que muitos pensam, apresenta uma alta inclusão social, pois incorpora como atores principais em suas estruturas, principalmente, pequenos produtores.

Na atividade orgânica, a informação é parte de capitais privados e encontra-se bastante dispersa entre os atores da atividade. É muito difícil encontrar informação agregada, e menos ainda, centralizada sobre o desempenho da

agricultura orgânica que favoreça a apropriação do conhecimento. A participação do Estado no desenvolvimento da agricultura orgânica foi muito limitada, e isso se evidencia na inexistência, com contadas exceções, de políticas, estratégias e estruturas de promoção ou incentivo no setor público.

Na maioria dos países, as entidades de fomento estão relegadas nas estruturas institucionais dos setores agropecuários. A intervenção do Estado nos últimos anos tem sido, principalmente, o estabelecimento dos escritórios das autoridades competentes da agricultura orgânica, que constituem as instâncias oficiais nos países responsáveis, entre outros, por promover a elaboração da norma técnica e jurídica da agricultura orgânica e de velar por sua implementação e cumprimento. Normalmente, na maioria dos países essas entidades se situam nas direções de sanidade agropecuária dos Ministérios da Agricultura e são responsáveis por controlar os operadores da atividade, tanto certificados como em transição, de supervisionar e auditar o trabalho das agências certificadoras e de assentar os registros e estatísticas oficiais.

Essa institucionalidade – praticamente a única com relação à agricultura orgânica nos países – foi estabelecida em parte como resposta à ameaça de perder o acesso aos mercados europeus, importantes parceiros comerciais da região, que exigiam a equivalência das normas ou dos sistemas de controle dos países das Américas com os existentes em sua região (reconhecimento como “terceiro país”). Em vista disso, atualmente 20 dos 34 países das Américas dispõem de instâncias de autoridades competentes, cabendo ressaltar que, no Caribe, só a República Dominicana conta com esse tipo de institucionalidade.

Como surgiu a Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas

Desde 2004, funcionavam nos países das Américas duas comissões de autoridades competentes, sem nenhum contato entre si e com uma agenda muito similar. Uma na América do Sul, que incorporava os dez países dessa sub-região, e outra que compreendia os países da América Central e República Dominicana.

O IICA, por meio de seu Programa Hemisférico de Agricultura Orgânica (PHAO), que atuava em alguns países das Américas, percebeu a importância e vantagens de unir esforços e iniciou ações para levar a cabo uma reunião das autoridades competentes dessas duas comissões, realizada em agosto do ano passado em Manágua, Nicarágua. Nessa reunião, além de serem apresentados e abordados temas de interesse comum, foi reconhecida a existência de agendas comuns, foi realizada uma análise das ameaças e oportunidades e foi decidido unir esforços e criar a Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas, tendo sido solicitado ao IICA que assumisse a Secretaria Pro Tempore da Rede.

A Rede foi estabelecida como um mecanismo de gestão da informação e do conhecimento e tem por objetivo central o fortalecimento das instâncias institucionais das autoridades competentes nos países como pilares fundamentais para o desenvolvimento da agricultura orgânica nas Américas.

Algumas das funções que lhe foram atribuídas para cumprir esse objetivo são as seguintes:

- (i) assessorar os países nos processos de formulação de normas;
- (ii) favorecer o estabelecimento das instâncias institucionais das autoridades competentes;
- (iii) estabelecer uma página eletrônica como meio de concentração e difusão de informação e interação entre seus membros;
- (iv) dar seguimento à situação internacional e monitorá-la para dar sinais de alerta diante de oportunidades e ameaças;
- (v) administrar as estatísticas oficiais da agricultura orgânica nos países;
- (vi) monitorar a situação internacional e fornecer informação aos países para o desenvolvimento de estratégias. Atualmente há uma forte tendência à industrialização no subsetor orgânico; no entanto, não

- existem instâncias que monitorem essas oportunidades para informar adequadamente os produtores;
- (vii) apoiar os processos de tomada de decisões com informação oportuna; e
 - (viii) facilitar a preparação de propostas ou estratégias regionais.

É importante assinalar que, atualmente, se os países quiserem aproveitar as oportunidades proporcionadas pela agricultura orgânica, deverão estabelecer parcerias público-privadas que potencializem as iniciativas. Não obstante, será muito difícil atuar em nível político para obter essas parcerias, se não houver certeza da dimensão da atividade, se não se souber quantos produtores há, em que atividades estão envolvidos, em que lugares, de que tamanho são, etc.

Essa falta de informação fidedigna limita o aproveitamento de oportunidades, incide na ausência de estratégias comerciais mais eficazes e reafirma a importância de que os países disponham de instâncias institucionais de autoridades de controle com recursos e capacidade técnica para exercer seu importante trabalho e manter controle da atividade.

Algumas ações da Rede

A Rede, por intermédio da Secretaria Pro Tempore a cargo do IICA, realizou algumas ações que contribuíram para os objetivos de sua criação, a saber:

- (i) propicio8 a cooperação horizontal de países com maior nível de desenvolvimento e consolidação de seus escritórios de Autoridades Competentes para outros países que demandavam a *expertise* desenvolvida nos primeiros. Tal é o caso da Argentina, que apoiou o Paraguai e o Peru, e da Costa Rica, que apoiou os demais países da América Central. Cumpre assinalar que a Argentina e a Costa Rica são os únicos países das Américas que obtiveram o reconhecimento de “terceiro país” por parte da União Europeia;

- (ii) propiciou a participação de autoridades competentes da Rede na Reunião Regional da FAO realizada no Brasil;
- (iii) estabeleceu uma página eletrônica onde, entre outros, podem ser encontradas as leis, normas, políticas e outros documentos dos países relacionados com a atividade. Cabe ressaltar que essa página tem um site privado, mediante o qual as autoridades competentes da Rede discutiram e concertaram uma proposta hemisférica em que apresentam sua visão do desenvolvimento da agricultura orgânica nas Américas;
- (iv) por meio desse site privado, apoiou os países da América Central e da República Dominicana no processo de construção de um quadro normativo único da agricultura orgânica que facilite o comércio regional e internacional de produtos orgânicos; e
- (v) além disso, desde agosto do ano passado, a Secretaria Pro Tempore, em coordenação com o Diretor do IICA para a Região Caribe, vem tratando do estabelecimento nos países dos quadros normativos da agricultura orgânica e da designação das instâncias de autoridades competentes em cada país.

Por que é importante a Rede?

Entre as funções estabelecidas para a operação da Rede, o monitoramento do ambiente orgânico, a realização dos estudos pertinentes às tarefas da atividade e a socialização da informação constituem ações principais que vêm a preencher lacunas importantes nesse campo em nível regional.

No contexto internacional e regional da agricultura orgânica há uma série de oportunidades e ameaças que muito poucos países estão considerando e dando seguimento. Quando o fazem, pouquíssimas vezes a informação é compartilhada entre os países e não surgem sinais de alerta. A incorporação dessa informação nas agendas dos países e/ou nos processos de tomada de decisões poderia contribuir para mitigar os efeitos negativos que podem acarretar ou potencializar

os efeitos positivos que beneficiam a agricultura orgânica na região. Basta observar alguns exemplos:

- (i) atualmente vêm sendo adotadas decisões em foros internacionais vinculados com a atividade orgânica sem nenhuma participação das autoridades oficiais ou sem uma posição oficial dos países da região. Nesses foros são convidadas pessoas dos países da América Latina e do Caribe a título pessoal e tomadas decisões e acordos que posteriormente serão incorporados ao quadro normativo dos principais parceiros comerciais;
- (ii) o regulamento da agricultura orgânica da União Europeia mudou recentemente e entrará em vigor em janeiro de 2009. Apesar de muitos saberem disso, poucas pessoas conhecem o alcance das mudanças. De acordo com uma das modificações introduzidas ao regulamento, a União Europeia elaborará uma lista das agências certificadoras que desejarem certificar nos países das Américas, na qual deverão se inscrever todas que desejarem realizar essa tarefa. Obviamente será dada preferência às certificadoras estabelecidas nos países importadores e reguladas por estes, o que põe em risco os esforços envidados pelos países da região para desenvolver capacidades próprias de certificação;
- (iii) desde a emissão das normas sobre agricultura orgânica na União Europeia (1992), os assessores dos nossos países que atuam no tema orgânico, a maioria deles vinculada com agências de certificação, negaram a possibilidade de que o Estado pudesse certificar. No entanto, essa possibilidade é válida e reconhecida nas normas da União Europeia, que não apenas permitem a certificação oficial, mas, também, a semioficial. A incorporação desses dois tipos de certificação nas normas dos países baratearia as despesas para os produtores, o que ajudaria a impulsionar a atividade, colocar produtos no mercado europeu e desenvolver os mercados locais;
- (iv) atualmente é evidente a tendência à industrialização da produção orgânica. Os capitais industriais do setor convencional cada vez

investem mais no setor orgânico, com o que vem atrelada a emergência de um setor de intermediação que, embora pareça constituir uma ameaça para a atividade, está se manifestando como uma oportunidade, já que demanda *containers* consolidados de produtos orgânicos, o que era impensável alguns anos atrás; e

- (v) hoje também há uma tendência muito acentuada a forçar a introdução, no quadro normativo da produção orgânica dos países, dos sistemas participativos de garantia (SPG) como mecanismos de garantia para os consumidores nacionais. Apesar de esta ser uma opção interessante para o desenvolvimento dos mercados locais, ainda apresenta muitas fragilidades que podem pôr em risco o acesso de produtos orgânicos aos mercados dos principais parceiros comerciais dos países das Américas, além do fato de existirem, pelo menos, três alternativas de certificação adicionais para esse mesmo fim que os tomadores de decisão devem conhecer e que ninguém está analisando e sistematizando atualmente.

Poderiam ser mencionados muitos outros exemplos de ameaças e oportunidades para essa atividade. Hoje é necessário perguntar o seguinte: Quem está monitorando o ambiente da produção orgânica? Quem está fazendo análises sobre a questão? Quem está socializando a informação sobre essa área?

Pedido

Em vista do exposto, os membros da Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica das Américas, com vistas a concretizar o funcionamento da Rede, solicitaram a sua Secretaria Pro Tempore que gestione perante as autoridades do setor agropecuária da região o seguinte:

- (i) o reconhecimento oficial da Rede como entidade regional de referência no campo da produção orgânica;
- (ii) o estabelecimento de uma secretaria técnica permanente que coordene e impulse as ações da Rede; e

- (iii) a elaboração dos estatutos e regulamentos da Rede, reconhecendo as diferenças existentes nos países das Américas no nível de desenvolvimento da agricultura orgânica e das diversas realidades de cada um deles nesse campo.

O reconhecimento da Rede permitirá legitimar o seu trabalho e implicará a possibilidade de cumprir com maior eficiência os objetivos propostos, uma vez que, como estrutura institucional oficial e reconhecida pelas autoridades dos setores agropecuários dos países, será considerada nos foros internacionais e terá facilitado seu acesso a recursos mediante acordos com organismos de cooperação multilateral, bilateral e outros.

Muito obrigado.

ANEXO 2: TEMÁRIO

(IICA/CE/Doc. 516 (08) Rev. 1

- 1. Programa provisório de trabalho** *IICA/CE/Doc. 517(08)*
- 2. Relatórios para o Comitê Executivo**
 - 2.1 Mensagem do Diretor-Geral *(sem número)*
 - 2.2 Relatório da Reunião Ordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) *IICA/CE/Doc. 518(08)*
 - 2.3 Relatório da Reunião Extraordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) sobre a avaliação das capacidades técnicas do Instituto *IICA/CE/Doc. 519(08)*
 - 2.4 Relatório Anual do IICA 2007 *IICA/CE/Doc.520(08)*
- 3. Assuntos orçamentários e financeiros**
 - 3.1 Demonstrativos financeiros do Instituto em 2007 e Relatório dos Auditores Externos *IICA/CE/Doc.521(08)*
 - 3.2 Décimo Quarto Relatório do Comitê de Exame de Auditoria (CEA) *IICA/CE/Doc.522(08)*

- 3.3 Situação atualizada do pagamento de cotas e progressos na arrecadação das cotas devidas ao Instituto *IICA/CE/Doc.523(08)*
- 3.4 Proposta de orçamento extraordinário para 2008-2009 *IICA/CE/Doc.524(08)*

4. Política institucional e cooperação técnica

- 4.1 Foro sobre Segurança Alimentar nas Américas *(sem número)*
- 4.2 Avanços na implementação das recomendações da avaliação da capacidade técnica do Instituto *IICA/CE/Doc.525(08)*
- 4.3 Avanços nas ações conjuntas IICA-CATIE *IICA/CE/Doc.526(08)*
- 4.4 Avanços nas ações conjuntas IICA-BID *(sem número)*
- 4.5 Rede de Autoridades Competentes da Agricultura Orgânica nas Américas *IICA/CE/Doc.527(08)*
- 4.6 Programa de Liderança na Agricultura *(sem número)*

5. Assuntos dos órgãos de governo

- 5.1 Proposta de emendas ao Regulamento dos Galardões Interamericanos no Setor Rural *IICA/CE/Doc.528(08)*
- 5.2 Proposta para nomeação e concessão do título de Emérito *IICA/CE/Doc.529(08)*
- 5.3 Cumprimento das resoluções da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA *IICA/CE/Doc.530(08)*
- 5.4 Cumprimento das resoluções da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo *IICA/CE/Doc.531(08)*
- 5.5 Data e sede da Vigésima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo *IICA/CE/Doc.532(08)*

6. Assuntos diversos

ANEXO 3: LISTA DE PARTICIPANTES

Estados Membros do Comitê Executivo 2008

Antígua e Barbuda

Joanne M. Massiah – Rep. titular
Minister of Agriculture, Lands,
Marine Resources & Agro-Indústries
Ministry of Agriculture, Lands,
Marine Resources & Agro-Indústries
St. John´s
Tel.: (268) 562 4679
Fax: (268)562 1303
massiahj@candw.ag
Joanne.massiah@ab.gov.ag

Clarence Pilgrim – Rep. suplente
Permanent Secretary
Ministry of Agriculture, Lands,
Marine Resources & Agro-Indústries
St. John´s
Tel.: (268) 462 1213
Fax: (268) 462 6104
moa_gov_ag@yahoo.com

Argentina

Oscar Gheresi – Rep. titular
Instituto Nacional de Tecnología
Agropecuaria (INTA)
Buenos Aires
Tel.: (54 11) 4802 6101
Fax: (54 11) 4802 6101
ogheresi@correo.inta.gov.ar

Liliana Mónica Sola F. – Rep. suplente
Directora Nacional de Servicios
Agropecuarios
Secretaría de Agricultura, Ganadería,
Pesca y Alimentos
Buenos Aires
Tel.: (54 011) 4349 2799
Fax: (54 011) 4349 2704
lsola@mecon.gov.ar

Chile

Víctor David Venegas – Rep. titular
Asesor de Relaciones Internacionales
Ministerio de Agricultura
Santiago
Tel.: (56 2) 393 5129
Fax: (56 2) 393 5135
vvenegas@minagri.gob.cl

Luis Arturo Barrera M. - Rep. suplente
Jefe de Asesores
Ministerio de Agricultura
Santiago
Tel.: (562) 393 5129
Fax: (562) 393 5135
abarrera@minagri.gob.cl

Dominica

Matthew Walter – Rep. titular
Minister for Agriculture, Fisheries
and Forestry
Ministry of Agriculture, Fisheries
and Forestry
Roseau, Commonwealth of Dominica
Tel.: (767) 266 3211
Fax: (767) 448 7999
minagriculture@cwdom.dm

Claudia Bellot – Rep. suplente
Permanent Secretary,
Ministry of Agriculture, Fisheries and
Forestry
Roseau, Commonwealth of Dominica
Tel.: (767) 266 3282
Fax: (767) 448 7999
psagriculture@cwdom.dm

Equador

Xavier Cevallos S. – Rep. titular
Viceministro
Ministerio de Agricultura, Ganadería,
Acuicultura y Pesca
Quito
Tel.: (593) 2 255 4617
Fax: (593) 2 255 2325
viceministro@magap.gov.ec

Rodrigo Mena Ramos – Rep. suplente
Subsecretario de Fomento
Agroproductivo
Ministerio de Agricultura, Ganadería,
Acuicultura y Pesca
Quito
Tel.: (593) 2 396 0134
Fax: (593) 2 396 0134
jbenavidez@mag.gov.ec

Estados Unidos

Robert Riemenschneider – Rep. titular
Deputy Administrator
Office of Negotiations and
Agreements
Foreign Agricultural Service,
U.S. Department of Agriculture
Washington, D.C. 20250
Tel.: (202) 720 6219
Fax: (202) 720 0340
robert.riemenschneider@fas.usda.gov

Dennis Wendell - Rep. suplente
Branch Chief, International Org.
Office of Negotiations and Agreements
Foreign Agricultural Service
U.S. Department of Agriculture
Washington, D.C. 20250
Tel.: (202) 720 1319
Fax: (202) 720 1139
wendell.dennis@fas.usda.gov

Melissa Kopolow - Rep. suplente
 Alternate Representative
 United States Department of State
 Tel.: (202) 647 9915
 Fax: (202) 647 0911
kopolowmj@state.gov

J. Alexander Monsarrat – Asesor
 Senior Advisor
 United States Department of State
 2201 C Street NW, Washington, D.C.
 Tel.: (202) 647 5686
MonssarratA@state.gov

Cheryl Claus – Asesor
 International Relations Advisor
 Foreign Agricultural Advisor
 Washington, D.C. 20250
 Tel.: (202) 720 9079
 Fax: (202) 720 1139
Cheryl.Claus@fas.usda.gov

*Estados não-membros do Comitê
 Executivo em 2008*

Bahamas

Lawrence Cartwright S. – Rep. titular
 Minister of Agriculture and Marine
 Resources
 Ministry of Agriculture and Marine
 Resources
 Nassau
 Tel.: (242) 328 3830
larrycartwright@bahamas.gov.bs

Creswell Sturup – Rep. suplente
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture & Marine
 Resources
 Nassau
 Tel.: (242) 356 3100
creswellsturup@bahamas.gov.bs

Simeon Pinder – Asesor
 Director of Agriculture
 Ministry of Agriculture and Marine
 Resources
 Nassau
simeonpinder@bahamas.gov.bs

Brasil

Edilson Guimarães – Rep. Titular
 Secretário de Política Agrícola
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento
 Brasília, DF
 Tel.: (5561) 3218 2505
 Fax: (5561) 3224 8414
edilson.guimaraes@agricultura.gov.br

Lino Colsera – Rep. suplente
 Secretário Adjunto de Relações
 Internacionais do Agronegócio
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento
 Brasília
 Tel.: (55 61) 3225 4497
 Fax: (55 61) 3225 4738
lino.colsera@agricultura.gov.br

Canadá

Daryl Nearing – Rep. titular
Deputy Director
Agriculture & Agri-Food Canada
Ottawa, Canada
Tel.: (613) 694 2566
Fax: (613) 759 7504
nearingd@agr.gc.ca

Costa Rica

Carlos Luis Vásquez F. – Rep. titular
Subdirector
Secretaría Ejecutiva SEPSA-MAG
Costa Rica

Lilliana Montero S.– Rep. suplente
Directora Ejecutiva
Secretaría Ejecutiva de SEPSA-MAG
lillianams@costarricense.cr

Haiti

Mathieu Pierre Gary – Rep. titular
National Coordinator
Coordination Nationale de la Securite
alimentaire
Haiti
Tels.: (509) 2257 2633, 2257 6333
Fax: (509) 2257 2633
gmathieu@cnsahaiti.org

México

Víctor M. Villalobos A. – Rep. titular
Coordinador Asuntos Internacionales
SAGARPA
México D.F.
Tels.: 0052 (555) 3871 1060/1055
Fax: 0052 (555) 3871 1060 ext. 33209
vvilla@sagarpa.gob.mx

Panamá

Adonai Ríos Samaniego – Rep. titular
Viceministro Desarrollo Agropecuario
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Ciudad de Panamá
Tel.: (507) 507 0612
Fax: (507) 232 6237
adonairios@mida.gob.pa

Gabriela Díaz – Rep. suplente
Directora de Política Comercial
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Ciudad de Panamá
Tel.: (507) 507 0725
Fax: (507) 507 0718
gdmorales@mida.gob.pa

Peru

Luis Felipe Sanchez A. – Rep. titular
 Viceministro
 Ministerio de Agricultura
 La Molina
 Tel.: 3484328
 Fax: 6135824
lf Sanchez@minag.gob.pe

Santa Lúcia

Ezechiel Joseph – Rep. titular
 Minister of Agriculture, Lands,
 Forestry and Fisheries
 Ministry of Agriculture, Lands,
 Forestry and Fisheries
 Castries
 St. Lucia
 Tel.: (758) 468 4174
 Fax: (758) 453 1262
minister@slumaffe.org

Hubert Emmanuel – Rep. suplente
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture, Lands,
 Forestry and Fisheries
 Castries
 St. Lucia
 Tel.: (758) 468 4103/4172
 Fax: (758) 453 6314
ps@slumaffe.org

País asociado**Espanha**

Antonio Crespo García
 Consejero de Medio Ambiente, Medio
 Rural y Marino
 Embajada de España
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 2222 9823
 Fax: (506) 2222 9733
mapaesp@racsa.co.cr

Observadores Permanentes**Alemanha**

Nadja Schaller
 Embajada de la República Federal
 de Alemania
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 2232-5533/2232 5450
 Fax.: (506) 2231-6403
info@embajada-alemana-costarica.org

Israel

Eliahu López – Rep. titular
 Encargado de Negocios a.i.
 Embajada de Israel
 San Jose, Costa Rica
 Tel.: (506) 2221 6444
 Fax: (506) 2257 0867
ambassador@sanjose.mfa.gov.il

Marcela Madrigal A. – Rep. suplente
 Asesora Económica y Comercial
 Embajada de Israel
 San Jose, Costa Rica
 Tel.: (506) 2221 6444
 Fax: (506) 2257 0867
economy@sanjose.mfa.gov.il

Ronnie De Camino Velozo
 Subdirector General
 Campus del CATIE, 7170
 Turrialba, Cartago
 Costa Rica
 Tel.: (506) 2558 2318
 Fax: (506) 2558 2057
rcamino@catie.ac.cr

Organismos Internacionais

Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI)

H. Arlington D. Chesney
 Executive Director
 Caribbean Agricultural Research and
 Development Institute
 St .Augustine
 Trinidad and Tobago
 Tel.: (868) 645 1205/7
 Fax: (868) 645 1208
executive@cardi.org

Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE)

José Joaquin Campos Arce
 Director General
 Turrialba, Cartago
 Costa Rica
 Tels.: (506) 2556 6081 / 2558-2201
 Fax: (506) 2558 2048 / 2558-2060
jcampos@catie.ac.cr

Convidados especiais

Marcus Richards
 Head of Plant Protection&Quarantine
 Ministry of Agriculture, Forestry and
 Fisheries
 Richmond Hill Kingstown
 Saint Vincent & The Grenadines
 Tels.: (784) 457 1288 / 456 5349
 Fax: (784) 451 688
ppq@gov.vc

Medardo Lizano
 Coordinador de Producción Frutícola
 MAG-FRUTALES -IICA El Salvador
 Santa Tecla, La Libertad
 El Salvador
 Tel.: (503) 2241 1524
 Fax: (503) 2241 1566
medardo.lizano@iica.org.sv

Excmo. Sr. Juan José Arcuri
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República de
Argentina
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2234-6520/2234-6270
Fax: (506) 2283-9983
embarg@racsa.co.cr

Excmo. Sr. Martín Callisaya Coaquira
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República de Bolivia
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2524-3491/2524-3458
Fax: (506) 2280-0320
embocr@racsa.co.cr

Hernando Incapie
Segundo Secretario
Embajada de la República de
Colombia
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2283-6871/2283-6861
Fax: (506) 2283-6818
emcosric@racsa.co.cr

Exmo. Sr. Gonzalo Mendoza Negri
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República de Chile
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2280-0973/ 22800037/
2224-4243
Fax: (506) 2253-7016
echilecr@racsa.co.cr

Exma. Sra. Dra. Daisy Espinel
Embajadora Extraordinaria y
Plenipotenciaria
Embajada de la República del Ecuador
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2232-1503/ 2231-5813
Fax: (506) 2232-1503 Ext.105
embecuar@racsa.co.cr

Sonia Lagos
Encargada de Negocios a.i.
Embajada de la República de Honduras
Tels.: (506) 2231-1642/ 2291-5145
Fax: (506) 2291-5147
embhoncr@embajadahonduras.co.cr

Francisca Méndez
Consejera
Embajada de los Estados Unidos
Mexicanos
San José, Costa Rica
Tel.: (506) 2257-0633
Fax: 2258-2437
embamex@racsa.co.cr

Duilio José Hernández
Consejero
Embajada de la República de
Nicaragua
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2221-2957/2221-2924
Fax: (506) 2221-3036
embanic@racsa.co.cr

Ana Cecilia Navarro
Asesora Legal
Embajada de la República de
Nicaragua
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2221-2957/2221-2924
Fax: (506) 2221-3036
embanic@racsa.co.cr

Excmo. Sr. Octavio Brugnini García
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República Oriental
del Uruguay
San José, Costa Rica
Tels.: (506) 2288-3444/2288-3424
Fax: (506) 2288-3070
embajrou@racsa.co.cr

FUNCIONÁRIOS DO IICA

| | |
|--------------------------|--|
| Chelston W.D. Brathwaite | Diretor-Geral |
| Christopher Hansen | Subdiretor-Geral |
| Francisco Barea | Diretor de Administração, Finanças e Programação |
| Fernando Del Risco | Secretário do Gabinete e Secretário Técnico do Comitê Executivo e da JIA |
| James French | Diretor da Direção de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento |
| Dowlat Budhram | Diretor de Gestão do Desempenho e Avaliação |
| Mariano Olazábal | Diretor da Direção de Operações Regionais e Integração |

| | |
|------------------------|---|
| Pamela Stroude | Coordenadora do Gabinete do Diretor-Geral |
| Luis Condines | Auditor Interno |
| François Dagenais | Diretor Interino da Direção de Financiamento Externo e Projetos de Investimento |
| Róger Guillén | Diretor de Operações Regionais e Integração para a Região Central |
| Gonzalo González | Diretor de Operações Regionais e Integração para la Região Sul |
| Guillermo Toro | Diretor de Cooperação Técnica Horizontal |
| Karen Kleinheinz | Diretora da Divisão de Finanças |
| Yanko Goic | Chefe da Divisão de Orçamento e Controle |
| Bernardo Badani | Diretor do Escritório de Seguimento do Processo de Cúpulas das Américas |
| Byron Miranda | Representante do IICA na Costa Rica |
| Gustavo Cárdenas | Diretor de Recursos Naturais e Meio Ambiente |
| Jorge Hernán Chiriboga | Coordenador do Centro de Liderança |
| Nelson Espinoza | Chefe da Unidade de Projetos de Investimento |
| Miguel García | Diretor do Programa Interamericano de Comércio |
| Ricardo Molins | Diretor de Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos |
| Julio Paz | Diretor de Comércio e Políticas |
| Carlos Jara | Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável |
| Ramón Lastra | Diretor de Biotecnologia e Biossegurança |
| Rafael Trejos | Chefe da Unidade de Modernização Institucional |

ANEXO 4: FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

- Secretaria da reunião

Secretário *ex officio* e Diretor-Geral do IICA Chelston W.B. Brathwaite

Secretário Técnico Fernando Del Risco
Organização Logística e Assistente do
Secretário Técnico Leda Celina Ávila

- **Assessoria jurídica** William Berenson

- **Divulgação e imprensa** Patricia León Coto
Mónica Montero
Rafael Cartín

- **Assuntos diplomáticos e cerimonial** Michel Chartier
Sonia González

- Atendimento a representantes

Inscrição Mariantonieta Cordido

Atendimento a participantes Leticia Giménez
Marielos Salazar
Mariantonieta Cordido

Atendimento no hotel Leticia Giménez
Marielos Salazar
Mariantonieta Cordido

Serviço de aeroporto Ronald Hidalgo
Betty Monge
Marlon Rodríguez

Recepcionistas no plenário

Eduardo Lovell
Marlen Montoya
Melania Rodríguez
Geancarlo Salazar
Wendy Esquivel
Ericka Soto

- Documentos e relatório***Classificação e distribuição***

Laura Gutiérrez
Sandra Zúñiga

Controle e acompanhamento de traduções

Leticia Quirós

Redação de atas

Ronald Aragón
Henry Benavides
Silvia Delgado
Manuel Jiménez
Patricia Matamoros
Viviana Palmieri
Ana Cristina Rodríguez

Edição

Máximo Araya
María Marta Kandler

Interpretação e tradução***Coordenadora***

Marguerite Groves

Interpretação simultânea**Inglês**

Elizabeth Lewis
Esteban Rojas
Thaís Pardo

| | |
|-------------------------------------|--|
| Espanhol | Sharona Wolkowicz Anita Kaufman |
| Tradução | |
| Inglês | Paul Murphy Peter Leaver |
| Espanhol | Olga Vargas |
| Português | Marilia O. Alvarez |
| Digitação | Laura Cartín |
| - Som e gravação digital | David Álvarez Minor Carvajal |
| - Internet e suporte técnico | Manuel León Alexander Díaz Ricardo Montero |
| <i>Serviços de apoio:</i> | |
| - Serviços gerais | Edwin Chavarría Alberto Muñoz |
| - Reprodução de documentos | Manuel Salazar |